

organizador
**Bougleux Bomjardim
da Silva Carmo**

Tessituras entre estado e sociedade

panoramas da pesquisa em ciências
humanas e sociais no sul da Bahia

organizador
**Bougleux Bomjardim
da Silva Carmo**

Tessituras entre estado e sociedade

panoramas da pesquisa em ciências
humanas e sociais no sul da Bahia

| São Paulo | 2020 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2020 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2020 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pela autora para esta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade da autora, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Adilson Cristiano Habowski, Universidade La Salle, Brasil.
Alaim Souza Neto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Alexandre Antonio Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil.
Alexandre Silva Santos Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil.
Aline Corso, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.
Ana Rosa Gonçalves de Paula Guimarães, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.
André Gobbo, Universidade Federal de Santa Catarina / Faculdade Avantis, Brasil.
Andressa Wiebusch, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.
Andreza Regina Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Angela Maria Farah, Centro Universitário de União da Vitória, Brasil.
Anísio Batista Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.
Arthur Vianna Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
Bárbara Amaral da Silva, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
Beatriz Braga Bezerra, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil.
Bernadette Beber, Faculdade Avantis, Brasil.
Bianca Gabriely Ferreira Silva, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil.
Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
Carolina Fontana da Silva, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
Cleonice de Fátima Martins, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil.
Daniele Cristine Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil.
Dayse Sampaio Lopes Borges, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil.
Delton Aparecido Felipe, Universidade Estadual do Paraná, Brasil.
Dorama de Miranda Carvalho, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil.
Doris Roncareli, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Ederson Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Elena Maria Mallmann, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
Elaine Santana de Souza, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil.

Elisiene Borges Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil.
Elizabeth de Paula Pacheco, Instituto Federal de Goiás, Brasil.
Emanoel Cesar Pires Assis, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil.
Fabiano Antonio Melo, Universidade de Brasília, Brasil.
Felipe Henrique Monteiro Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil.
Francisca de Assiz Carvalho, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil.
Gabriella Eldereti Machado, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
Gracy Cristina Astolpho Duarte, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil.
Handherson Leylton Costa Damasceno, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Heliton Diego Lau, Universidade Federal do Paraná, Brasil.
Heloisa Candello, IBM Research Brazil, IBM BRASIL, Brasil.
Inara Antunes Vieira Willerding, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Jacqueline de Castro Rimá, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
Jeane Carla Oliveira de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil.
Jeronimo Becker Flores, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.
João Henriques de Sousa Junior, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Joelson Alves Onofre, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil.
Joselia Maria Neves, Portugal, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal.
Júlia Carolina da Costa Santos, Universidade Estadual do Maro Grosso do Sul, Brasil.
Juliana da Silva Paiva, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil.
Junior César Ferreira de Castro, Universidade de Brasília, Brasil.
Kamil Giglio, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Katia Bruginiski Mulik, Universidade de São Paulo / Secretaria de Estado da Educação-PR, Brasil.
Laionel Vieira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
Leo Mozdzenski, Universidade Federal da Pernambuco, Brasil.
Lidia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal.
Litiéli Wollmann Schutz, Universidade Federal Santa Maria, Brasil.
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.
Lucas Martinez, Universidade Federal Santa Maria, Brasil.
Lucas Rodrigues Lopes, Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim, Brasil.
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz, Universidade Federal de Goiás / Instituto Federal de Goiás, Brasil.
Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
Marcia Raika Silva Lima, Universidade Federal do Piauí, Brasil.
Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil.
Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil.
Marcos dos Reis Batista, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil.
Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil.
Maribel Santos Miranda-Pinto, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal.
Marília Matos Gonçalves, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Marina A. E. Negri, Universidade de São Paulo, Brasil.
Marta Cristina Goulart Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Maurício Silva, Universidade Nove de Julho, Brasil.
Michele Marcelo Silva Bortolai, Universidade de São Paulo, Brasil.
Midierson Maia, Universidade de São Paulo, Brasil.
Miriam Leite Farias, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
Patricia Biegging, Universidade de São Paulo, Brasil.
Patricia Flavia Mota, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
Patricia Mara de Carvalho Costa Leite, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
Patrícia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal.
Ramofly Bicalho dos Santos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
Rarielle Rodrigues Lima, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Raul Inácio Busarello, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Ricardo Luiz de Bittencourt, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil.
Rita Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal.
Robson Teles Gomes, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil.
Rosane de Fatima Antunes Obregon, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Samuel Pompeo, Universidade Estadual Paulista, Brasil.
Tadeu João Ribeiro Baptista, Universidade Federal de Goiás, Brasil.
Tarcísio Vanzin, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Tayson Ribeiro Teles, Instituto Federal do Acre, Brasil.
Thais Karina Souza do Nascimento, Universidade Federal do Pará, Brasil.
Thiago Barbosa Soares, Universidade Federal do Tocantins, Brasil.
Thiago Soares de Oliveira, Instituto Federal Fluminense, Brasil.
Valdemar Valente Júnior, Universidade Castelo Branco, Brasil.
Valeska Maria Fortes de Oliveira, Universidade Federal Santa Maria, Brasil.
Vanessa de Andrade Lira dos Santos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
Vania Ribas Ulbricht, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Wellton da Silva de Fátima, Universidade Federal Fluminense, Brasil.
Wilder Kleber Fernandes de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial Patricia Biegging
Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Ligia Andrade Machado

Imagens da capa Bluelela; efe_madrid / Freepik

Editora executiva Patricia Biegging
Denise de Lima Santiago Figueiredo
Ivone Santana Amorim

Revisão Karina Lima Sales
Lilian de Sant'Anna Maia
Milena Santos de Jesus
Priscila Alves Pereira

Organizador Bougleux Bomjardim da Silva Carmo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T341 Tessituras entre estado e sociedade: panoramas da pesquisa em ciências humanas e sociais no sul da Bahia. Bougleux Bomjardim Da Silva Carmo - organizador. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 186p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-88285-00-8 (eBook)
978-65-88285-04-6 (brochura)

1. Estado. 2. Sociedade. 3. Ciências humanas.
4. Ciências sociais. 5. Bahia. I. Carmo, Bougleux Bomjardim da Silva. II. Título.

CDU: 304
CDD: 304

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.008

SUMÁRIO

Prefácio	9
-----------------------	----------

Herbert Toledo Martins

Apresentação	11
---------------------------	-----------

Bougleux Bonjardim da Silva Carmo

Capítulo 01

“Lembrança Pataxó”: a arte na escrita de outra história no Sul da Bahia	18
--	-----------

Alicia Araújo da Silva Costa

Maria das Neves Alves dos Santos

Pablo Antunha Barbosa

Capítulo 02

Encenação da violência, violação e autoritarismo no conto “Nada contra os caras”, de Márcio Barbosa	36
--	-----------

Bougleux Bonjardim da Silva Carmo

Capítulo 03

Exercício de direitos na cotidianidade de usuários de um CAPS II	57
---	-----------

Isis Lima da Silva

Rafael Andrés Patiño

Capítulo 04

Violência, saúde mental e movimentos

sociais: possíveis reflexões em tempos

de ameaças de retrocesso 72

Marília Martins de Araújo Reis

Sandra Adriana Neves Nunes

Capítulo 05

A atuação dos movimentos

sociais do campo na construção

da educação do campo..... 90

Milane Souza Santana

Capítulo 06

Samba e política entram na roda..... 105

Paula Pimenta

Capítulo 07

A dimensão emocional dos movimentos

sociais e dos protestos: desencantos

da modernidade e lutas por reconhecimento 123

Rafael Andrés Patiño

Francisco Ramos de Farias

Capítulo 08

A condição de refugiado e ser “estrangeiro”

em seu próprio país: relações sociais análogas 140

Roberto do Amaral Santos Júnior

Christianne Benatti Rochebois

Roberto Muhajir Rahnemay Rabbani

Capítulo 09

**Repensando a dinâmica entre os lugares
e a memória: a Segunda Guerra Mundial**

no extremo sul da Bahia..... 159

Tharles Souza Silva

Sobre o organizador..... 176

Sobre os autores e as autoras 177

Índice remissivo..... 183

PREFÁCIO

As configurações das relações entre Estado e Sociedade na atualidade têm apresentado diversos desafios, sobretudo, no que diz respeito ao distanciamento do Estado em relação às populações mais empobrecidas e vulneráveis do país. Há um retrocesso em curso destruindo tudo aquilo que foi conquistado e construído em termos de cidadania e participação política desde a redemocratização. Em nome de uma ideologia persecutória denominada “marxismo cultural” diversos golpes são desferidos contra as populações tradicionais, os movimentos sociais, as conquistas no campo da saúde mental, os lugares de memória e ao patrimônio histórico, o mundo do trabalho, as atividades culturais de um modo geral. E por trás dessa invenção ideológica, dessa cortina de fumaça, o fantasma do neoliberalismo nos visita novamente, mas, agora, com uma sede insaciável de lucro como uma desforra dos anos em que as políticas públicas vigoraram com intensidade. O retorno da ideologia do Estado mínimo com o Estado perdendo a sua capacidade de combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Aos poucos a democracia vai sendo minada, o processo civilizatório retrocedendo e a sociedade virando apêndice do mercado. É neste contexto que este livro se inscreve, como que querendo dizer que “apesar de você” estamos aqui no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia – PPGES/UFSB, trabalhando e produzindo conhecimento científico que tenha impacto no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. Com apenas quatro anos de existência e instalado em uma das mais novas Instituições de Ensino Superior do país, o PPGES está inscrito na área interdisciplinar da CAPES e responde ao desafio de formar profissionais alinhados com as novas demandas do mundo contemporâneo, bem como com as especificidades culturais, sociais, artísticas e econômicas da Região

sumário

Sul do Estado da Bahia, sem descuidar do desenvolvimento nacional e global. Assim, os textos aqui reunidos são frutos do trabalho de pesquisa de docentes e discentes numa perspectiva interdisciplinar e, portanto, dialogam com diversas áreas e campos do conhecimento científico, tendo como foco as relações entre Estado e Sociedade, com ênfase nas populações e na realidade sociocultural do território onde se localiza o PPGES. Trata-se, na verdade, do primeiro esforço coletivo de mostrar ao público acadêmico mais amplo a produção científica do Programa. Uma maneira coletiva de resistir ao desmonte da Universidade pública brasileira e de dizer ao mundo que estamos cumprindo o nosso papel de disseminar conhecimento científico, bem como trabalhando diuturnamente na construção de uma sociedade mais justa e esclarecida. #Somosresistência.

Herbert Toledo Martins

Professor Permanente do PPGES/UFSB
Teixeira de Freitas, Abril 2020



sumário

APRESENTAÇÃO

Nesta coletânea, a complexidade das demandas sociais, culturais, políticas e identitárias do Território Sul da Bahia desvelam suas especificidades e, por tal razão, exigem da pesquisa científica novos posicionamentos e encaminhamentos teórico-metodológicos, bem como a renovação conceitual numa perspectiva de avanço das fronteiras ora traçadas entre Ciência, Tecnologia e processos de produção de saberes, tal como propõe Boaventura Sousa Santos (2002) no momento em que afirma a necessidade de combater o desperdício da experiência social e, dessa forma, abrir espaço para diferentes racionalidades numa permanente crítica dos modelos existentes.

Em decorrência do tom ecológico do sociólogo português, importa o mergulho em diferentes contextos, realidades, modos de ser e produzir que convocam o olhar problematizador sobre os processos, tecnologias, estruturas, espaços e formas de interação e subjetivação que se constituem em sistemas simbólicos, políticos, culturais e identitários cada vez mais híbridos, fronteiriços e indeterminados (BHABHA, 1998). Tais elementos compõem, pois, o caleidoscópico heteróclito das tessituras ou relações que se estabelecem entre essas duas dimensões, Estado e sociedade.

Para tanto, o presente livro coloca aos olhos dos (as) leitores (as) trabalhos teóricos, produções ensaísticas, pesquisas em andamento e resultados de esforços diversos que dão o tom da não conformidade em relação aos engessamentos epistemológicos, bem como no que se refere aos agenciamentos dominantes. Nesse aspecto, vale considerar a assertiva de Bourdieu (1983, p. 138) quanto ao fato de que o campo científico “é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico”. Sendo assim,

sumário

cada capítulo tece um discurso que busca centralizar os sujeitos e os fenômenos em contextos tensivos diversos, retrazando narrativas até então sedimentadas, pressupondo uma luta, por vezes velada, entre diferentes instâncias, agentes, posições e produções simbólicas.

Em decorrência, os capítulos buscam explicitar o *modus operandi* de diferentes linhas teóricas que estruturam o Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da Universidade Federal do Sul da Bahia. A partir disso, busca-se dar relevo às emergências e insurgências dos sujeitos, lugares, objetos e processos que se interpolam e, permanentemente, negociam-se e estabelecem dinâmicas próprias. Em última instância, busca-se dialogar com as diferentes visões de mundo, fazendo-as emergir e transformando-as em espaços enunciativos da memória social, das histórias locais, dos sujeitos que produzem suas formas de existência e se narram (BOSI, 2003).

Somos, portanto, convocados a “pensar no limite” (HALL, 2013, p. 152), considerando que todo edifício teórico, discursivo e, principalmente, simbólico, como bem nos lembra Cornelius Castoriadis (1982, p. 147), se “edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais”. Nessa perspectiva, a diversidade temática, a pluralidade de abordagens e o aprofundamento teórico evidenciam a importância das áreas humanas e sociais para compreensão das tensões locais, produções de identidades, formas de territorialização, processos de subjetivação, estruturas sistêmicas no âmbito da gestão e políticas públicas, arquiteturas das diversas racionalidades que ancoram as dimensões culturais, sociais, políticas, históricas, bem como as interações fundamentais em seus grupos, instituições e espaços.

Dessa maneira, os diferentes olhares que dão corpo à presente obra visam dar amplitude ao referido programa, considerando sua expansão enquanto empreendimento coletivo de docentes e discentes



sumário

que apostam nos diálogos in/multi/inter/transdisciplinares. Para tanto, apresentamos discussões que dão materialidade às diferentes linhas do PPGES e demonstram a contribuição da pesquisa científica para o desenvolvimento de espaços de reflexão e intervenção nos pontos nodais onde Estado e sociedade se friccionam. Essa fricção é, pois, o fio condutor de cada trabalho aqui posto, cada um sendo um edifício próprio, um microcosmo de uma rede de narrativas que o discurso científico busca compreender, de maneira a impedir que os embates políticos, sociais e culturais apaguem os rastros e deixem os sujeitos e agentes sociais ao esquecimento (GAGNEBIN, 2009).

Sendo assim, no primeiro capítulo, *“Lembrança Pataxó”: A arte na escrita de outra história no sul da Bahia*, de Alicia Araújo da Silva Costa, Maria das Neves Alves dos Santos e Pablo Antunha Barbosa, a tradição oral indígena de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália (BA), é o mote para a ressignificação das questões identitárias, sociais e econômicas dos Pataxó. Para tanto, a produção artístico-artesanal é problematizada na sua condição de memória e símbolo cultural mormente explorada pelo turismo na região.

No campo da crítica literária, o segundo capítulo, *Encenação da violência, violação e autoritarismo no conto “Nada contra os caras”, de Márcio Barbosa*, de Bougleux Bonjardim da Silva Carmo, tematiza as expressões simbólicas da violência, racismo e autoritarismo encenadas no discurso literário, por sua vez, um discurso que transita entre o caráter estético da verossimilhança e da representação de contextos que se dão na realidade, isto é, das situações cotidianas de opressão que retiram da pessoa negra seu direito de ir e vir.

Transitando pelo campo da Psicologia, a discussão posta no terceiro capítulo busca analisar as condições e experiência de reconhecimento de usuários do CAPS de Porto Seguro. No texto *Exercício de direitos na cotidianidade de usuários de um CAPS II*, de Isis Lima da Silva e Rafael Andrés Patiño, problematiza-se a questão

sumário

do reconhecimento das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais, bem como percorre a historicidade da problemática em busca de acentuar-se a importância de garantir os direitos e propiciar autonomia aos sujeitos.

Ainda sob o olhar da Psicologia, no quarto capítulo, *Violência, saúde mental e movimentos sociais: possíveis reflexões em tempos de ameaças de retrocesso*, de Marília Martins de Araújo Reis e Sandra Adriana Neves Nunes, a base de discussão centra-se em problematizar as mudanças recentes no contexto da Rede de Atenção Psicossocial, com o retorno dos Hospitais Psiquiátricos. Nesse âmbito, o capítulo busca historiar e refletir sobre violência e movimentos sociais, tendo em vista o momento atual da Saúde Mental (SM) no Brasil, no intuito de discutir formas mais democráticas para superação das violações nesse campo.

No quinto capítulo, *A atuação dos movimentos sociais do campo na construção da educação do campo*, de Milane Souza Santana, discute-se sobre as questões educacionais como uma dimensão fundamental nos movimentos camponeses. Além disso, o texto trata do surgimento e mudanças do conceito de educação do campo, localizando as especificidades no que toca aos acontecimentos que contribuíram para constituição dessa educação.

A emergência de movimentos sociais que se configuram em atividades culturais idiossincráticas e ligadas às tradições locais é o tema do sexto capítulo, *Samba e política entram na Roda*, de Paula Pimenta. O texto lança um olhar sobre as dimensões políticas e identitárias que perpassam a manifestação cultural do samba de roda das marisqueiras de Belmonte, mostrando-o, pois, como uma das estratégias dessas mulheres se articularem diante de variadas lutas políticas que enfrentam para garantir a continuidade de seu modo de vida tradicional em seu território.



sumário

Ainda mantendo a discussão sobre movimentos sociais, o sétimo capítulo, intitulado *A dimensão emocional dos movimentos sociais e dos protestos: desencantos da Modernidade e lutas por reconhecimento*, de Rafael Andrés Patiño e Francisco Ramos de Farias, discute a busca dos movimentos sociais por seus direitos, suas posições de diferença como combate à homogeneização da Modernidade e frente ao desencanto dos processos de subjetivação alienantes engendrados pela industrialização e paradoxos constituídos pela modernidade e acentuados no pós-guerra. Assim, há uma exploração da dimensão emocional como aspecto determinante da participação dos coletivos em ações de resistência.

No penúltimo capítulo da coletânea, *A condição de refugiado e ser “estrangeiro” em seu próprio país: relações sociais análogas*, de Roberto do Amaral Santos Júnior, Christianne Benatti Rochebois e Roberto Muhajir Rahnemay Rabbani, há uma investigação teórico-conceitual da condição de dois grupos: refugiados e surdos. Assim, o texto explora essas duas experiências sociais, tendo como foco as questões linguísticas e inserção no mercado de trabalho, fatores que os tornam “estrangeiros” em seu próprio país.

O capítulo que encerra a coletânea parte do discurso historiográfico para discutir a relação entre memória e lugar. Assim, no nono capítulo, *Repensando a dinâmica entre os lugares e a memória: a segunda guerra mundial no extremo sul da Bahia*, de Tharles Souza Silva, as marcas da Segunda Guerra Mundial, ora tangenciadas na historiografia brasileira, são buscadas para explicar o porquê de tantos lugares em Belmonte, Porto Seguro e Caravelas terem sido nomeados e simbolizados em referência ao conflito, soldados e episódios da guerra na região, mas que não chegaram a se constituir lugares de memória e caíram, portanto, no esquecimento.

É nosso intuito encarar cada um desses capítulos como uma tomada de consciência, uma tentativa de manter acesa a atenção

sumário

sobre cada realidade para evitar a *aletheia*, o esquecimento, uma vez que somos aturcidos pela assertiva de Paul Ricoeur (2007, p. 133), no momento em que afirma ser “por intermédio da consciência que consideramos, a cada momento, pertencer simultaneamente a vários meios; mas essa consciência existe apenas no presente”. Estaríamos, assim, lutando para fazer coexistir diferentes temporalidades, com fins de impedir o apagamento de determinadas narrativas, sendo, finalmente, uma tentativa de presentificação constante do debate e da intervenção sobre tantos contextos.

Destarte, deixo meus mais sinceros agradecimentos aos (às) autores (as) presentes nesta coletânea por compartilharem e interagirem conosco publicizando seus discursos, suas intervenções acadêmicas e suas formas de enxergar os diferentes fenômenos que se impuseram em suas trajetórias. Alimento a certeza de que a presente coletânea deve estimular novos debates e colocar-se como um referencial qualificado para o entendimento não só das questões assentadas no extremo sul baiano, mas para a pesquisa interdisciplinar como um todo. Grato pelo empenho, disposição e cuidado neste trabalho coletivo que, em última instância, busca homenagear a presença do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da Universidade Federal do Sul da Bahia como um espaço qualificado de pesquisa social na região.

Diante dessas assertivas é que entrego, com profunda satisfação e alegria, a todos (as) os (as) leitores (as), a presente obra para que participem conosco das diferentes realidades que se apresentam e nos convocam a refletir, inconformada e indisciplinarmente, frente aos discursos violentos, aos regimes de verdade constituídos em autoritarismo, à destruição dos valores inquestionáveis do conhecimento humano, à não valorização da pesquisa acadêmico-científica, à invisibilização dos diferentes sujeitos e agentes sociais

sumário

que são a própria vida e substância da pesquisa social. Convido-os (as) à não quietude!

Boa leitura!

Teixeira de Freitas, abril de 2020

Bougleux Bomjardim da Silva Carmo

Organizador

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre (1930). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Organizador da Renata Ortiz; tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2 ed. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002.

sumário

1

Alicia Araújo da Silva Costa
Maria das Neves Alves dos Santos
Pablo Antunha Barbosa

“LEMBRANÇA PATAXÓ”: A ARTE NA ESCRITA DE OUTRA HISTÓRIA NO SUL DA BAHIA

Este texto apresenta algumas reflexões surgidas no decorrer da pesquisa que originou a dissertação de mestrado “Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira” (COSTA, 2020) financiada pela FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Ele é um compilado de relatos etnográficos escritos em primeira pessoa pela pesquisadora, reflexões articuladas conjuntamente com o professor orientador da pesquisa, AUTOR e Nitynawã Pataxó, coorientadora; e transcrições de falas de Nitynawã (penúltima e última seções do texto).

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.008.18-35

INTRODUÇÃO

A chamada Costa do Descobrimento na região sul da Bahia é, historicamente, um território que vivencia uma disputa de discursos acerca da história das origens do Brasil, possivelmente “desde que o Brasil virou Brasil”. O discurso do chamado *trade* turístico, que inclui os grandes empresários e investidores (muitos deles estrangeiros), é favorável à ideia do descobrimento, isto é, a chegada dos Portugueses ao Brasil, como tendo sido o momento fundacional da civilização brasileira, ou seja, o início do progresso da nação. Por outro lado, o discurso dos descendentes do povo autóctone que habita atualmente a região, os Pataxó, busca legitimar a ocupação de seus territórios tradicionais com base no fato de que houve, sobretudo e em primeiro lugar, uma violenta invasão portuguesa ao território habitado pelos seus ancestrais desde tempos imemoriais. O que os tornaria, portanto, legítimos herdeiros das terras que reivindicam. Certa vez, Eyhñã Pataxó, professor de Patxohã¹ há oito anos e também liderança Pataxó da Aldeia Velha² fez a seguinte declaração para uma plateia de cerca de cinquenta alunos do curso técnico de Turismo de uma escola estadual de ensino médio de Arraial D’Ajuda: “Nosso povo já vive nessa região há mais de dois mil anos. A população Pataxó ficou esquecida, porque o turista chega e só vê imagens do colonizador, como por exemplo a estátua de Cabral. Não há nada que represente os *filhos da terra*”³.

A invasão portuguesa, do ponto de vista indígena, foi o marco histórico que deu início não à fundação da nação, mas ao genocídio

sumário

- 1 O idioma Pataxó
- 2 Localizada no distrito de Arraial D’Ajuda, município de Porto Seguro, também parte desse território de identidade chamado “Costa do Descobrimento”
- 3 Nota de esclarecimento de uso de fontes empíricas: as falas de terceiros foram registradas em anotações em caderno de campo durante a pesquisa de campo, com exceção daquelas encontradas na seção “Patioba, da tribo Pataxó de Coroa Vermelha”; este relato em especial foi baseado na reconstrução posterior de conversas informais mantidas durante o trabalho de campo.

desses povos autóctones, ao saqueamento das riquezas da terra, a escravização indígena e, mais tarde, africana. Deu início também à monumental exploração estrangeira a partir da apropriação indiscriminada de territórios, o que, a propósito, até hoje impacta diretamente os indígenas no sul da Bahia, constantemente ameaçados pela especulação imobiliária, incluindo a comunidade Pataxó da Terra Indígena - TI de Coroa Vermelha, onde focalizamos nosso estudo.

A TI é uma área de 1492, reconhecida e demarcada pela FUNAI, em 1997, dividida em duas glebas. A gleba A é a porção urbana denominada “praia”, onde está localizado o Parque Indígena, complexo predominantemente orientado pelo turismo de massas com barracas de praia, pousadas, bairros e aldeias indígenas urbanas. A gleba B é porção denominada “mata”, onde está localizada a Reserva Pataxó da Jaqueira, aldeia pioneira na prática do etnoturismo no Brasil e referência do movimento de afirmação cultural Pataxó. Grunewald (2015) caracterizou ambas glebas como “imperialista” e “pós-colonialista”, respectivamente. Em última análise, isso significaria que elas estão orientadas por modelos de turismo e projetos políticos antagônicos. Aqui, interessa-nos mostrar que, independentemente do modelo turístico praticado em cada um desses espaços, as expressões artísticas contra colonizadoras não são antagônicas, mas convergentes. Não obstante, a arte de pirogravura praticada em cada um desses territórios os identifica e os distingue um do outro. Na Coroa Vermelha (gleba A) destacam-se as pirogravuras com paisagens, imagens romantizadas de um Índio genérico do descobrimento e, sobretudo as caravelas portuguesas. Na Reserva da Jaqueira, por sua vez, quase que a totalidade das peças exibem grafismos tradicionais e contemporâneos cada vez mais elaborados e complexos, podendo incorporar elementos de outras etnias, a exemplo de grafismos maori e de povos do Xingu. Podemos considerar isso uma característica do movimento de afirmação cultural ou de retomada da cultura

sumário

protagonizado pelos artistas da Reserva. A retomada da cultura visa o fortalecimento da etnicidade Pataxó.

Segundo informa o artista ceramista da Reserva da Jaqueira Oiti Pataxó, desde a década de 1970 até o final da década de 80, a atividade turística era rentável para os artesãos porque a região era muito frequentada por estrangeiros, um público mais restrito que valorizava seu trabalho. No final da década de 1990 deu-se início em Coroa Vermelha a uma espécie de projeto de institucionalização do turismo indígena na suposta terra do descobrimento por ocasião do grande evento de comemoração dos “500 anos do Brasil” orquestrado pelo Governo Federal e com forte investimento de capital regional, nacional e estrangeiro, ação que atraiu atenção internacional para a Terra Indígena com a promessa de impulsionar a atividade turística. Depois das celebrações, o que restou foi a subalternização dos Pataxó em seu próprio território. Desde então, os Pataxó têm lutado incessantemente pela retomada de seus territórios e pelo direito de voltarem a “viver sossegados”. Como pontua Oliveira,

A transformação da população autóctone, antes livre e autônoma, em subalterna, processo indissociavelmente violento e arbitrário, respondeu aos interesses econômicos dominantes, como a apropriação da terra e a obtenção de mão de obra, articulada com a consolidação da classe dirigente e de uma estrutura de governo. Ela não prescindiu jamais de um processo de genocídio – chamado de forma eufemística de “pacificação” – que correspondia à fabricação de um permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone (OLIVEIRA, 2016, p. 17).

A expansão predatória que resulta da modalidade do turismo de massas atinge direta e duramente o povo Pataxó. Os altos índices de criminalidade, pobreza e trabalho infantil na Coroa Vermelha confirmam isso. Soares (2016) observa que a exploração predatória e desordenada da atividade turística na Costa do Descobrimento é um dos fatores

sumário

responsáveis pela marginalização das culturas indígenas desta região. Muitos autores classificam o turismo de massas como “um fenômeno etnocida” (SALVÀ I TOMAS, 2001 p. 189 *apud* BARRETTO, 2007 p. 83).

Ao rejeitarem a retórica do descobrimento, os Pataxó constroem um novo regime de memória (OLIVEIRA, 2016) e propõem outra narrativa da História, na qual eles, povos indígenas, são protagonistas e não apenas meros expectadores ou simplesmente coadjuvantes, como aparecem na clássica pintura de 1861 de Victor Meirelles, *Primeira missa no Brasil*. Esse protagonismo se dá, entre muitas formas, a partir do movimento de afirmação cultural orquestrado pelos artistas e artesãos Pataxó da chamada Costa do Descobrimento. Entre as diversas manifestações artísticas e culturais retomadas no cerne deste movimento que atualmente encontra o seu auge está a palestra de cultura para turistas. Visa uma educação étnico-racial descolonizadora, tema que iremos abordar mais adiante, e a produção de uma forma de cultura material singular capaz de, ao mesmo tempo, cumprir a função de etnomercadoria no contexto turístico (COMAROFF, 2011) e de arte de resistência no contexto político (BISPO DOS SANTOS, 2015). O objetivo dessa última é contra colonizar territórios (nativos) e imaginários (forasteiros) precisamente a partir das interações turísticas. São diversas as expressões artísticas através das quais isso que poderíamos chamar de “Renascimento Pataxó” se materializa.

Neste estudo, abordaremos duas dimensões específicas: uma, material, e outra imaterial. A primeira corresponde à potência de comunicação dos artefatos de madeira ornados com a técnica da pirogravura, escolhida pelo fato de ser uma atividade ostensiva e absolutamente comum na TI Coroa Vermelha, onde são numerosos os artistas que dominam esse saber-fazer. A segunda divide-se em, ao menos, duas estratégias acionadas pelos Pataxó da Reserva da Jaqueira no âmbito do movimento de afirmação cultural, uma delas seria desconstruir, a partir das palestras de cultura, a imagem do

sumário

“índio genérico” do é compartilhar saberes tradicionais, a exemplo dos significados das cores dos ornamentos corporais Pataxó, pois elas contam histórias acerca da cosmologia Pataxó. A última seção deste texto traz uma transcrição dos significados das cores para os Pataxó da Jaqueira, narrada por Nitynawã Pataxó.

A PRODUÇÃO ARTÍSTICA PATAXÓ: UM BEM COLETIVO (E UM TANTO CONFLITUOSO)

Os artistas pirogravadores da Coroa Vermelha são indígenas e não indígenas que nem sempre comungam das mesmas ideologias políticas ou visões mercadológicas, tampouco firmaram uma espécie de pacto unificado para contar as mesmas versões das histórias através das suas expressões artísticas. Este é um ponto que devemos deixar claro de antemão, pois entre a comunidade comerciante/artesã há uma multiplicidade de opiniões divergentes e interesses econômicos e políticos em jogo. Valeria a pena dizer que o Parque Indígena é, para além de um importante centro cultural, um dos principais polos econômicos e turísticos de massa, atualmente saturado de lojas e barracas abarrotadas daquilo que poderíamos chamar de etnomercadorias. Isso, conseqüentemente, provoca um cenário de acirrada competição entre os comerciantes, os quais, como em qualquer mercado orientado pela lógica capitalista, rendem-se finalmente ao fator primordial da oferta e demanda. A consequência disso é a desvalorização crescente das etnomercadorias Pataxó, sobretudo os artefatos de madeira, ofertados com maior abundância no mercado.

Se, de um lado, há indígenas que só gravam elementos considerados “tradicionais” da cultura, a exemplo de grafismos, animais, paisagens, nomes de aldeias e palavras em patxohã, há, do outro lado, indígenas (e não indígenas) que, com muito orgulho, gravam caravelas



sumário

e outros símbolos que celebram e enaltecem o chamado evento do “descobrimento do Brasil”. Há, ainda, aqueles que estão alheios a tudo isso e só querem vender artesanatos bonitos e diferentes. Um talentoso artista Pataxó do Parque Indígena da Coroa Vermelha oferece, por exemplo, um serviço personalizado, pois a personalização, revela, é a última moda dos negócios. O serviço consiste em pedir que o turista escolha sua peça de madeira, em geral uma tábua de churrasco e, em seguida, desafiá-lo a requisitar qualquer desenho de sua escolha, até mesmo fotografias. Quanto mais complexo o desenho, melhor, pois ele se sente mais desafiado, conta. E essa é a graça da experiência para todos. Assim, o desenho, a depender da paciência e do tempo livre do turista, é reproduzido às vistas dele, numa espécie de espetáculo que, não raro, atrai transeuntes curiosos que vão se aglomerando para ver o resultado final. A estratégia parece estar dando certo: a loja dele é uma das mais movimentadas do Parque. Quando o elogio sobre a sagacidade da estratégia, a resposta é simples: “você mesmo, não parou aqui por acaso, né? Foi porque me viu aqui trabalhando. Aí você se interessou, veio querer conversar. Eu tô sempre fazendo alguma coisa, isso já chama o cliente. Quando o turista vê fazendo, ele tem uma outra impressão, ele valoriza mais. Por aí, o pessoal não faz isso... aí não é valorizado”.

PATIOBA, DA “TRIBO” PATAXÓ DE COROA VERMELHA

sumário

Foi fazendo uma visita exploratória em uma movimentada tarde de sábado de setembro de 2018, percorrendo as lojas internas do Parque, que eu conheci a querida Patioba Pataxó. Depois de ter percorrido quase toda a passarela na parte externa do Parque Indígena, ainda não tinha encontrado artesanatos com os dizeres

“Coroa Vermelha”. Gravados em pirógrafo, os inúmeros modelos de chaveiro, maracás, petisqueiras, gamelas e uma extensa variedade de lembranças de viagem, invariavelmente, traziam a habitual frase: “Lembrança de Porto Seguro”. Nas lojas de camisetas, estampas com imagens e dizeres engraçados exibiam a mesma frase. Para um turista desavisado a passeio pelo Parque Indígena da Coroa Vermelha não há espaço para dúvida: o território, obviamente, faz parte do município de Porto Seguro.

Pois foi na loja de Sandra Patioba onde eu finalmente encontrei a primeira gamela grafada com os dizeres “Tribo Pataxó de Coroa Vermelha” de um lado e, do outro, “O Brasil nasceu aqui”. As bordas estavam decoradas com grafismos tradicionais Pataxó. Me dirigi à artesã, num tom de exclamação: “demorou, mas achei! Eu estou procurando pra comprar uma gamela com os dizeres ‘Coroa Vermelha’, mas só tava encontrando com nome de Porto Seguro, lá fora!”. Rapidamente acrescentei, antes que ela tivesse tempo de me tomar por turista: “eu sou de Cabrália e queria ter uma lembrança daqui da aldeia. Afinal de contas, quem mora aqui sabe que a Coroa Vermelha não fica em Porto Seguro, né? É território de Cabrália”. Ela respondeu animada à minha provocação: “pois eu só escrevo desse jeito! Se é o nome da minha tribo, eu não vou botar? Muitos aí botam Porto Seguro porque o turista prefere e muitos turistas só querem se tiver com o nome de ‘Porto Seguro’ mesmo. Mas eu só faço assim, com o nome do lugar da minha tribo que é Coroa Vermelha. Tem vezes que o turista pede pra gravar o nome de Porto Seguro, aí eu gravo mas, por mim, não faço.” No momento de finalizar a compra, Patioba me falou, sorrindo: “e essa é uma gamela Pataxó, que você está comprando na mão de uma índia, viu?” Eu sorri de volta e só pude pensar comigo mesma como isso já não era óbvio o bastante, afinal ela estava vestida com o seu *tupisay*⁴, coberta de coloridos e suntuosos colares e pulseiras, o

4 Traje tradicional Pataxó feito geralmente com a fibra da casca de uma árvore chamada Biriba.

sumário

rosto e o corpo ornamentados com pinturas. Para o turista, contudo, talvez não seja suficiente ver na Patioba os diacríticos culturais e físicos que distinguem os Pataxó enquanto etnia. Tampouco para boa parcela de moradores da região que, com descrédito, categoriza os Pataxó de mestiços, misturados, falsos índios.

Num outro dia que eu passei por lá, Patioba me mostrou uma arte que havia pirogravado sob encomenda para uma turista. A moça iria chegar a qualquer momento para buscar. Era um bonito quadrinho de madeira, com uma dessas frases *new age* de amor à natureza que agora não me recordo, exatamente, gravada ao centro da peça, junto a desenhos de palmeiras e andorinhas. Abaixo, a “marca” de Patioba: “tribo Pataxó da Coroa Vermelha”, e, no cantinho direito superior do quadro, em letras bem menores, lia-se: “lembrança de Porto Seguro”. E me confidenciou: “ela pediu pra escrever Porto Seguro, não te falei? Escrevi aqui, bem no cantinho, hahaha”.

Patioba é de um humor alegre e inteligente. Risonha e bem articulada, ela conversa da porta da sua loja, voltada para a passarela, como se tencionasse palestrar, com entusiasmo, para os passantes. E, de fato, houve um dia em que presenciei um casal de turistas que passavam por ali, parando, interessados em ouvir o que ela vinha dizendo. Juntaram-se a nós na acalorada discussão que agitava nossos ânimos naquele momento: era véspera do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 e não falávamos noutra coisa naquela tarde, preocupadas que estávamos com as consequências do provável resultado (que uma semana mais tarde estaria dado por certo). Era um professor de história e uma servidora pública. Patioba conta que estava tendo que fazer militância no *Facebook* e no *Whatsapp* para “colocar juízo” na cabeça dos seus “próprios parentes”, mas muitos não lhes davam ouvidos e ainda caçoavam do seu português. “Já muitos parentes falaram pra mim que é pra eu sair da internet e ir aprender a escrever certo. E eu falo pra eles: eu escrevo errado, mas pelo menos



sumário

estou pensando certo; e você que escreve certo, mas pensa errado? Não é pior?” E solta uma gargalhada. E acrescenta, absolutamente indignada, porém sem nunca deixar de sorrir: “Pois, não é verdade? Onde já se viu, eu falo com eles, ‘pois parente, se o homem já mandou avisar que não vai mais demarcar nenhum centímetro de terra para povo indígena, você vai votar contra o seu povo, parente?!”

Patioba nasceu na aldeia Pé do Monte, próximo ao Monte Pascoal, mais ao sul, região habitada pelos Pataxó, desde tempos imemoriais. Lá, ainda na infância, aprendeu a fazer, com sua avó, colares com sementes que hoje em dia também faz para vender em sua loja. Mora há mais de vinte anos na Coroa Vermelha e acompanhou o desenvolvimento do local, tendo sido beneficiada por uma série de projetos do governo ao longo dos últimos anos. “Eu tenho muito orgulho de viver aqui, de ter saído de lá do meio da mata, onde eu cresci; a gente dormia no chão. E lá sabe o que tinha para comer? Carne de cabeça, quando tinha. Já comeu carne de cabeça?” Ela falava e ria ao mesmo tempo, numa leveza que contrastava com o conteúdo daquela história tão sofrida, que lamentavelmente retrata o peso de uma realidade ainda muito comum na vida de tantos Pataxó: a de vulnerabilidade socioeconômica, seja na Coroa Vermelha, considerada aldeia urbana, seja nas aldeias mais remotas. E, parando para pensar, não é esta a realidade dos povos indígenas do Brasil, de uma maneira geral? Aliás, a ONU publicou um relatório sobre isso em 2016⁵.

A tradição da feitura de adereços corporais e artefatos de madeira como as tradicionais gamelas remonta a tempos imemoriais. No entanto, só a partir da década de 1970 e, sobretudo na Coroa Vermelha, onde a atividade turística de massas é intensa, a fabricação e a venda do artesanato, em função do mercado turístico, passou a constituir a principal fonte de renda das famílias. Daí que a organização

sumário

5 Ver “Situação dos povos indígenas no Brasil é a mais grave desde 1988, diz relatora da ONU” (2016). Disponível em <<https://nacoesunidas.org/situacao-dos-povos-indigenas-no-brasil-e-a-mais-grave-desde-1988-diz-relatora-da-onu/>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

e a dinâmica social das famílias Pataxó se dá em torno da fabricação e/ou venda do artesanato. As famílias constituem núcleos produtivos e as oficinas de artesanato são um anexo da casa (NEVES, 2015). Em geral, os Pataxó se dividem entre artesãos e comerciantes numa aparente relação de cooperação: quem é artesão precisa de tempo para produzir e não tem tempo para vender; e quem vende não tem tempo para produzir, de modo que as famílias se organizam em uma grande e complexa rede de circulação de matérias-primas, saberes e objetos que interligam diversas aldeias do sul da Bahia produtoras de artesanato e cujo epicentro é a Coroa Vermelha. É para lá que escoam a maioria da produção de aldeias mais distantes que são exclusivamente produtoras, a exemplo de Boca da Mata e Mata Medonha. É precisamente no Parque Indígena, o famoso Complexo turístico localizado no centro da aldeia urbana de Coroa Vermelha, onde as interações dessa rede de circulação culminam em uma feira de artesanatos semanal que ocorre no estacionamento do Parque Indígena. Comerciantes atacadistas (indígenas e não indígenas) de lojas da região da Coroa Vermelha e de Porto Seguro transacionam etnomercadorias que são adquiridas para revenda pelos lojistas do Parque e de outras aldeias da região. Muitas dessas etnomercadorias não são pataxós, podendo ser de outras etnias ou simplesmente *souvenirs* industrializados vindos da China. Essa última fonte tem se tornado cada vez mais comum.

Os artesãos de cada aldeia Pataxó se tornam especialistas em um tipo específico de artefato, e o que determina essa especialização é a matéria-prima fornecida pelo ecossistema no qual cada aldeia se insere. Explica-me Jefinho Pataxó, administrador do Parque que, em Boca da Mata se encontra muita madeira, por isso “lá eles concentram a produção de gamelas; de Barra Velha, vem os colares de sementes”. Ao mesmo tempo em que canaliza boa parte da produção dos parentes de outras aldeias, Coroa Vermelha é também uma forte produtora, destacando-se no beneficiamento de



sumário

sementes e no acabamento de peças de madeira. Boca da Mata, por exemplo, produz muitas gamelas. Mas, em geral, é na Coroa onde elas ganham polimento e também poder de comunicação: imagens e frases são gravadas e criam códigos de uma linguagem própria, subterrânea (POLLAK, 1989) acionada na condição de suporte de memória (ABREU, 2016) às histórias contadas via tradição oral nas palestras de cultura contadas para os turistas como parte da experiência etnoturística da Reserva Pataxó da Jaqueira. É um trabalho realizado no âmbito do movimento de afirmação cultural que consiste em atuar na educação étnico-racial contra colonizadora para turistas⁶ e no compartilhamento de aspectos da cosmologia Pataxó, através das cores dos artesanatos, na medida em que representam elementos sagrados da natureza. É possível acessar a força desses elementos ao usar adereços Pataxó, e é esse conhecimento que Nitynawã Pataxó, artista e cofundadora da Reserva da Jaqueira, transmite para os turistas que visitam seu *kijeme*⁷. O outro lado da história Pataxó, hoje, relegado a uma “memória subterrânea” pode ser acessada nessas interações, ou seja, histórias que retratam uma profunda conexão espiritual com a natureza e com a ancestralidade.

A PALESTRA DE CULTURA DE NITYNAWÃ, RESERVA PATAXÓ DA JAQUEIRA⁸

sumário

A Reserva da Jaqueira é medicina; são 827 ha de mata atlântica, 40% dessa mata é primária. Então, nós temos muitos animais, muitos pássaros, até alguns que já estão ameaçados de extinção nós temos

6 Para um aprofundamento no tema, ver Costa (2020).

7 A tradução literal do patxohã seria simplesmente “casa”. Mas nesse caso, a tradução adequada seria “loja” ou “banca” de artesanatos.

8 Esse item é um trecho da transcrição de uma palestra de Nitynawã Pataxó publicada na íntegra na dissertação “Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira (COSTA, 2020).

aqui nessa comunidade. As mulheres, quando elas vieram pra cá, foi como se fosse um desafio. Um sonho, que às vezes você tá sonhando e busca isso na realidade. Normalmente quando a gente sonha sozinho você tá dormindo. E quando você sonha acordado você tá no coletivo. E foi isso que nós fizemos aqui. Essa aldeia, ela foi fundada com muito amor, muita determinação, muito carinho, muita união. Pra que isso acontecesse foi uma luta muito grande pra nós. Muitas vezes, quando eu venho aqui contar essa história pra vocês, eu gostaria de falar só as coisas boas que nós conquistamos através da união da comunidade. Mas não tem como falar do bom se não relatar um pouquinho do passado, né? E o povo indígena no Brasil não é só o Pataxó, não.

Os povos indígenas no Brasil ao longo desse século, eles vieram passando por várias consequências, muitos obstáculos, perdemos as nossas terras, aí impunha as outras culturas para nós, outras religiões, né chegando dentro da nossa comunidade, nossas florestas foram desmatadas, nossos rios estão mortos, outros estão doentes; quando fala “nosso”, não é só nós povos indígenas não, viu? No geral, todos nós precisamos da natureza para sobreviver, precisamos de água potável, né? Nós precisamos disso.

AS CORES DA JAQUEIRA⁹

O azul para nós simboliza a água; que a água é a vida; sem a água não vamos conseguir viver; temos que beber água; então, a cor azul, para nós, simboliza a água... e a gente faz o ritual da água. Aí, quando alguém pergunta da cor azul, a gente tá falando o que representa para nós dentro da nossa cultura, dentro da nossa

⁹ Esse item é uma transcrição de fala de Nitynawã, extraída da dissertação “Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira (COSTA, 2020).

história e dentro da nossa vida; tanto o pataxó como o ser humano; isso é a cor azul.

A branca para nós é a representação da lua porque a gente tem o ritual da lua cheia. O pessoal faz a fogueira, canta, dança, conta história, né? Então, pra gente, é como se fosse uma renovação espiritual, porque ali tu tá cantando, tá suando, tá dançando, tá buscando força né? Essa é a cor branca representando para nós.

A vermelha, para nós, simboliza o fogo. O fogo ele representa força, proteção. E, quando a gente faz a fogueira, chega um, chega outro, também simbolizando a união daquela comunidade, daquele povo que tá ali. Por isso que simboliza a resistência. Por isso que o índio usa muito o vermelho como se fosse mesmo uma proteção, o vermelho nas lutas, em tudo, o pessoal tá usando muito a cor vermelha, que é a cor do sangue, pessoal fala muito também que é a cor do sangue.

Aí, o amarelo. O amarelo, para nós, simboliza o sol, que é a luz. Sem o sol nós não vamos... é tudo que é importante na vida do ser humano. E, para nós, povos indígenas, ele é a luz, né? Quando ele nasce, minha mãe fala que quando a gente acorda depois que o sol nasce, a gente fica todo dolorido por causa dos raios do sol que passam por cima da gente. Então o sol tem uma grande resistência e força também.

Aí a gente tem o marrom que a gente usa, que é a terra, que é a parte sagrada. Aonde você busca toda a sua força. Quando tu pisa na terra não é para destruir, mas é para se fortalecer, absorver energias boas, né? É por isso que a gente caminha sempre descalço, no dia a dia...então, a cor marrom simboliza essa parte sagrada que é a terra.

E o verde é a floresta, é a vida né? Cê sabe que a natureza tá falando de vida. Que nasce, cresce, então é o renascer na nossa vida: a cor verde. O verde pra nós tem essa simbolização muito

sumário

importante dentro da nossa cultura. Então, por isso que a gente usa essas cores aqui, agradecendo a *Niamisu*¹⁰ por nós termos esses elementos da natureza: sol, água, fogo, lua, terra, floresta... aí tem essas cores que cê vê a gente usando todos os dias aqui. Nós que criamos essas cores da Jaqueira, viu? Tudo é nós que criamos aqui. Nós fizemos um ritual num lugar que a gente tinha aqui, o *kijeme* sagrado, aí depois do ritual a gente decidiu fazer essas cores para simbolizar esses elementos da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outras atividades econômicas e de subsistência como a pesca artesanal e a agricultura fazem parte do cotidiano das famílias Pataxó da Coroa Vermelha, mas, sem dúvida, a feitura do artesanato é a sua principal fonte de renda. A crescente tendência do aumento da atividade etnoturística na TI, incentivada pelas lideranças locais e por órgãos indígenas como o Instituto Pataxó de Etnoturismo da Reserva da Jaqueira, têm buscado parcerias junto ao poder público para a expansão da atividade. Ela aponta para uma tendência de que o artesanato continue sendo a principal atividade econômica nesse contexto, incentivando o aprimoramento da produção artística e a sua valorização. A técnica da pirogravura foi apropriada entre os anos 1970 e 80, quando houve uma valorização da atividade turística e, conseqüentemente, da demanda por artesanatos Pataxó na região. A nova tecnologia possibilitou ao povo originário da chamada “terra do descobrimento” transmutar sua identidade aos artefatos, dar-lhes personalidade e uma memória - aquela subversiva a fim de romper com o silêncio, a qual chamou Pollak (1989, p. 04) “memória subterrânea”.

sumário

10 Deus em patxohã.

Atuando nesse sentido, existe hoje um movimento crescente de intelectuais e artistas Pataxó fazendo a seguinte pergunta: “que memória é essa que queremos retratar”? Daí começaram a problematizar o desenho de caravelas portuguesas. A exemplo disso, sobretudo, na arte de pirografia, por ser esta expressão artística a mais comum e sob o argumento de que é preciso valorizar a cultura Pataxó, ou seja, reproduzir grafismos, paisagens locais e imprimir os nomes das aldeias, ao invés de continuar reproduzindo nos objetos imagens estereotipadas que apenas reforçam e fazem alusão a uma versão romantizada do evento da invasão do Brasil. Ou reforçam uma espécie de neocolonização do território a partir do ato de gravar o nome “Porto Seguro” (uma denominação puramente comercial e genérica) em detrimento dos nomes dos territórios indígenas, menos publicizados e, por isso, menos procurados. Trata-se de um legítimo movimento de elevação da autoestima e de valorização da etnicidade e do próprio território.

Não obstante, uma coisa é certa: caravela portuguesa ou grafismo, as gravuras marcadas a ferro e fogo com pirógrafo pelos artistas Pataxó imprimem nos corpos de madeira prestes a sair da Coroa Vermelha para se proliferar pelo mundo, memórias de dor, de resistência e de resiliência “que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso, a memória nacional” (POLLAK, 1989 p. 4): “as do povo originário desta terra, os Pataxó”.

sumário

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *Memória social: itinerários poéticos-conceituais. Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016 p. 41-66.

BARRETO, Margarita. *Cultura e Turismo*: Discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007.

BARTH, Fredrick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In BARTH, Fredrick. *O guru e o iniciador e outras variações antropológicas*. SP: Contra Capa, 2006, p. 25-67.

COMAROFF, John L.; COMAROFF, Jean. *Etnicidad* S.A. Buenos Aires/ Madrid: Katz Editores, 2011.

COSTA, Alicia Araujo da S. *Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira*. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade), 261 f. Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade - UFSB, 2020.

FERREIRA, Oziel Santana, et al. *Assim Contam os Mais Velhos: experiências e resultados da experiência intercultural em pesquisa sobre gestão etnoambiental de territórios pataxó*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

GRÜNEWALD, Rodrigo Azeredo. Artes turísticas e autenticidade cultural, *Veredas - Revista Científica de Turismo*, 2002 ano I nº 1. Cabedelo – PB, LABTUR-IESP, p. 7-21.

GRÜNEWALD, Rodrigo Azeredo. *Os “índios do descobrimento”*: Tradição e turismo. Tese de doutorado (Antropologia social). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

GRÜNEWALD, Rodrigo Azeredo. *Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha*: imperialismo e pós -colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: *Pasos*, 2015. Vol. 13 N.o2. Special Issue p. 411-424.

NEVES, Sandro Campos. Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália-BA. PASOS. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 9(3) Special Issue pp 45-58. 2011.

NEVES, Sandro Campos *A domesticação do turismo: estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo em Coroa Vermelha*. X Seminário ANPTUR: UCS, 2013.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Prefácio. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016, p. 7-44.

PEDREIRA, Hugo Prudente da S. Aldeia Velha, “nova na cultura”: reconstrução territorial e novos espaços de protagonismo entre os Pataxó. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 2, N. 2, 2013 p. 31-42.



sumário

PICORNELL, Climent. Los impactos del Turismo. *Papers de Turisme*, n. 11. Valência: Instituto de Turiso de Valência, pp. 65-92, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOARES, Antônio Mateus. Porto Seguro - Bahia - turismo predatório e (in) sustentabilidade social. *GeoGraphos. Alicante*, v. 7, n. 87 (21), p. 25, 2016.

SALVÀ & TOMAS, Pere A. Las implicaciones socio culturales del turismo en el Mediterráneo. In: Amalia Inês G. Lemos, A. I.G (org). *Turismo: Impactos sócio-ambientais*. Hucitec, São Paulo; 2001, p. 187-206.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília. INCTI, UnB, 2015.



sumário

2

Bougleux Bonjardim da Silva Carmo

ENCENAÇÃO DA VIOLÊNCIA, VIOLAÇÃO E AUTORITARISMO NO CONTO “NADA CONTRA OS CARAS”, DE MÁRCIO BARBOSA

INTRODUÇÃO

O presente capítulo situa-se no contexto da análise literária vinculada aos estudos da relação entre a violência e literatura, enquanto elementos intimamente ligados à experiência humana (ADORNO, 1979; GINZBURG, 2012; OLIVEIRA, 2007). Portanto, aqui toma-se a narrativa curta como objeto de estudo e como uma revelação, devido à sua capacidade de síntese e sua constituição intrínseca de um microcosmo, na qual vale mais aquilo que se deixa de dizer, uma vez que tudo no conto vai se completando e se transformando (PÓLVORA, 2002). Nessa perspectiva, desvendar as vozes e silêncios representados em um conto perpassa por um movimento dialético entre forma e discurso, uma vez que, ao esclarecer os elementos constitutivos da narrativa curta, não se pode pressupor a plenitude de uma interpretação acabada em si mesma, pois nunca é plena (MOISÉS, 2008).

Contudo, o jogo entre a intencionalidade do autor e a seleção de materiais linguístico-literários que realiza parecem evidenciar um quadro que se quer fazer entendido, já que abre espaços para a sugestão e para as entrelinhas, importando mais o que as personagens pensam num quase mergulho existencial e fugidio, num instante crítico (PÓLVORA, 2002). Tais características de sugestionalidade, discursos velados e criticidade valem-se da linguagem para a materialização desse instante crítico.

Sendo assim, cada uma dessas considerações iniciais se liga de maneira contundente ao conto *Nada contra os Caras*, de Márcio Barbosa, que se desdobra em uma simbologia centrada na violência, na violação e no autoritarismo. O propósito aqui é desatar a encenação desses discursos transfigurados nos elementos formais, semióticos e discursivos que se lançam para estruturas fora da narrativa.

sumário

Nesse sentido, são destacados os elementos vários que configuram a dramaticidade do conto, na qual o jogo cênico faz brotar, a partir da memória do narrador-personagem, as engrenagens do discurso-forma da violência, violação e autoritarismo. Tal jogo expõe, por meio de traços estilísticos determinados, os atores sociais e o *locus* da *violentia* institucionalizada.

Tendo em conta esses pressupostos, não se trata tão somente de se realizar elucubrações teóricas sobre o aspecto notório da violência e preconceito racial que tematiza o enredo, mas também a decomposição das vozes e discursos de transgressão e autoritarismo velados e que, de alguma maneira, estão denunciados nas marcas da linguagem que “encarnam-se” no discurso. Nessa direção, torna-se possível chegar à alguma compreensão dos sujeitos e sentidos constituídos (ORLANDI, 2005).

Importa ressaltar que o conto em estudo faz parte de um conjunto maior de narrativas vinculadas ao movimento e militância afro-brasileira e veiculadas por meio dos Cadernos Negros, em edições desde a década de 70. Trata-se, pois, de um aspecto fundamental a ser considerado. Parte-se da ideia de que não há neutralidade no estudo literário (GINZBURG, 2012) e os textos presentes nas referidas edições buscam, portanto, dar voz a uma considerável parte dos sujeitos sociais, suas ideias, formas de expressão, histórias e representações.

No presente texto, pretende-se contribuir para essa valorização trazendo à centralidade as concepções estéticas presentes no conto selecionado. A análise aqui empregada volta-se ao texto literário independente da forma assumida, porquanto a encenação da violência se desdobra sob princípios dos quais desvela-se do processo constitutivo do discurso.

Para tanto, em primeiro lugar, expõe-se o quadro teórico da discussão e breve contextualização temática, em relação aos conceitos

sumário

de violência, violação e autoritarismo. No segundo momento, faz-se uma sucinta descrição do conto aludindo-se sempre às marcas da *violentia*. Em seguida, reflete-se nas questões identitárias que se desdobram dessa descrição. Após essa abordagem, expõe-se aspectos formais, linguísticos e semióticos que veiculam a *violentia* no conto, posto à dissecação produtiva. Finalmente, busca-se explicitar os quadros sistêmicos à guisa de conclusão relativa da presente aventura interpretativa.

VIOLÊNCIA E LITERATURA: ALGUNS APONTAMENTOS

No conto *Nada contra os Caras* o encontro travado entre o narrador-personagem e as personagens dos policiais que o interpelam, em algum ponto do centro de uma cidade, se dá de forma abrupta. Tal é a situação inicial e problemática da narrativa. De fato, o conflito é instaurado nas primeiras linhas do conto, por meio de uma abordagem policial que se faz autoritária e arbitrária. Dessa forma, essa cena incita à reflexão das relações entre literatura e violência. Todavia, antes da explicitação das marcas dessa relação, importa destacar caminhos teóricos dos estudos da violência e violação que baseiam o presente trabalho e constituem uma importante corrente de estudos literários.

Na verdade, a ficção permite uma encenação da realidade e, por conseguinte, fazer o leitor refletir sobre a sociedade e os esquemas de violência e violação daquilo que se constitui como direito humano (OLIVEIRA, 2007). Além disso, o discurso tende a apresentar certa representação da realidade, embora não seja sua função. Nessa acepção, na inter-relação entre o real e o imaginário, o discurso tende a portar as discontinuidades e contradições constitutivas tanto do sentido quanto do sujeito. Porém, no nível das representações e do

sumário

imaginário essas características se dissipam e se unificam (ORLANDI, 2005). Dessa forma, na presente discussão, assume-se a expressão *violentia* como representação desses conceitos, nos seguintes termos:

Violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa trotar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a vis, que quer dizer, força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mais também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de alguma coisa. Mais profundamente, a palavra vis significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer a sua força e, portanto a potência, o valor, a força vital (MICHAUD, 1989, p. 08).

A partir dessas acepções, é possível associar a noção de autoritarismo a esse campo semântico e, por sua vez, a arbitrariedade como elemento concomitante à ação autoritária, uma vez que se vinculam em certa medida. De igual modo, não somente o conto aqui analisado, como também em inúmeras obras, o aspecto realista permeia e conduz à cena narrativa os seres que simbolizam aquilo que está fora dela, isto é, “pode-se dizer que a literatura acaba por fundar um caminho possível de leituras de fatos que circundam o dia-a-dia dos personagens ‘reais’” (OLIVEIRA, 2007, p. 23). Por conseguinte, veiculam vozes que são socialmente silenciadas. No entanto, vale questionar: como o real se transfigura nessa ficcionalidade denunciante e, em certa medida, engajada? Um dos caminhos possíveis para a compreensão desse elemento assim se coloca:

[...] a encenação da violência via discurso literário não significa o aniquilamento da ação que se processa no plano real. No plano artístico, a tensão geradora da violência propriamente dita se desfaz, apesar de o escritor tentar simular, num espaço ficcional, um contexto fechado semelhante ao da realidade (OLIVEIRA, 2007, p. 27).

Essa simulação, pode se dar por meio da *mimesis* e/ou da representação, de um sentido social simbólico ou de desmascaramento

sumário

de costumes vigentes (CÂNDIDO, 2000). Por esse prisma, a *violentia* e a arbitrariedade do autoritarismo se configuram como parte dos costumes vigentes, o que não é difícil de constatar-se do ponto de vista histórico. De qualquer maneira, é possível afirmar o estreito laço entre questões sociais e a estrutura do conto, pois há elementos do social participando da organização interna da narrativa a estabelecer as marcas e imagens da *violentia*, uma vez que, conforme Cândido (2000), o elemento sociológico contribui no enquadramento discursivo, como fator da construção artística, no nível explicativo da obra, além de ser um testemunho inconsciente de sua época (ADORNO, 1970).

Conforme os estudos de violência e violação, o diálogo do social com a estrutura da narrativa é bastante estreito. Não obstante, vale ressaltar que tal relação não deixa de ser, em certa medida, refratária, já que não se pode pressupor cópia da realidade e é preciso conscientizar-se “da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a *mimese* é sempre uma forma de *poiese*” (CÂNDIDO, 2000, p. 13). Nesse viés, os aspectos sociais e psíquicos estão intimamente ligados na análise dessa relação entre a narrativa e a sociedade.

Respeitando esses apontamentos, a natureza da violência é paradoxal, já que depende, de maneira fundamental, das relações simbólico-sociais entre atores dominadores e dominados numa relação de arbitrariedade e consentimento. Tal condição denota o paradoxo, em razão de “os dominados introjetam princípios estabelecidos pelos dominantes, isto é, valores que caracterizam outros agrupamentos humanos, princípios estes que são geradores de uma espécie de autodepreciação”, consoante Oliveira (2007, p. 26).

Sob esse prisma, o contexto social e político participa do constructo orgânico literário e, nesse plano, as imagens díspares e violentas são encenadas, não como uma cópia da realidade, senão



sumário

como ressignificação ou recriação que denuncia e a explicita em suas múltiplas nuances. Nesse sentido, as interdições socialmente estabelecidas são transgredidas resultando numa permanente tensão. Por conseguinte, regras são quebradas e o texto literário exhibe as marcas dessa tensão.

Como visto, essa relação entre dominadores e dominados é em si mesma paradoxal e é parte da criação estético-literária a reflexão sobre as contradições inerentes à realidade humana (ADORNO, 1970). Essas contraditoriedades se desdobram na obra seja na concepção formal, seja nos elementos e forças componentes da narrativa. Sob essa ótica, a obra acaba por refletir, ainda que de forma inconsciente, as contradições existentes e não resolvidas no meio social numa tentativa, quase sempre não conseguida, de conciliação entre essas forças opostas e conflitivas. Portanto, qualquer leitura da obra literária não pode prescindir-se da busca por todas essas questões, tendo em conta a necessidade de achar as vozes que estão caladas nas obras e denunciar as vozes opressoras (GINZBURG, 2012), o que não deixa de ser, em certa medida, uma forma de crítica engajada.

Vale destacar que a relação literatura-violência acompanha a história da humanidade e a cosmologia ocidental, na qual a literatura mítico-religiosa, por exemplo, já expressava essa relação primordial entre esse impulso de violência e a ação humana:

As obras tidas como as mais antigas da história da humanidade, o texto bíblico e a epopeia de Homero, ao lado dos mitos e lendas da Grécia Antiga, trazem em si a violência que assola a humanidade desde sua origem. Estes fatos demonstram que a natureza humana está fundada, não apenas pelo aspecto racional que tomou conta do ser a partir de um determinado momento, mas principalmente pelo aspecto instintivo, impulsivo, que leva o homem, em determinadas situações, a realizar atos de extrema violência e, por que não dizer crueldade, contra o outro, seu semelhante (PALMA, 2008, p. 28).

sumário

Sob essa ótica, a *violentia* é parte constitutiva do ser humano e do ser social que o integra historicamente como tema *a priori* que se revela no fazer literário.

Igualmente, não deixa de haver violência na visão de que a metafísica e a metáfora do olhar do homem ocidental construíram-se sobre a presença negra representada a partir de estereótipos de primitivismo e degeneração: “os olhos do homem brando destroçam o corpo do homem negro e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência é transgredido, seu campo de visão é perturbado” (BHABHA, 1998, p. 73). É provável que visões estereotipadas assim construídas, tal como exposta acima, vão se desdobrando em formações discursivas, tal como pensa Orlandi (2005) e em atitudes violentas que naturalizam princípios relativos ao preconceito racial.

ESPETÁCULO, MARCAS DE VIOLAÇÃO E AUTORITARISMO

É na primeira linha do conto que se instaura a problemática: “Não tenho nada contra os caras, mas os dois vieram direto pra cima de mim” (BARBOSA, 2007, p. 147). Ao ser interpelado e ter solicitado seus documentos, o narrador se questiona quanto ao porquê da atitude autoritária dos policiais. Isso o leva a refletir em seus compromissos e motivos de ali estar e, nesse momento, mostra sua empatia, apesar da insatisfação com a situação expressa no trecho: “como eles, às vezes vejo a morte” (BARBOSA, 2007, p. 147). O protagonista-narrador se ofende com o tom usado pelos policiais e isso o leva ao sentimento de humilhação, devido à presença de pessoas curiosas e da movimentação na rua.

sumário

A sua reação é quase sempre de questionamento que se expressa em indignação, uma vez que fica claro para o protagonista-narrador que a abordagem se efetiva por motivos raciais: “- Por que eu”, “- Por que não pedem para aquele, ou o outro lá?”, “Por que essa discriminação?”. Nesse momento, as descrições no conto ajudam a criar uma atmosfera de movimentação e espetáculo: “a multidão que passava, olhava, mas fingia não ver que ali se estava preparando um leito no IML para um filho da cidade” (BARBOSA, 2007, p. 148).

Não obstante, o que mais incomoda o cidadão abordado fica expresso na sua perda de identidade e julgamento alheios: “Não sabem quem sou, não sabem que coisas eu fiz, mas já me julgaram. Têm certeza de que sou culpado, embora neste momento também me adorem, pois eu lhes proporciono um divertimento, uma fuga à rotina [...]” (BARBOSA, 2007, p. 148). A ratificação do estereótipo fica mais clara para o protagonista ao ser forçado a ir com os policiais e ser chamado de “neguinho”: “eu não tinha voz, não tinha nome, mas tinha cor. Era o neguinho” (BARBOSA, 2007, p. 148).

Antes do clímax, várias são as marcas explícitas de ações, atitudes e pensamentos violentos no momento em que os policiais agarram o braço do protagonista, chutam suas pernas e fazem constatações irônicas, como em: “Esse neguinho é muito folgado” (BARBOSA, 2007, p. 148), além do tom de voz insinuatamente crescente no enredo e a sensação de impotência perante os olhares curiosos. Todavia, a fala mais ameaçadora parte de um dos policiais ao dizer: “Você vai morrer, neguinho. Vai morrer” (BARBOSA, 2007, p. 148). O tom de ameaça permanece até os instantes finais.

Além disso, a violência física se instaura no ato em que o protagonista tenta se desvencilhar das mãos dos policiais. Em seguida, o conflito verbal e físico a punhos se efetiva calorosamente até o protagonista ser imobilizado, sofrer com golpes nas costas, no estômago. O ápice do autoritarismo e da violação é entalhado por

sumário

um revólver empunhado por um policial, distintivamente superior, que declama a sentença: “Fica quieto. Você está envergonhando nossa raça” (BARBOSA, 2007, p. 150).

Para o narrador, a chegada desse homem, também negro, seria a esperança da conciliação e justiça. Não obstante, a voz institucionalizada sobrepuja suas expectativas e, nesse instante do enredo, a narrativa se lança ao plano psicológico até ser interrompido por um desfecho que, se não insólito, tem algo de inesperado, apesar de ter sido construído.

Em outras palavras, uma ameaça de tempestade que se anunciava durante a abordagem policial, o espetáculo da confusão em plena rua e a briga dos policiais com o protagonista desarticulam-se para instaurar uma nova confusão oriunda da mudança de tempo e terminar o conto com um final de arrebatamento: um raio atinge os policiais. Nesse momento, o protagonista, que era reconhecido apenas como “neguinho” por eles, ajuda-os em seus ferimentos, uma vez que se revela enfermeiro.

A breve descrição realizada nessa seção deve servir de base para o desdobramento analítico e às reflexões acerca da encenação da violência, violação e autoritarismo no conto.

TRANSGRESSÕES: VOZES E SILÊNCIOS DA IDENTIDADE

Pode-se afirmar que a narrativa em estudo tende a evidenciar um não-lugar de pessoas destituídas de sua personalidade, *desindentizadas* – com permissão para o neologismo - uma vez que a arbitrariedade dos policiais ao interpelar o narrador-personagem revela a opressão vinculada à questão da cor, do processo de racialização.

sumário

Tal fator parece denotar, ao menos de longe, o caráter denunciativo desse conto, típico das literaturas marginais, como forma de produzir um sentido de conciliação e harmonização de polos opostos, a passo que se denuncia expressões de violência e violação no interior discursivo da narrativa que são insinuados ou evidenciados por marcas determinadas (OLIVEIRA, 2007).

Uma dessas marcas, tal como o autoritarismo, se evidencia na imagem da autoridade que o protagonista coloca nas figuras de Deus, do Estado e da polícia. De fato, o narrador, apesar de sua resistência, sente que as vozes que o cercam são poderosas, institucionalizadas e ele, sem razão, agora era alvo do peso dessas vozes legitimadas pelos punhos e armas dos policiais. Não obstante, como a ser colocado mais a frente, a questão da identidade parece ser um dos silêncios que se desvelam nas entrelinhas do discurso narrativo.

Vale acrescentar que os fenômenos geradores da violência são os mais diversos, contudo os que mais afligem os agrupamentos humanos nos grandes centros urbanos estão relacionados com as ações ilícitas praticadas por indivíduos isoladamente (OLIVEIRA, 2007, p. 34). Entretanto, no caso do narrador-personagem, a violência gerou-se de forma arbitrária e preconceituosa. A constituição imagética do negro, vestido de determinada forma, parado em um ponto central na cidade era passível de ser abordado e revistado, portanto, na visão dos policiais. Tal situação posta pelo enredo revela este não-lugar do sujeito social representado pelo narrador-personagem negro. Violado em seu direito de estar onde está, presume-se que a sua imagem provoca desconfiança. É provável que essa situação se deva a um esvaziamento de sentidos, posto haver uso da violência legítima, em termos estatais.

Os sentidos se esvaziam, porque há uma dissimulação da ação violenta, devido ao fato de partir de atores sociais institucionais, uma vez que o sistema governamental “enquanto poder ordenador e

sumário

viabilizador das condições necessárias ao funcionamento do Estado Nação encontra sua legitimidade na forma como articula sua autoridade, que muitas vezes é exercida de forma arbitrária” (OLIVEIRA, 2007, p. 38). O enfermeiro, protagonista e narrador, enxerga o peso e a ordem dessa legitimidade tendo sua voz e seu discurso calados.

Apesar de o protagonista tentar manter sua voz e expor o racismo dos policiais, ele se encontra preso ao constrangimento de gritos, xingamentos e ameaças por parte dos soldados. A violência verbal é, para esses, subterfúgio e escape, posto que não pudessem agredi-lo fisicamente ainda mais, já que havia uma multidão presenciando o espetáculo.

Nesse contexto, importa destacar que o público estava dividido e apoiando um lado ou o outro. Essa breve constatação do protagonista, ao ser assistido pela multidão, leva à reflexão quanto a reação das pessoas frente às situações onde a *violentia* é instaurada. Qual sentimento leva a aceitação do uso da violência, ainda que se pressupusesse que o abordado fosse, de fato, um criminoso? Na verdade, “a recriação de fatos pela via do literário procura interpelar a História, mostrando os vazios e suas contradições” (OLIVEIRA, 2007, p. 144). Completa-se esse pensamento dizendo que o literário também interpela o ser humano mostrando seus vazios e contradições. Em decorrência das pressões sofridas, a questão identitária emerge, tendo em vista que tais pressões corroboram para o despertar de determinados questionamentos por parte do protagonista quanto à sua condição de ser negro e estar no mundo, representado no estar “aqui” e “agora”, em algum ponto da cidade.

No momento em que o problema da identidade surge, ao questionar sobre o porquê de ser “atacado” pelos policiais, o narrador-personagem se depara com a arbitrariedade institucional. A violência do sujeito interpelado é resistência, porquanto esvaziado de sua personalidade e identificado somente como um “neguinho”, sua figura

sumário

se dissolve na imagem do malandro de rua, um indivíduo qualquer. A narrativa tenta desconstruir esse arquétipo à medida que lança interrogações. Em outros termos, a voz do narrador-personagem lança os questionamentos na direção das relações de poder exercidas arbitrariamente e que redundam no apagamento da individualidade. Em suma, sendo só um “neguinho” a atitude dos policiais revela a anulação da alteridade.

A identidade, de acordo Hall (2003), é um fator nada homogêneo, mas composto de elementos muitas vezes contraditórios. Em outras palavras, a constituição identitária é fragmentária, na qual a posição do sujeito encontra-se deslocado, bem como diferentes posições políticas encontram-se representadas em sua constituição. No caso do conto, só há a cor como definidora da identificação e vista institucionalmente como negativa: o negro como propenso ao crime e, portanto, não haveria arbitrariedade em abordá-lo.

Sob essa ótica, “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Tornou-se politizada” (HALL, 2003, p. 21). Nessas condições, o todo que compõe o sujeito não é levado em consideração, senão uma parte de seu espectro. A partir disso, o narrador-personagem é desprovido de sua condição de estar no mundo e se vê essencializado na cor, pela arbitrariedade que o dispersa. Tal fator se deve à descontinuidade das relações e dos discursos em suas simultaneidades, num processo de rarefação dos discursos e, por conseguinte, dos sujeitos materializados neles (FOUCAULT, 2008).

A identidade do protagonista parece sofrer essa rarefação e ele a sente quando comenta: “Eu não tinha voz, não tinha nome, mas tinha cor. Era o neguinho” (BARBOSA, 2007, p. 148). De igual modo, podemos ver nesse recorte o processo de desumanização, já que a voz institucional anula a humanidade da pessoa e,

sumário

concomitantemente, tal indivíduo já está, mas não se percebe desumanizado, por ter perdido o sentido de alteridade. Na situação da narrativa, os policiais veem só o “neguinho”, não escutam sua angústia e direito de resposta, não veem sua profissão ou sua história. Esse ato de não escuta conduz à violação.

Por outro lado, o momento em que o enfermeiro decide pelo revide, usando sua pouca força contra a constituição simbólica das instituições, tem-se mais uma transgressão, talvez produtiva do ponto de vista do narrador: valer-se da violência como defesa, como única tentativa de grito e de evitar a autodestruição, a autodepreciação (OLIVEIRA, 2007). Diante disso, violou-se um interdito: o direito de ir e vir, o direito de estar em um “aqui”. Por deterem o poder de uso da violência legítima, os policiais transgrediram e invadiram o espaço de direito da personagem narradora e violaram sua condição de estar no mundo, de estar no público e de ser negro.

Não se trata tão somente de um conto construído para “falar” de racismo, como também se aprofunda no sentido de desvelar discursos e esquemas de poder, transgressões e violação dos direitos, a perda de identidade, a arbitrariedade e o ranço do preconceito racial. A desterritorialização da identidade do narrador-personagem e a cor como símbolo negativo de uma identidade teria, assim, uma dupla ficcionalidade, tendo em conta que a identidade nasce como ficção e sob coerção, na qual os indivíduos deviam sentir-se pertencentes a uma nação (BAUMAN, 2005). Assim, o nosso protagonista sente-se como um ser fora das redes de relações com as vozes da autoridade.

Todavia, a tensão entre a vontade institucional, na figura da polícia, e a identidade do narrador-personagem não se completa somente na cor. Em outras palavras, para o protagonista, embora importante, a cor não seria suficiente para defini-lo. Dessa maneira, a cor, vista de forma negativa, seria insuficiente para dizer o que ele é, pois falta-lhe a história, anseios, desejos que, apagados pela violência e violação

sumário

da abordagem policial, tornam-se em pulso e marcas denunciadoras das estruturas de poder e autoritarismo vigentes. De qualquer forma, o sentimento de pertencimento, no sentido atribuído por Bauman (2005), se dissolve na agonia de se ver espetáculo para um público e de não poder contar com as instituições.

Vale ressaltar que a identidade é sempre um conceito de conflito, de uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação (BAUMAN, 2005). Isso quer dizer que, ao passo que o narrador-personagem se vê apagado e reduzido à sua cor, enquanto marca de identidade, este só enxerga nos homens que o abordam como representantes legítimos das vozes institucionais, devido sua agonia na situação.

A partir dessa tensão, apaga-se paradoxalmente a identidade desses homens que também têm suas histórias, seus anseios e que, naquele momento talvez, estivessem movidos por comportamentos sedimentados, ou seja, exibirem má qualificação para o trabalho no qual atuam, repetem discursos diversos, porém estão “ali” cumprindo sua função e creem estar corretos em seus pontos de vista. Tal fator estaria vinculado à própria racionalidade humana que racionaliza a violência e a tem por natural e controlável (BAUMAN, 2005), já que seria considerada natural a atitude violenta oriunda da ação policial.

Não obstante, um ponto de grande interesse na construção identitária do personagem diz respeito a sua profissão revelada nas linhas finais do conto. Algumas pistas são lançadas no decorrer da narrativa, tais como “acostumado a carregar peso”, “às vezes vejo a morte”, os remédios no bolso e o fato de ser um trabalhador são descrições que levarão ao fim do conto à revelação de sua identidade: enfermeiro.

A partir disso é que se torna possível desvelar signos da violência e autoritarismo na e pela linguagem presentes no conto. Em *Nada contra os Caras* o narrador-personagem como projetor da



sumário

enunciação, estabelece seleção de materiais linguísticos que, para chegar aos efeitos de sentido a que se propõe, estabelece sentidos de proximidade, imprimindo o ponto de vista da subjetividade fabricada pelas escolhas do sujeito enuncivo, uma vez que “os mecanismos de projeção da enunciação são bastante utilizados para obtenção de efeitos de aproximação ou de distanciamento do sujeito” (BARROS, 2005, p. 57).

Tais elementos nos levam a tomar partido do foco estabelecido pelo narrador que ora protagoniza a cena do espetáculo a que foi submetido. Portanto, decompor os elementos da enunciação narrativa é propiciar uma desembreagem enunciva, uma vez que “o narrador é o delegado da enunciação no discurso em primeira pessoa. O sujeito da enunciação atribui ao narrador a voz, isto é, o dever e o poder de narrar o discurso em seu lugar” (BARROS, 2005, p. 57). Tal posicionamento é perceptível nos vários momentos em que o protagonista-narrador repete o pensamento “nada contra os eles” (os policiais).

Ao que parece, o posicionamento argumentativo dele se coloca em oposição às vozes autoritárias representadas pela figura institucional e não propriamente na pessoa de cada um dos policiais. Sob esse prisma, há vários pontos da narrativa em que se quer a percepção clara da violação empreendida por eles representada pelo próprio fato de uma abordagem se dá arbitrariamente e sem motivo, bem como o tom ofensivo utilizam. Nesse sentido, a posição de indignação se dirige ao simbólico e não ao pessoal. Ressalta-se que o tom realista do conto e dos movimentos de violação e violência é construído por meio de uma ilusão de referente ou de realidade chamada de ancoragem, ou seja:

Trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como “reais” ou “existentes”, pelo procedimento semântico de concretizar cada vez mais os atores, os espaços e o tempo do discurso, preenchendo-os com traços sensoriais que os “iconizam”, os fazem “cópia da realidade” [...] produzem tal ilusão (BARROS, 2005, p. 60).

sumário

Seguir essa ilusão no conto em estudo é tomar partido da percepção do protagonista de toda a situação na qual está submetido e que figura tantas outras similares no plano fora da ficcionalidade. A maneira como a enunciação é projetada, por meio da ancoragem, leva à percepção da encenação da violência e autoritarismo sob a ótica e foco do sujeito que está dentro da situação. Constrói-se, portanto, o posicionamento argumentativo do sujeito-narrador e as “verdades” que se quer creditadas e suas intenções, uma vez que “o enunciador constrói no discurso todo um dispositivo veridictório, espalha marcas que devem ser encontradas e interpretadas pelo enunciatário” (BARROS, 2005, p. 63).

O espetáculo da violência pública é construído por meio de um descritivismo criador de um percurso imagético, valendo-se de palavras que imprimem a substância dessa violência no discurso, tal como posto por Oliveira (2007), como se vê no trecho da narrativa:

Nada contra os caras, mas fechei os punhos, livre os braços acostumados a carregar peso e, sem pensar, saí socando. Acertei um ou o outro, e não via direito, tudo misturado na mesma nuvem. Logo vieram outros. Imobilizaram meus punhos e me levaram pelo meio das galerias, tratamento de porrada nas costas e no estomago. Eu resistia. Uma voz deixou minha orelha quente:

- Você vai morrer, neguinho. Vai morrer [...] (BARBOSA, 2007, p. 149).

Essa relação entre a substância temática interna ao discurso e os materiais linguísticos elencados para a construção e ancoragem dessa cena espetáculo, por exemplo, decorrem ainda do processo de figurativização que são percursos temáticos abstratos recobertos de figuras de conteúdo, atribuindo-lhes traços de revestimento sensorial. Como já mencionado, o ápice do autoritarismo segue a figurativização, ancorado nos efeitos de realidade:

sumário

Foi quando “ele” chegou. Mais escuro que eu, ele era parecido com meu irmão e vi a luz da cumplicidade em seu rosto [...] mas percebi logo que ele se achava um legítimo representante de Deus, do Estado, da polícia. Orgulhoso em seu uniforme, empunhou o revólver e gritou:

- Fica quieto. Você está envergonhando nossa raça. (BARBOSA, 2007, p. 150).

Violado em seu direito de estar em um “aqui”, levado por suas forças à transgressão do revide, oprimido pelas vozes das autoridades e pelo peso da palavra “raça”, o narrador-protagonista se entrega apenas ao ódio, porém “anestesiado” e sem forças físicas para lutar e ter voz.

Nesse ponto da narrativa, o “ele” é algo superior e que pela voz de autoridade poderia por fim ao espetáculo que, por sua vez, não deixa de ser uma violência simbólica na ideia de um público assistir, com interesse e passivamente, alguém ser injustamente abordado e agredido. São matizes da substância da *violentia* que se desdobram no conto no plano verbal, físico e simbólico projetadas pela ancoragem e figurativização.

Nesse conto, a violência cresce à medida que o protagonista demonstra atitudes de resistência. Assim, de acordo Palma (2008), quanto mais se tenta racionalizá-la, mais se é alimentada e, em dado momento, virá à tona. Nessa perspectiva, ter o poder nas mãos, no caso dos policiais do conto, e ao mesmo tempo ter de controlá-lo, tende levar à explosão incontrolável, pois “a violência assemelha-se a uma energia que se acumula e se for contida por tempo demasiado pode causar mil transtornos”. (PALMA, 2008, p. 41). De fato, no enredo, o calor e os brios violentos das personagens crescem e explodem em violência reativa, nos termos de Marcondes Filho (2001), até serem interrompidos pela confusão instaurada pelas descargas elétricas da tempestade.

sumário

A violência também é parte constitutiva da história literária e da criação literária em todas as épocas, destacando ainda, que “na pós-modernidade violência é um dos caminhos possíveis na busca do homem contemporâneo pela realização dos desejos individuais ou setorizados” (PALMA, 2008, p. 204). Finalmente, os contos têm uma tendência em evidenciar a violência sem muitos disfarces.

Todavia, o conto se desfeca com a representação da alteridade e da conciliação, na sublimação do protagonista enfermeiro que mesmo depois de toda violência sofrida “cura-a” com seu papel social de enfermeiro, espectro importante e parte de sua identidade. Ele se encontrava “inteiro e em pé”, simbolizando sua resistência, tendo a ajuda da natureza e do acaso: uma descarga elétrica que o salvara do suplício. O que o aconteceria caso o raio não tivesse encerrado a abordagem violenta e arbitrária? Esse questionamento e as divagações decorrentes ficam para outro momento.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A pretensão neste texto foi desvelar as marcas da violência, violação e autoritarismo no conto *Nada contra os Caras*, de Márcio Barbosa, observando tais marcas na linguagem e como tematização narrativa. Percebe-se que há inúmeros elementos que descaracterizam a completude identitária do sujeito que narra, bem como as vozes autoritárias se revelam na figurativização e construção espetacular das cenas. Destaca-se a ancoragem, a simulação icônica e discursiva da realidade, que dão o tom realista do enredo que é, ao mesmo tempo, uma encenação onde vigoram a arbitrariedade e violências diversas: simbólica, verbal e física. Apontou-se que a narrativa curta comprime uma profusão de imagens dessas violências em uma crescente que parece querer

sumário

explodir. A situação de opressão transmutada pelo literário se mostra representativa e denunciativa de muitas vozes silenciadas no seu direito de estar em qualquer lugar social como direito.

Encontra-se uma gama de recursos linguísticos, marcas enunciativas que projetam um querer dizer do narrador que está além da pessoa representada na figura do opressor, mas que essa opressão é oriunda de sua representação das vozes de autoridade. Cada figura nesse conto representa uma coletividade ou vozes que se projetam para fora da narrativa.

Alguns fatores são consequências da encenação problematizada no conto: (i) a descaracterização identitária do negro, deslocado pela despersonalização, na qual só um espectro de seu ser é considerado; (ii) a violação do direito de estar em algum lugar no meio social e (iii) a violência tem seu local privilegiado na institucionalização.

A presente análise-síntese procedeu numa tentativa de decomposição mostrando, em suma, que a violência aqui é um conjunto sistêmico do qual o literário não pode se desvencilhar, por ser parte da experiência humana que ela também projeta e representa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Portugal: Martins Fontes, 1970.

BARBOSA, Márcio. Nada contra os caras. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (Orgs.). *Cadernos Negros: contos afro-brasileiros*. Vol. 30. São Paulo: Quilombohoje, 2007.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. 4 ed. São Paulo: Parma, 2005.

sumário

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo Perspec.* vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8573.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Trad. L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

OLIVEIRA, Jurema José de. *Violência e violação: uma leitura triangular do autoritarismo em três narrativas contemporâneas luso-afro-brasileiras*. União dos Escritores Angolanos. Luanda: Práxis, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PALMA, Moacir Dalla. *A violência nos contos e crônicas da segunda metade do século XX*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Estadual de Londrina Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras. Londrina: 2008.

PÓLVORA, Hélio. *Itinerários do conto: interfaces críticas e teóricas da moderna short story*. Ilhéus: Editus, 2002.

sumário

3

Isis Lima da Silva
Rafael Andrés Patiño

EXERCÍCIO DE DIREITOS NA COTIDIANIDADE DE USUÁRIOS DE UM CAPS II

INTRODUÇÃO

A Modernidade como projeto cultural caracteriza-se pela tensão entre a valorização da subjetividade e a individualidade e sua tendência à alienação e reificação dos sujeitos que não se adequam aos seus padrões de normalidade. Esse paradoxo é evidente no tratamento da loucura como doença; durante este período as pessoas diagnosticadas com transtorno mental são submetidas a tratamentos em manicômios e hospícios. Institucionalizadas eram privadas da liberdade, e impedidas de exercer seus direitos como cidadãs. Para Álvarez (2001), os indivíduos que não se adequam aos padrões de normalidade são tratados como alteridades não reconhecidas. Os que destoam dos padrões socialmente estabelecidos não são reconhecidos como sujeitos positivamente valorados pelas suas qualidades, gerando práticas de exclusão da diversidade das formas de ser e de certas formas de subjetividade. A loucura na Modernidade passa a representar uma ameaça à razão, um dos pilares da construção do sujeito moderno (Santi, 2000). Assim, o doente mental, tratado analogamente ao leproso da idade média, é excluído do convívio social e privado dos seus direitos (FOUCAULT, 2002).

No Brasil, segundo Fassheber e Vidal (2007), somente nas décadas de 1960 e 1970 surgem discussões que buscaram a ruptura com a atividade manicomial para a loucura e a construção de novas possibilidades de cuidado. Estas iniciativas estiveram influenciadas pela psiquiatria democrática italiana e pelo pensamento crítico de autores como Michel Foucault, Erving Goffman e Franco Basaglia. Basaglia (1985), por sua vez, denunciava como os indivíduos submetidos a tratamento psiquiátrico eram retirados de seus contextos de socialização e tinham seus direitos negados. O movimento da Reforma Psiquiátrica trouxe questionamentos em relação à saúde mental e passou a organizar uma rede de serviços de saúde mental

sumário

(NASCIMENTO, 2009). Na década de 1980, segundo Arruda (2011), cresce o movimento de denúncia às diversas violações de direitos ocorridas nos espaços manicomiais e começam as primeiras iniciativas de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, que garantisse os direitos das pessoas com transtorno mental. Dentre estes serviços estão os CAPS, que são estratégias centrais no tratamento atual de pessoas com transtorno mental; vinculados à rede pública de saúde, com um território de abrangência definido. Em levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, foi constatado que em 2014 existiam 2.209 (dois mil e duzentos e nove) CAPS habilitados no Brasil, sendo 476 (quatrocentos e setenta e seis) CAPS II, atendendo pessoas adultas com transtorno mental (BRASIL, 2015). Este texto apresenta um trabalho desenvolvido com usuários de um CAPS II, que analisou as narrativas destes em relação às suas experiências de reconhecimento e menosprezo, utilizando a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2010). Neste artigo, apresentamos a discussão destas experiências no campo do direito.

Para Honneth (2010) o reconhecimento intersubjetivo é indispensável para a vida social, porque o indivíduo passa a se perceber enquanto sujeito a partir da interação com o outro. O reconhecimento intersubjetivo fundamenta as atitudes do sujeito consigo mesmo e possibilita a realização de trocas sociais em contextos de segurança afetiva, social e jurídica. O autor descreve três formas de reconhecimento: o amor, representado na dedicação emotiva dos laços afetivos, como o amor e amizade. A ausência de reconhecimento nesta esfera, em usuários de saúde mental, pode ser descrita como violência física, abandono, falta de vivência afetivo-sexual, que geram marcas em suas subjetividades prejudicando uma vivência autônoma.

Neste texto nos concentraremos na esfera do direito. O reconhecimento nesta dimensão é a forma de relação na qual, a partir do ponto de vista dos participantes da interação, o indivíduo

sumário

consegue se considerar a si mesmo digno dos mesmos direitos dos outros semelhantes. Esta forma de reconhecimento “concede aos sujeitos a imputabilidade moral de uma pessoa jurídica com pleno valor” (HONNETH, 2010, p. 26). As situações de menosprezo na esfera do direito atingem o autorrespeito e “se referem aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade” (HONNETH, 2010, p. 216). As pessoas diagnosticadas com transtorno mental são frequentemente submetidas a desrespeitos nesta esfera, quando são privadas de direitos, e submetidas a práticas de exclusão, em nome de tratamentos médicos ou medidas de segurança, o que pode conduzir o sujeito a experimentar “uma situação de perda ou privação de direitos, bem como a capacidade de referir-se a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos” (HONNETH, 2009, p. 217).

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este texto é o resultado de um estudo de caso qualitativo, no qual escolhemos a foto-provocação como método, combinando fotografias e entrevistas semiestruturadas como técnicas (CORREDOR ÁLVAREZ e IÑIGUEZ RUEDA, 2016). Requisitamos que os entrevistados tirassem fotografias de momentos, lugares e pessoas significativas e que representassem experiências positivas ou negativas. Após esse primeiro momento, as fotografias eram o ponto de partida para a construção de narrativas sobre situações de reconhecimento e menosprezo na vida cotidiana dos participantes. A escolha deste método visou respeitar a autonomia dos sujeitos para escolher os acontecimentos que julgassem relevantes. Participaram do estudo cinco sujeitos, quatro homens e uma mulher, dois entrevistados com

sumário

diagnósticos de esquizofrenia e três com diagnóstico de transtorno afetivo bipolar, usuários do CAPS II de Porto Seguro, Bahia.

REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE RECONHECIMENTO DOS USUÁRIOS DO CAPS

Analisaremos aqui algumas experiências de reconhecimento relatadas pelos participantes da esfera do Direito.

RECONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E ESCOLA

Desde 2003 o Ministério da Educação (MEC) assumiu o compromisso de construir sistemas educacionais inclusivos, para garantir o acesso e a permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais, no sistema regular de ensino (BRASIL, 2004). Entretanto, existem inúmeras dificuldades no processo de inclusão de usuários de saúde mental nestes espaços. Dos cinco usuários entrevistados, apenas João frequenta a escola. Ele está concluindo o ensino médio e almeja ingressar na faculdade. Pablo e Lia terminaram o ensino fundamental, Caio foi apenas alfabetizado e Tadeu não é alfabetizado. Para João frequentar a escola novamente o faz sentir-se cidadão e ser humano:

Muito legal, eu me sinto além de ser humano, eu me sinto cidadão, eu me sinto uma pessoa que está fazendo novas amizades, eu me sinto uma pessoa que ta olhando pro futuro porque eu pretendo não só estudar no ensino médio e sim entrar na faculdade se Deus me permitir. Então pra mim o ensino médio de escola é tudo de bom que aconteceu. (João)

sumário

Para João o retorno à escola representa a oportunidade de estabelecer vínculos afetivos, de amizade, sentir-se pertencente a uma coletividade e ao mesmo tempo se projetar no futuro como um estudante, construindo uma imagem positiva de si, associada à possibilidade de autorrealização. João relata que foi bem recebido pela equipe da escola e que tem boa relação com os professores e colegas: “há respeito”. Sente-se acolhido e reconhecido como alguém que tem direito de estar naquele espaço.

Eu fui recebido muito bem, a equipe de lá é muito boa, todo mundo lá gosta de mim; eles lá me receberam muito bem. Acolhido por pessoas que eu não conheço e se preocupam comigo... Gosto muito de estudar e de ler livros. (João)

Atualmente a política pública de saúde mental está respaldada por conceitos e práticas que privilegiam a valorização da vida, o incentivo a autonomia, cidadania e a inclusão social, que perpassa pelo acesso à cultura. O CAPS II teve um papel ativo no retorno de João ao ambiente escolar, reconhecendo seu direito à educação e a ter acesso a cultura e ao lazer.

ACESSO A OUTROS ESPAÇOS DE SAÚDE

Considerando os princípios norteadores do SUS torna-se necessário que os programas de saúde sejam frequentemente repensados. É necessário incorporar ações que favoreçam um modelo de clínica ampliada na Atenção Primária, pautada no respeito às singularidades do sujeito (Cunha, 2005). Dentro deste princípio inclusivo, a saúde mental não é assunto restrito aos CAPS, mas também é responsabilidade da Atenção Primária. Pensando nisso, os participantes foram interrogados sobre a sua experiência de atenção nos “postos de saúde” e Unidades de Pronto Atendimento

sumário

(UPA). Tadeu afirmou que é bem atendido no posto de saúde e bem recebido, suas demandas são atendidas e que nunca passou nenhum tipo de constrangimento.

Sempre sou bem atendido no meu posto e ele é perto da UPA. Sempre me senti respeitado nos dois. Frequento o dentista do posto também e ele sempre me atende bem. (Tadeu)

Não houve relatos de falta de acesso ou rejeição de atendimento em equipamentos de saúde do município. Neste sentido, as ações de sensibilização do CAPS junto com os profissionais de outros equipamentos de saúde, parecem ter um efeito positivo para garantir o atendimento da população com transtorno mental. Assim como acesso a saúde é um direito, deve-se considerar que o acesso ao trabalho também, bem como o benefício de prestação continuada que parte dos usuários do CAPS possui, temática discutida no próximo tópico.

TRABALHO E BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A inclusão pelo trabalho de usuários de saúde mental é um grande desafio das Políticas Públicas de Saúde Mental (BRASIL, 2013). Dos cinco usuários entrevistados, Caio é o único que desenvolve atividade remunerada, o que nos sugere a dificuldade da inclusão laboral, um dos pilares das políticas de saúde mental (BARRETO, 2009). Quatro dos cinco entrevistados recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este benefício foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e consiste na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais e que, comprovadamente, não tenha meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993). Os entrevistados reconhecem a importância do benefício como recurso de subsistência.

sumário

Eles o utilizam para pagamento de aluguel ou compra de remédios, mas sinalizaram conflitos familiares em função do dinheiro. É nítida a importância do benefício para a manutenção dos usuários do CAPS II, sendo para alguns e suas famílias a única fonte de renda.

Ajudo no aluguel e o resto eu compro roupa, tem vez quando falta remédio eu compro o remédio. (Pablo)

Caio afirmou que o benefício é importante, mas que desenvolve atividade remunerada. O usuário realiza uma atividade produtiva, vendendo coco, paralelamente ao acompanhamento no CAPS. Porém, Caio não se vê dependente do benefício:

Muitas vezes é bom, mas também não faço muita questão não, porque eu tenho esse trabalhinho, se chegar a cortar eu sei me virar. (Caio)

A atividade laboral remunerada está associada a um sentimento de autonomia e segurança econômica. Para Rodrigues *et al* (2010), a (re)inserção social pela via do trabalho, é um dos desafios da Reforma Psiquiátrica, considerando que fazemos parte de um modelo de produção capitalista que exclui os considerados improdutivos. O BPC é essencial para o pagamento das despesas básicas de usuários do CAPS que não conseguem um emprego remunerado. No entanto seu recebimento gera um paradoxo porque pressupõe a incapacidade laboral, o que dificulta tornar-se independente do ponto de vista econômico.

Este entendimento do BPC representa um obstáculo para a ampliação da experiência de cidadania no âmbito laboral.

sumário

EXPERIÊNCIAS DE MENOSPREZO NA ESFERA DO DIREITO E DIFICULDADE DE ACESSO À REDE DE ENSINO

Algumas pessoas com transtorno mental podem se deparar com situações de exclusão em distintos contextos. No âmbito escolar uma dessas experiências pode estar relacionada à privação do papel na educação dos filhos; neste sentido Lia descreve que a direção da escola de um dos filhos solicitou que o esposo dela passasse a acompanhar o desenvolvimento pedagógico e comportamental do filho do casal, sob a justificativa de o genitor compreender melhor as coisas.

“A diretora da escola de André falou que quem tem que acompanhar André é o Marcelo porque ela fala como eu tenho problema, aí eu falei: Não, mas eu sou mãe, eu tenho que acompanhar”. Aí ela falou: Não, mas, Marcelo entende mais. Aí eu falei: O Marcelo trabalha. (Lia)

Lia julga que o motivo pelo qual a diretora fez esta solicitação tem a ver com sua desqualificação enquanto sujeito capaz de compreender e exercer seu papel de educadora junto ao filho.

Para mim ficou como preconceito da diretora ela quer que Ronaldo vai lá. Eu me sinto muito mal, porque quando eu não tinha nenhum problema, as pessoas não falava essas coisas para mim. (Lia)

sumário

Acredita que foi vítima de preconceito por parte da direção da escola. Lia se sente injustiçada, pois foi-lhe retirado o direito de atuar enquanto alguém que acompanha o desenvolvimento dos filhos. Esta situação teve consequências negativas na forma em que Lia se percebe nas relações sociais. No caso de João, o retorno à escola enfrentou vários obstáculos em virtude de o transtorno mental ser considerado na instituição educativa como doença perigosa. Neste

sentido, Foucault (1975) chama a atenção sobre o tratamento do louco como um sujeito perigoso durante a Modernidade. Esta percepção negativa orienta o comportamento dos sujeitos em relação das pessoas com transtorno mental:

Os colégios ficaram com medo de me matricular porque apresento uma doença a qual era muito arriscado pra eles, o único que me aceitou foi o Ricaldi [Escola Estadual], por eu conhecer e tal e eles confiaram não só em mim, confiaram em vocês (CAPS), vocês que foram lá e que falaram. (João)

João enfrentou a privação do direito à educação, mas não desistiu e com o acompanhamento do CAPS conseguiu ingressar à escola construindo distintos vínculos e novas práticas sociais no espaço escolar. Uma prática de exclusão frequente há décadas atrás na vida de usuários de saúde mental são as internações psiquiátricas contra a vontade dos usuários. (GOFFMAN, 1961)

INTERNAÇÕES NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO E MEDICALIZAÇÃO

Quatro dos cinco entrevistados já passaram por hospitais psiquiátricos e relataram experiências de violação dos direitos humanos e desrespeito nestes locais, que Basaglia (1985) descreve como causadores de “danos” aos usuários, pois se baseiam no princípio do autoritarismo.

No São Judas Tadeu. Me internaram, mãe e os parente. Me doparam, tanto de remédio, que eu ficava babando, ficava igual a robô, sem ter condições nem de comer...a boca não abria pra poder comer. (Caio)

No seu depoimento Caio interpreta a medicalização excessiva como um tratamento que o reduz a um objeto sem vontade, nem mesmo

sumário

controle do seu próprio corpo. Segundo Aguiar (2004) o excesso de medicalização reside, entre outros, no fato da compreensão biológica para os transtornos mentais, sem haver uma descrição das causas e os sentidos dos sintomas. Outro participante também relatou episódios de excesso de medicalização:

Era ruim. Uma vez eu tomei oito injeção de vez pra poder eu voltar ao normal. (Tadeu)

Embora os medicamentos causem desconforto e mal-estar, os mesmos são considerados efetivos se conseguem controlar os sintomas e “voltar ao normal” o sujeito. Para Guarido (2007, p. 154), “atualmente a psicofarmacologia e a neuropsiquiatria ganham espaço hegemônico no tratamento de sofrimentos severos”. Tanto Tadeu como Caio vivenciaram na assistência hospitalar a privação de direitos e práticas que atentavam contra sua dignidade (AMARANTE, 2007), ao referirem o uso excessivo de medicamentos, a impossibilidade de se alimentar e de executar movimentos de forma adequada. Torna-se importante frisar que ambos os entrevistados foram internados em momentos anteriores ao ingresso CAPS II de Porto Seguro, quando faziam acompanhamento em outros dispositivos de saúde. Podemos perceber que o hospital psiquiátrico fez parte da história de vida destes usuários, mas todas as situações de internação vieram antes do acompanhamento no CAPS. Para Pereira (2017), o modelo substitutivo cria uma alternativa à internação e incentiva a realização de atividades comunitárias que visam a integração social, as quais podem favorecer a ressignificação da história pessoal dos usuários de Saúde Mental.

sumário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos da cotidianidade dos usuários do CAPS que participaram dos estudos apontam experiências positivas sobre o

acesso a direitos como a educação, o uso de equipamentos primários de saúde e inclusive inserções laborais. No entanto, as possibilidades de inserção são ainda reduzidas e não abrangem a maioria dos usuários de saúde mental, os quais continuam criando barreiras no acesso a direitos sociais. Destaca-se, no entanto, o acesso à saúde, como um direito que usuários de CAPS alcançam, ao menos na atenção primária. Esta observação é importante porque o CAPS possui um papel ativo na capacitação dos profissionais de saúde de outros equipamentos para a compreensão de que qualquer intervenção em saúde envolve a saúde mental.

Outro aspecto que merece consideração é a forma como a atividade remunerada, mesmo que informal, é significada. Por meio do trabalho um dos usuários constrói uma autoimagem positiva de si como sujeito autônomo. Esta experiência introduz a questão de como a política de saúde mental pode contribuir para a inserção laboral dos usuários sendo que ao mesmo tempo o BPC impede o sujeito de realizar atividade remunerada, tornando-se um obstáculo para a autonomia. Os participantes associam as internações, o manicômio e o hospital psiquiátrico à violação de direitos, violências, controle dos corpos, maus trato físicos, privação da liberdade e medicalização excessiva. Essas práticas atingem diretamente o sujeito, afetam profundamente a autoconfiança e produz feridas morais porque são percebidas pelos sujeitos como um dano intencional.

Todos ressaltaram o quanto preferem o tratamento dispensado no CAPS, identificando-o como um lugar de acolhimento, onde seus direitos são respeitados e no qual recebem um tratamento digno. Este fato vai ao encontro da tentativa do atual governo de potencializar os hospitais psiquiátricos com o aumento de leitos nestas instituições, como colocado na nota técnica 11/2019 intitulada “Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes na Política Nacional sobre Drogas”. Se efetivada, esta



sumário

mudança ameaça tanto os ganhos das lutas encampadas na Reforma Psiquiátrica, quanto a centralidade do CAPS como modelo de cuidado em saúde mental.

Além disso, os relatos permitem abrir alguns interrogantes em relação ao lugar de privilégio que a medicação ocupa no tratamento da saúde mental. Tanto para profissionais como para os usuários, esta parece ser a estratégia central do processo de acompanhamento, sem a qual as outras ações não poderiam funcionar. Talvez seja necessário rever o papel que cumprem as estratégias psicossociais no processo amplo de acompanhamento dos usuários. A medicalização pode ser uma ação dentro de outras no tratamento. Todavia, o estudo permitiu identificar que esta ocupa um lugar central e encontra-se associada à ideia dos usuários de se manter “controlados”. O que entendemos, então, é que eles interiorizam o discurso dos profissionais que ainda privilegia uma perspectiva biomédica orientada ao governo e agenciamento da subjetividade de “desajustados”, os quais precisam ser mantidos dentro de certos padrões de comportamento.

Compreendemos, pois, que nossos usuários acreditam estarem exercendo seus direitos em variadas esferas. Colocaram o CAPS como um potencializador de direitos, deixaram clara a importância deste equipamento em suas vidas e em suas experiências de cidadania ativa. Neste sentido, a possibilidade de construir uma percepção positiva de si pautada pelo autorrespeito, deve estar necessariamente acompanhada do acesso amplo a direitos em igualdade de condições de reconhecimento, em relação às alteridades que integram seu contexto social. Por esse motivo, as experiências de desrespeito, privação de direitos, marginalização e exclusão social relatadas em distintos espaços sociais afetam a autonomia, autoestima e autorrespeito. Notadamente, observamos a capacidade que os participantes têm para criação de estratégias na luta pelo reconhecimento intersubjetivo em distintos contextos sociais como o educativo.

sumário

Finalmente, a garantia de direitos dos usuários de saúde mental não se limita ao acesso de políticas públicas, mas também são necessárias mudanças culturais e sociais orientadas ao reconhecimento e respeito das diferenças subjetivas, inclusive daqueles que, às vezes, não conseguimos compreender ou que não se enquadram nos padrões da racionalidade dominante da nossa época.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Orlando Arroyave AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. ALVARES, O. A. Enfermidad mental y participación normativa. Enfermidad mental y participación normativa. In: CONGOTE, Joana Catalina; CASAS, Alvaro (Org.). *Salud y salud publica: aproximaciones históricas e epistemológicas*. Antioquia: Medellín, 2013.

AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2007.

ARRUDA, Amália G. *Saúde mental na comunidade: a terapia comunitária como dispositivo de cuidado*. Dissertação (Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde. Fortaleza, 2011.

BARRETO Suely Maia Galvão. *O processo de inclusão social dos portadores de transtornos mentais: discursos e práticas em um CAPS*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Universidade Federal da Bahia, 2009.

BASAGLIA, Franco. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL, *Lei 8742 de 7 de dezembro de 1993* que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm >. Acesso em 10 mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

BRASIL. *Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: Orientações para Elaboração de Projetos de Construção de CAPS*. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

sumário

BRASIL. *Saúde Mental em Dados* – 12, ano 10, nº 12. *Informativo eletrônico*. Brasília: outubro de 2015. Disponível em: < https://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf >. Acesso em: 01 out. 2017.

CORREDOR-ÁLVAREZ, Felipe; ÍÑIGUEZ-Rueda, Lupicínio. *La foto-provocación como método*. Su aplicación en un estudio de la autonomía en personas con diagnóstico de Trastorno Mental Severo. *EMPIRIA - Revista de Metodología de las Ciencias Sociales*, núm. 35, 2016, pp. 175-204.

FASSHEBER, Vanessa Barreto; VIDAL, Carlos Eduardo Leal. Da tutela à autonomia: narrativas e construções do cotidiano em uma residência terapêutica. *Psicol. cienc. prof.* Brasília. v. 27, n. 2. São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel (1975 d). *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GUARIDO, Renata. *A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação*. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 33, n.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34, 2010

NASCIMENTO, Rodrigo Costa do. *Loucura e Cidadania: Avanços e Impasses da Reforma Psiquiátrica Brasileira*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)-Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ, 2009.

RODRIGUES, Rúbia Cristina; MARINHO, Tanimar Pereira Coelho; AMORIM, Patricia. *Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho*. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1615-1625, junho de 2010.

SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. *A construção do Eu na Modernidade: Da renascença ao século XIX – um texto didático*. Ribeirão Preto: Holos, 2000.



sumário

4

Marília Martins de Araújo Reis
Sandra Adriana Neves Nunes

VIOLÊNCIA, SAÚDE MENTAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: POSSÍVEIS REFLEXÕES EM TEMPOS DE AMEAÇAS DE RETROCESSO

Atualmente a Saúde Mental no Brasil vem sofrendo constantes ameaças de retrocesso, em contraposição às transformações decorrentes da Reforma Psiquiátrica Brasileira e do Movimento da Luta Antimanicomial. Tais retrocessos inspiram o retorno de uma história marcada pelos maus-tratos, negligência e genocídio, em afronta aos direitos humanos, registrados historicamente em publicações jornalísticas e livros/documentários como as obras “O Holocausto Brasileiro” (ARBEX, 2013) e “O Holocausto Brasileiro - Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil”, de Daniela Arbex (ARBEX & MENDZ, 2016), os quais ilustram com realismo, detalhes e testemunhas das nocivas formas de tratamento em Saúde Mental prestadas pelo Hospital Psiquiátrico Colônia, em Barbacena - MG, comuns às demais instituições psiquiátricas daquele período. Marcas profundas da violência contra pessoas com transtornos mentais deixaram um rastro de dor e sofrimento, inscritos pela violência física, psicológica e social presentes naquelas instituições.

A recente Nota Técnica nº 11/ 2019 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019) autoriza a volta dos hospitais psiquiátricos como pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), denotando incongruência às políticas públicas existentes como é o caso dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que sustentam ações humanizadas, adequadas e sedimentadas ao longo dos anos posteriores à Reforma Psiquiátrica, como serviços substitutivos dos manicômios. Além disso, as internações manicomiais promovem a exclusão social, o distanciamento do núcleo familiar, comunitário da vida cotidiana dos usuários, cerceando a liberdade e a autonomia dos sujeitos.

A referida Nota Técnica também preconiza o retorno da Eletroconvulsoterapia (ECT), técnica considerada ultrapassada por muitos, tendo em vista que estudos demonstraram que os métodos psicossociais utilizados no tratamento de pacientes, antes da

sumário

administração de psicotrópicos, mesmo em casos de internação, trouxeram uma melhor recuperação, conforme abordam Freitas e Amarante (2017). No entanto, a Nota se refere à ECT como tratamento efetivo e de qualidade, a saber:

Quando se trata de *oferta de tratamento efetivo* aos pacientes com transtornos mentais, há que se buscar oferecer no SUS a disponibilização *do melhor aparato terapêutico para a população*. Como exemplo, há a Eletroconvulsoterapia (ECT), cujo aparelho passou a compor a lista do Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais (SIGEM) (...) o Ministério da Saúde passa a financiar a compra desse tipo de equipamento para o tratamento (...) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, p.6, grifos nossos).

Outro fator que denota retrocesso para a Política de Saúde Mental no Brasil, é a legitimação da internação compulsória. O Diário Oficial da União publicou a recente Lei Nº 13.840, de 5 de junho de 2019 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2019), a qual altera o *Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas*, adotando, dentre outras medidas, a internação compulsória, contra a vontade do sujeito, para tratamento. O § 3º considera como internação involuntária:

aquela que se dá (...) a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do SISNAD (...), que constate a existência de motivos que justifiquem a medida (...) (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2019, p. 5).

Tal medida, ainda que aplicada em situação extrema, leva a internações prolongadas, cerceando a liberdade e a promoção da autonomia dos sujeitos, que nem sempre tiveram a oportunidade de serem acompanhados com a regularidade devida pelos serviços substitutivos (os CAPS). É possível notar que referidas medidas têm

sumário

preocupado tanto usuários, quanto profissionais da Saúde, pois além de denotar retrocessos e prejuízos, foram tomadas sem consultar ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), organismo democrático de controle social, participante legitimado das tomadas de decisão sobre a Saúde em nível nacional, que possui representatividade da sociedade civil. Tal atitude sugere que a “democracia participante”, a qual se propõe a administração da nação brasileira, não foi propriamente considerada. Nesse sentido, Hannah Arendt (2004, p. 4) afirma:

A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los. Uma vez que os propósitos da atividade humana, distintos que são dos produtos finais da fabricação, não podem jamais ser previstos com segurança, os meios empregados para se alcançar objetivos políticos são na maioria das vezes de maior relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos.

A autora ressalta ainda, que a violência não depende de números ou opiniões, mas sim de formas de ser implementada, cujos modos de implementação “aumentam e multiplicam a força humana” (ARENDR, 2004, p.33), força tal que, a exemplo de ações compulsórias, costuma-se fazer uso. Adicionado a isso, encontra-se outro agravante no cenário nacional, onde discursos de experiências fragmentadas e isoladas tendem a generalizar-se sob a forma de argumento científico, a exemplo do uso da ECT como modo de tratamento bem sucedido. Este tipo de argumento desperta a preocupação, pois,

Existem, de fato, poucas coisas mais atemorizantes do que o *prestígio sempre crescente dos “donos do saber” de mentalidade científica que vêm assessorando os governos durante as últimas décadas*. O problema não é que eles tenham suficiente sangue-frio para “pensar o impensável”, mas sim que não pensam. (...) aquilo que parece à primeira vista uma hipótese (...) transforma-se imediatamente, (...) em

sumário

um “fato” (...) Desnecessário dizer-se, trata-se aqui não de ciência, mas de pseudociência, (...) E a mais óbvia e “mais profunda objeção a esse tipo de teoria estratégica não é sua utilidade limitada, mas os seus perigos, pois pode levar-nos a acreditar que temos uma compreensão dos eventos e controle sobre o seu desenrolar que não possuímos” (ARENDR, 2004, p. 06, grifos nossos).

Esse quadro, que inspira cuidados, propõe discussões sobre o tema relacionados à violência, à saúde mental e à possível articulação de movimentos sociais, estes últimos como caminhos de resistência e afirmação de subjetividades, com a finalidade de trazer ao debate os efeitos e os riscos do retorno de tempos passados tão sombrios na Saúde Mental do Brasil, que por sua vez, reforçam o preconceito, os estigmas, o cerceamento de direitos humanos, alimentando um ciclo de violências cotidianas presentes na cultura, na subjetividade e na coletividade nos territórios e no sistema de cuidado em Saúde Mental.

SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA – DO CONCEITO AO PRECONCEITO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA LEGITIMADA

Saúde é um conceito mais complexo do que propõe a forma idealizada pela Organização Mundial de Saúde (ONU) em sua concepção no ano de 1946: “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (ONU, 1946). Nesse sentido, Gaino *et al.* (2018) destaca que, apesar da ampliação e consideração dos aspectos biopsicossociais, esse conceito tem sido criticado, visto sua incongruência no que tange à completude, devido às tantas limitações humanas, ambientais e socioeconômicas, dentre outras. Convergindo a esta crítica com enfoque no conceito de Saúde Mental, Furtos (2007)

sumário

ênfatisa que, ser saudável mentalmente, inclui a presença do sofrimento psíquico enquanto aspecto da normalidade, definindo-a como saúde mental “boa o suficiente”. Portanto, a Saúde Mental

pode ser definida como a capacidade de viver e sofrer num ambiente determinado e transformável, sem destrutibilidade, mas não sem revolta; podemos dizer que é a capacidade de conviver com o outro e de manter um relacionamento consigo mesmo, mas também de envolvimento e criação nesse ambiente, incluindo produções atípicas e não normativas (FURTOS, 2007, p. 9).

Outro aspecto reflexivo acerca da saúde mental, relaciona-se ao fato de que os manuais diagnósticos de transtornos mentais foram criados a partir de consensos. Segundo Zanello (2017), o termo “transtorno” é uma construção classificatória, baseada em critérios não neutros, por se referenciar em padrões de normalidade fundamentados na classe média branca americana, a exemplo do Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) e do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). A prevalência de uma cultura sobre variáveis diversas e complexas embutidas no universo psicossocial, tal qual a subjetividade (valores e ideais) dos profissionais sugere pensar que o diagnóstico em Saúde Mental incorre em supostos riscos, como subestimar as diferenças culturais, religiosas e de gênero, de determinados grupos, os quais não fazem parte da minoria dominante.

Com efeito, tais fatos chamam a atenção para a geração de preconceitos sociais e culturais, embutindo o comportamento do “diferente” em rótulos que, por sua vez, retroalimentam preconceitos. Para além destes supostos riscos, já se conta no cotidiano com uma cultura permeada por preconceitos, cuja visão limita e dificulta o reconhecimento e a pertença de usuários dos serviços da Saúde Mental por seu grupo social de convivência, bem como na discriminação dos modos de tratamento/ cuidado a serem utilizados.

sumário

Infere-se que não há como falar em transtornos mentais no Brasil, talvez, no mundo, sem falar de exclusão. Orlando Arroyave, psicólogo colombiano, observa que “a exclusão social não apenas consiste numa coação da autonomia pessoal, mas na sensação de uma perda do status de um sujeito em igualdade moral para interagir e com plena valia” (ARROYAVE, 2010, p. 71, *apud* PATIÑO, 2019). Tal perda de igualdade conduz à segregação, com a impossibilidade de reconhecimento e pertença ao grupo social que preconiza os padrões inclusivos. Supõe-se que os modos de cuidado adotados em períodos antes da Reforma Psiquiátrica no Brasil, com enclausuramentos involuntários, abandono e negligência familiar e social nos hospitais psiquiátricos, contando com o aval do Estado, exemplificam o reflexo da exclusão e segregação, como expressão de violência contra à dignidade aos direitos humanos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Para Delgado (2012), a construção da agenda do campo da atenção psicossocial em sua interface com o fenômeno da violência passou imediatamente a tomar um espaço relevante no Brasil, em vista dos prejuízos psicossociais que dela decorrem.

Nesse âmbito, ressalta-se que a Psicologia, ciência que propõe tratamentos em Saúde Mental, incorre em riscos de exclusão semelhantes, caso não considere este “outro” como “distinto, mas participe da esfera simbólica e social, integrado a uma identidade coletiva, membro de um marco de direitos e de um referencial social e cultural” (PATIÑO, 2019, p. 5). No entanto, ao não considerá-lo, converge à possibilidade da existência de uma *Psicologia da Exclusão*, a qual opera com alteridades de não reconhecimento, que rejeita e segrega os que forem concebidos como anormais, conforme o pensamento dominante da sociedade ou da cultura em que se inserem (ARROYAVE 2010, *apud* PATIÑO, 2019). É importante também citar que os processos de exclusão geram e intensificam o sofrimento psíquico, caso seja agravado, pode culminar no adoecimento mental, ou intensificar o quadro de transtorno.

sumário

Todo ser humano necessita de outro, desde o seu nascimento, sobrevivência até o processo de afirmar-se enquanto pessoa, seja em nível biopsicossocial. As pessoas com transtornos mentais não se eximem dessas precariedades. Furtos (2007) enfatiza a existência de uma precariedade processada no plano psicológico, na qual expõe o humano à vulnerabilidade, nas relações de reciprocidade denotadoras de dependência e da necessidade recíprocas de reconhecimento que o torna digno de existir entre outros humanos. Seguindo a mesma linha de raciocínio, para Patiño (2019), esta precariedade se relaciona ao contexto social no qual o sujeito se insere, podendo apresentar consequências subjetivas diversas. Como já sugerido, tais precariedades são adoecedoras, pois como destaca Furtos (2007, p. 10), “precariedade e loucura estão intimamente ligadas, no sentido psiquiátrico do termo”. No que tange ao processo do adoecer mentalmente, o sujeito que convive em um ambiente cotidiano de exclusão capaz de sujeita-lo à rejeição coletiva, à vergonha, à humilhação, à culpa e não lhe proporciona vínculos de solidariedade e reconhecimento, por sua não correspondência aos padrões de normalidade, poderá levá-lo a um estado de *desaparecimento* em vida, conforme expressa Furtos (2007).

É reforçando este lugar de exclusão, de *desaparecimento*, que as leis e ações dos governantes, quando pouco ou nada representam as minorias, põem em risco as tentativas de alcançar alguma autonomia, visto que pessoas portadoras de transtornos mentais já não possuem autonomia de fato, conforme a cultura prevalente no Brasil. Delgado (2012) aponta para a existência desta temática, que sofreu impacto pouco significativo das mudanças institucionais proporcionadas pela Reforma Psiquiátrica, na qual o “louco” ainda é visto legalmente como incapaz, sujeitando-o assim, ao domínio de um curador, em um processo de violência invisibilizada. Nessa perspectiva,



sumário

Trata-se da escalada das interdições civis, que permanecem como um automatismo do sistema de Justiça, em sua articulação com o *imaginário social da incapacidade do louco*. Esta *forma mitigada e invisível de dominação e violência sobre o sujeito*, que lança mão de um dispositivo legal destinado à proteção do incapaz, isto é, sua curatela, tornou-se um procedimento repetido de maneira insensível e rotineira pelas varas de família, apoiadas em pareceres oriundos do campo da saúde mental. Aos olhos das famílias, por desinformação, este procedimento aparece como natural e eficaz, quando na verdade *ele subsiste pela pura inércia do sistema justiça-psiquiatria, e pela sobrevivência, aparentemente inalterada, da concepção de incapacidade civil absoluta do “louco”* (DELGADO, 2012, p. 194, grifos nossos).

Em se tratando ainda da postura dos governantes, Sigmund Freud, pai da Psicanálise, em sua carta – resposta a Einstein, sobre “Por que a guerra?”, afirma que “as leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição” (FREUD, 1932, p. 33). Quando o governo legitima o retorno de uma instituição que representou a negação de pessoas portadoras de transtornos mentais, enquanto sujeitos passíveis de direitos, de reconhecimento, ele expressa, em outras palavras, o seu *desaparecimento* dela como uma alternativa, enquanto anulação de sua subjetividade e capacidade de inclusão no coletivo. Desse modo, os abrigos, os hospitais psiquiátricos e as comunidades terapêuticas “são instituições de tratamento e/ou proteção social que submetem seus internos a regimes de privação de liberdade e imposição de rotinas que apresentam efeitos danosos para o bem-estar físico e psíquico” (DELGADO, 2012, p. 193), havendo assim, farta literatura, datando a década de 1950 sobre um processo

sumário

que denomina de *goffmanização*¹¹ da subjetividade, e processos de *mortificação do eu*. Como agravante, atualmente tem-se também a ampliação em número e investimento nas Comunidades Terapêuticas, acentuado pela Portaria da SENAD Nº 41 de 01 de Novembro de 2018 - que habilita e pré-qualifica entidades dentre as quais, Comunidades Terapêuticas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Estes cenário e condição ao abordar a privação da liberdade e da autonomia física em relação a si é uma forma de menosprezo. Nesse sentido, falta de reconhecimento pelo outro semelhante, através de sentimentos de interesse, como o amor, impossibilita uma atitude positiva do sujeito em relação a ele mesmo que possa gerar autoconfiança e por sua vez, o tolhe de um desenvolvimento saudável e da segurança emocional básica para produzir uma autoestima positiva (HONNET, 2009), baseando-se na concepção *Honnetiana*. O cerceamento da liberdade das pessoas portadoras de transtornos mentais desarticula sua existência da família e da comunidade de origem, afetando, negativamente, sua autoestima. O menosprezo da privação de direitos e a exclusão social de sua comunidade, onde é tratado com desigualdade, impossibilita que o sujeito se reconheça como ator no seu grupo social, sob uma moral viabilizadora do reconhecimento jurídico e, assim, de adquirir o autorrespeito (HONNET, 2009).

Desse modo, o tratamento por meio de internações em hospitais psiquiátricos promove a configuração de um sujeito encerrado

sumário

11 Termo referente a Erving Goffman, cientista social que em seus estudos sobre instituições psiquiátricas, dentre outras, no livro *Manicômios, Prisões e Conventos* (GOFFMAN, 2001) define o processo de "mortificação do eu", com a supressão da "concepção de si mesmo" e a "cultura aparente" que traz em si, constituídas na vida familiar e civil e não são aceitas pela sociedade. "Ataques do eu" advêm do "despojamento" do seu papel na vida civil devido a imposição de barreiras que impedem o contato com o mundo exterior, do "enquadramento" visto a imposição das regras de conduta, do "despojamento de bens" que o faz perder seu conjunto de identidade e segurança pessoal, e da "exposição contaminadora" através de elaboração de um dossiê que viola o seu "eu doente", causando perturbação do sujeito e "desequilíbrio do eu", uma vez que profana as ações, a autonomia e a liberdade de ação do internado (KUNZE, 2009).

entre muros e em si mesmo, impossibilitando que enxergue nele próprio dignidade para o autorrespeito. Desrespeitado o seu direito constitucional “de ir e vir”, “rotulado” pelos diagnósticos psiquiátricos, cercado de preconceitos, o indivíduo também encontrará limites para o desenvolvimento de uma relação de aprovação solidária pelo outro, como descreve Honnet (2009), bem como de suas capacidades individuais para obter a apreciação dos demais de sua comunidade, incorrendo em outra forma de menosprezo: a degradação do valor social de formas de realização. Sugere-se, nesse contexto, a partir dessas condições, as pessoas com transtornos mentais ao serem mantidas em instituições psiquiátricas, sendo sujeitadas à violência física, psíquica e moral, são privadas de desenvolverem a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima, sob as quais têm encarceradas suas possibilidades de reconhecimento, ingressando em um processo contínuo de despersonalização e negação progressiva de suas subjetividades, frutos nocivos da violência institucional.

O LUGAR DE FALA – SAÚDE MENTAL, MOVIMENTOS SOCIAIS NO “RESGATE” DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Em contrapartida aos processos de exclusão evidenciados pelo contexto ameaçador de retrocessos, observa-se a importância de movimentos sociais que inspiram a esperança e a continuidade da luta por reconhecimento. O movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da Luta Antimanicomial deixaram marcos significativos no que trata das mudanças de paradigmas acerca das pessoas portadoras de transtornos mentais e as formas de cuidado em Saúde Mental, abrindo portas para a possibilidade de conquista de alguma forma de

sumário

autonomia – que não é “resgatada”, pois de fato, foi-lhe negada - bem como o acesso a espaços dialógicos.

Até então, o “louco” não adentrava sob forma alguma os espaços de fala, constituindo-se como incapaz, “sem consciência”, impossibilitado do uso da racionalidade tão venerada pelos “anos das luzes”. Pode-se identificá-lo como subalterno, cujo conceito se adequa não somente ao proletário, mas a todo “aquele cuja voz não pode ser ouvida, às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Conforme a referida autora, a voz do subalterno só pode ser ouvida através do agenciamento, visto não possuir lugar de inserção, não podendo assim falar por si próprio (SPIVAK, 2010). Ainda que sob a forma de representação, as pessoas portadoras de transtornos mentais encontraram lugar de fala através dos profissionais de Saúde – sujeitos dotados de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, de reconhecimento pela cultura, pelo poder hegemônico, que promoveram movimentos em prol da *desospitalização*, por meio da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica a partir dos anos finais da década de 1970 no Brasil, segundo Amarante *et ali* (2008).

Para Axel Honnet (2001; 2003), todo movimento social é uma forma de luta por reconhecimento. Todo conflito social expressa uma tentativa coletiva de obter o reconhecimento de suas identidades, com componentes subjetivos, com sentido de pertencimento. Deste modo a ação está vinculada às emoções dos sujeitos, impulsionando os atos de cooperação social que possibilitam considerar ao mesmo tempo os aspectos coletivo e individual dos processos políticos, conforme exposto por Honneth (2001, 2003). Segundo Ahmed (2015), a palavra emoção vem do latim *emovere*, que se refere a *mover*, *mover-se*, tratando-se também de vínculos, ou seja, o vínculo realizado



sumário

mediante o movimento, conectando corpos ao “ver-se (co)movidos pela proximidade de outros” (AHMED, 2015, p. 35). Nessa perspectiva, as emoções se movem através da circulação dos objetos como “saturados de afeto, como locais de tensão pessoal e social” (AHMED, 2015, p. 36). Sendo assim, a solidariedade, dotada de cunho moral e subjetivo, engrena movimentos sociais. Nesse sentido, Furtos (2007) afirma que normalmente a vulnerabilidade constitucional do humano produz vínculos de solidariedade e de reconhecimento, constituindo assim, ações coletivas.

Em vista do exposto, Honnet (2003, p. 224) declara, “quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política”. Este autor também afirma que a definição das formas de expressão da luta social poderá apresentar meios práticos da força material, simbólica ou passiva que os grupos sociais procuram articular publicamente os desrespeitos e as lesões vivenciados como típicos e reclamar contra eles (HONNET, 2003). Infere-se que tais aspectos encaixam-se perfeitamente no movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira e Luta Manicomial, cujo *objeto* – pessoas com transtornos mentais e formas de tratamento, *saturados de afeto*, promoveram a tensão pessoal e coletiva, *(com)movidos* pela proximidade que permitiu a articulação, o vínculo dos participantes profissionais de saúde, em torno de uma luta por reconhecimento, cujos meios de ação produziram mudanças significativas nas formas de cuidado em Saúde Mental, bem como trouxeram uma proposta diferenciada de conceber o “louco” e a “loucura”, em virtude, pois, do desrespeito e das lesões causados pelas formas tradicionais de tratamento dos usuários dos hospitais psiquiátricos, violadoras de direitos humanos.

Decorrentes de ideais semelhantes em diversos países, pode-se exemplificar a proposta da Clínica Psicossocial como forma de



sumário

cuidado em Saúde Mental para os sujeitos com sofrimento psíquico e transtornos mentais, a qual considera as diversas precariedades (sociais, psicológicas etc.), atentando para os possíveis riscos da *psicologização, medicalização, sanitização, psiquiatrização do cuidado* (FURTOS, 2007, p. 10-11), dentre outros.

Semelhantemente no Brasil, a Reforma Psiquiátrica possibilitou modelos substitutivos do cuidado operado nos manicômios, diferenciando-se da proposta hegemônica médica tradicional, para um cuidado compartilhado, democrático, no território baseado nos princípios da Clínica Ampliada, conforme Campos & Domitti (2007), viabilizou a criação de equipamentos de saúde como o Apoio Matricial ou Matriciamento, no qual se opera uma proposta pedagógica, transdisciplinar, intersetorial para produzir saúde. Este espaço dialógico de cuidado é aberto à participação de diversos atores e pontos de atenção da RAPS, incluindo familiares e usuários, com o intuito de proporcionar melhorias na qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, bem como a quebra de paradigmas.

De acordo com Furtos (2004), as iniciativas em Saúde Mental que comportam as redes e o compartilhamento do sofrimento psíquico vivido com outros sujeitos, tornam-se uma reserva infindável de intervenções que, por meio da ação e da palavra, levam os indivíduos a “aparecer na cena social (...) e não desaparecer na exclusão” (FURTOS, 2004, p. 12).

Defato, tais propostas facilitam o enfrentamento e a possibilidade de amenizar/interromper o ciclo de violência simbólica, psicológica e social sofridos pelos usuários da Saúde Mental, ampliando os espaços de fala e assim, a possibilidade de afirmação. Contudo, as Portarias e Nota Técnica já referidas, caminham na contramão da Política de Saúde Mental do Brasil, ameaçando os direitos cidadãos dos usuários da Saúde Mental. Nesse cenário, é importante salientar que profissionais da Saúde Pública continuam a ter um papel

sumário

relevante nas micro e macropolíticas das relações de poder, tanto na representação da fala dos usuários, em nível tripartite, quanto no exercício do compromisso social cotidiano de suas profissões, articulando, propondo espaços de diálogo e resistência ao que for danoso para a garantia de direitos. Essa relevância converge aos cuidados com a prática para evitar riscos e propõe

o diálogo entre a ciência e a política em torno das práticas de saúde mental de modo que sejam identificadas as responsabilidades que decisores políticos, socio-econômicos, profissionais da saúde e da clínica psicossocial, possuem em relação ao sofrimento dos sujeitos (associado a processos de inclusão perversa, discriminação, segregação, menosprezo ou perda de objetos sociais) em uma contemporaneidade profundamente atravessada pelo individualismo e as lógicas do mercado e com suas consequências psíquicas amplamente repertoriadas no estresse, síndrome de burnout, depressão ou discursos de ódio, entre outras formas pelas quais se manifesta o sofrimento nos lugares do social (PATIÑO, 2019, p. 9).

Sendo assim, os espaços de fala, de ação, de diálogo com os governantes e outros políticos, faz-se fundamental no cenário atual, como expressão de resistência diante de posturas contraditórias presentes na conjuntura da Política de Saúde Mental no Brasil. Afinal, ressalta Furtos (2007), a importância de uma boa governabilidade resguarda a participação de todos que tangem a criação e a organização de políticas e práticas na condução de um sistema de saúde equânime e duradouro, como propõe o Sistema Único de Saúde (SUS).

sumário

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES - RECONNECTAR MOVIMENTOS, FORTALECER RESISTÊNCIAS

Diante das ameaças de retrocessos nos cuidados em Saúde Mental no Brasil, as palavras de Hanna Arendt ao citar Marx e

Hegel, podem nutrir algum conforto, a respeito da continuidade no progresso da História, quando afirmam: “uma vez que os movimentos desse progresso originam-se supostamente das colisões de forças antagônicas é possível interpretar todo “retrocesso” como necessário, porém temporário” (ARENDRT, 2004, p.18). Espera-se que assim o seja: temporário, abreviado. Porém, tal afirmação não deve conduzir à acomodação dos seus atores diante das Portarias de retrocesso, documentos e ações similares, pois não os exime da responsabilidade social, sejam profissionais, usuários e comunidade, no seu papel de resistência e proposição dialógica na tentativa de evitar o surgimento de novos cenários de encarceramento da liberdade e do reconhecimento dos sujeitos com transtornos mentais.

Supõe-se, ser necessário repaginar movimentos, o surgimento de novos movimentos sociais, reconectar corpos e vínculos, nesse desafio de enfrentamento à violência que fere tanto subjetividades, como o coletivo. A fala do “louco” subalterno ainda interdito civil, bem como estigmatizado pela cultura vigente – o que aponta para a necessidade de mudanças culturais, dentre outras - ecoa através da palavra e da ação dos profissionais de saúde, cujos posicionamentos inspiraram no passado e estimulam no presente a solidariedade nesta luta por direitos e igualdade, esta luta por reconhecimento marcada por uma história pregressa de dor, de *mortificação do eu*, no sentido da *goffmanização* das subjetividades, e em muitos casos, de morte. E em nome dos que não morreram fisicamente nas antigas instituições psiquiátricas, a exemplo do Hospital Colônia, mas foram condenados ao *desaparecimento*, subjetivo e social, ainda que continuem vivos.

É necessário e emergente dar continuidade aos estudos acerca desta temática, com o intuito de fortalecer as práticas democráticas em saúde, a exemplo do Matriciamento e outros equipamentos da Clínica Ampliada, propagando assim, seus resultados positivos e animadores sobre a ampliação de possibilidades de alcance da

sumário

autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima das pessoas com sofrimento e transtornos mentais. Além disso, “fundamentar em ciência é fundamental”, para promover contínuas reflexões, a fim de evitar que seja reconstruído um novo capítulo de dor e violação de direitos na História da Saúde Mental no Brasil.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sarah. *La política cultural de las emociones*. Universidad Autónoma de México: Mexico, 2015.

ARBEX, Daniela. *O Holocausto brasileiro*. Geração Editorial. São Paulo, 2013.

ARBEX, Daniela; MENDZ, Armando. *O Holocausto Brasileiro- Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. Documentário. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5eAjshaa-do>. Acesso em: 16/ 02/ 2019.

ARENDR, Hannah. *Da violência*. Tradução de Maria Cláudia Drummond. 2004. Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDR,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%AAncia.pdf> >. Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. *Nota Técnica Nº 11/2019 - CGMAD/DAPES/SAS/MS*. Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2019.

BRASIL. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Órgão: Atos do Poder Legislativo. Diário Oficial da União. Edição: 108. Seção: 1. Página: 2. Publicado em: 06/06/2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/sancionada-lei-permite-internacao.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, Fev. 2007.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Violência e saúde mental: os termos do debate. *Revista O Social em Questão*. Ano XV, n. 28. Rio de Janeiro, 2012. p. 187 – 198.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1932) *In: Um diálogo entre Einstein e Freud: Por que a Guerra?* Apresentação de Deyse de Freitas Lima Ventura, Ricardo Antônio Silva Seitenfus. FADISMA. Santa Maria, 2005.

sumário

FURTOS, Jean. *Psiquiatria y Sociedad. Sufrir sin desaparecer. In: A. Rodríguez (Org.). La Salud mental frente al cambio social.* Editorial Kimpres: Bogotá, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2s1fZC2>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

GAINO, Loraine Vivian *et al.* O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo*. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018 .

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos.* Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

HONNETH, Axel. Democracia como cooperação reflexiva: John Dewey e a teoria democrática hoje. *In: SOUZA, Jesse (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.* Brasília: Editora UnB. Brasília. 2001.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.* Editora 34: São Paulo, 2003.

KUNZE, Nádia Cuiabano. Resenha do livro: *Manicômios, Prisões e Conventos*, de Erving Goffman. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 33 p.289-294, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Imprensa Nacional. Casa Civil da Presidência da República. *Portaria da SENAD Nº 41 de 01 de Novembro de 2018.* Disponível em: <http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48460292/do2-2018-11-05-portaria-da-senad-n-41-de-01-de-novembro-2018-48459965>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – 1946.* Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

PATIÑO, Rafael. *Precariedades, práticas de exclusão social e saúde mental.* II panel O psicossocial. FUNLAM, Colombia, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2010.

sumário

5

Milane Souza Santana

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Este texto é parte da pesquisa de mestrado em curso intitulada Processo de apropriação das tecnologias digitais de informação e comunicação em uma escola situada no contexto de luta pela/na Terra, cujo objetivo é investigar a emergência de novos processos de aprendizagem e formação dos jovens no contexto da difusão das tecnologias digitais de informação e comunicação na educação do campo. Para tanto, trabalhei na perspectiva de compreender a inserção das tecnologias digitais em uma escola do campo, através do estudo do processo de reformulação do Projeto Político Pedagógico vigente de uma escola do campo localizada em uma área significativa, por se tratar de uma escola de assentamento vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.008.90-104

INTRODUÇÃO

O acesso do camponês à educação perpassa por diversos momentos históricos que foram protagonizados pelo próprio trabalhador rural, movimentos sociais do campo e organizações que buscaram a criação de políticas públicas que pudessem garantir a formação do camponês no campo. Atualmente, vigoram no Brasil uma série de políticas públicas voltadas para a educação do campo.

A partir do decreto presidencial 10.252/2020 que altera a estrutura regimental de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, as discussões sobre a educação do campo passam a ficar em evidência, pois uma das medidas previstas no decreto foi a extinção da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Neste sentido, diversos movimentos sociais e organizações sociais do campo começaram a fazer uma série de questionamentos sobre a continuidade do programa, que soaram em tom denunciativo contra as recentes medidas do governo.

A sociedade civil e os movimentos sociais do campo são atores chave na construção da educação do campo no Brasil, pois tal como afirma ROCHA (2010, p. 162): “*A Educação do Campo, por sua vez, é concebida como um espaço de luta popular pela ampliação, pelo acesso, pela permanência e garantia do direito à escola pública (...)*”. A partir das ações dos movimentos sociais do campo, o Estado Brasileiro passou a conceder um crescente espaço às políticas públicas que hoje se articulam em torno à noção de educação do campo (CALDART, 2000). Podemos afirmar que, a organização dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil se intensificou a partir dos anos 90 com mobilizações na área da educação, marcando a construção de novos

sumário

paradigmas ao pensar os processos pedagógicos, tendo em vista a construção de sujeitos políticos com a perspectiva emancipatória e transformadora como elemento orientador deste processo (COSTA, 2010, *apud* ROCHA, 2010).

Neste texto, discutiremos a participação dos movimentos sociais do campo para a construção da educação do campo no Brasil, traçando uma trajetória histórica dos principais acontecimentos que contribuíram para a construção da educação do campo no Brasil. A pesquisa consiste em dados documentais sobre os principais acontecimentos que compõem a trajetória histórica da educação do campo.

Começaremos com alguns fatos que precederam a educação do campo, que foram iniciais para a construção do conceito, posteriormente, discutiremos um pouco do conceito que vem sendo construído, por fim, realizaremos algumas reflexões acerca das ações dos movimentos sociais e sindicais para construção da educação do campo.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

A educação do campo no Brasil, tal como se apresenta hoje, teve participação crucial dos movimentos sociais e sindicais do campo, defendendo o direito da classe trabalhadora à uma educação específica e diferenciada, cobrando do Estado sua responsabilidade por formular políticas que garantam o acesso e permanência desses cidadãos à escola. Portanto, é fundamental conhecer esta cronologia, a fim de refletir acerca dos principais acontecimentos, pois a construção da educação do campo começa muito antes da garantia do direito de uma educação do e no campo.

sumário

É somente no início da República que surgem os primeiros projetos educacionais voltados para o meio rural, a partir da instituição da pasta da Agricultura, Comércio e Indústria, sob a presidência do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Pasta que tinha a incumbência de atender os estudantes do campo. (CARVALHO; ROBAERT; FREITAS, 2015).

No entanto, é no século XX que a sociedade passa a se preocupar de forma sistemática com a educação rural. A partir da década de 1920 iniciou o movimento que ficou conhecido como Ruralismo Pedagógico, cujo objetivo central era fixar o homem no campo. Este projeto de educação rural foi influenciado pelas ideias e pressupostos da Escola Nova (CARVALHO; ROBAERT; FREITAS, 2015). Para Calazans (1993 *apud* SILVA; TEIXEIRA, 2012), o Ruralismo Pedagógico pregava a socialização do indivíduo com o campo e o meio social, a fim de que ambos vivessem de forma harmoniosa.

Entretanto, a educação destinada aos povos do campo começa a ter evidência em 1930, quando passaram a acontecer modificações no mundo agrário no crescente desenvolvimento industrial e do capital, isso impulsionou um movimento migratório e a necessidade de mão de obra qualificada para atender as demandas da industrialização e modernização urbana e rural. Em 1933 inicia a campanha de alfabetização na zona rural, e em 1935 houve o I Congresso Nacional de Ensino Regional, evento que contribuiu para que em 1937 se fundasse a Sociedade Brasileira de Educação Rural. (CARVALHO; ROBAERT; FREITAS, 2015).

No ano de 1947 foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), em seguida a elaboração do tratado de cooperação técnica entre o Brasil e os EUA em 1953, que resultaram na Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e no escritório Técnico de Agricultura Brasil - EUA (ETA). Tais acontecimento

sumário

desencadearam em uma participação maior da população rural nos processos de desenvolvimento e transformação estrutural da educação.

Esse processo de modernização que a sociedade da época sofria sob as exigências do sistema capitalista, intensificou ainda mais os avanços para o desenvolvimento de uma suposta educação. Nesse sentido, surge outra ação do Estado, a criação e implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que chegou ao meio urbano e rural, contudo, apresentou maior precariedade no campo. Além disso, a referida ação provocou uma inversão no objetivo da educação rural, pois, a “perspectiva de fixar o trabalhador no campo, agora fora substituída pelo projeto de expulsão destes indivíduos das terras para implantação do processo de modernização da agricultura em benefício ao capital” (CARVALHO; ROBAERT; FREITAS, 2015, p. 3.).

Contudo, começam a germinar alguns movimentos de educação popular desenvolvidos entre os anos de 1945 e 1960, com os ideais difundidos pelas Ligas Camponesas, nas ULTABs, o Movimento de Educação de Base (MEB) da CNBB, os Centro Populares de Cultura (CPC) da UNE e o Movimento de Cultura Popular (MCP). Com o início da ditadura militar em 1964, os ideais e os projetos desses movimentos sociais foram interrompidos (CARVALHO; ROBAERT; FREITAS, 2015). É somente após a derrocada da Ditadura Militar do poder e, posteriormente, os efeitos da crise econômica, que a discussão acerca da educação dos trabalhadores do campo e as lutas sociais foram retomadas numa perspectiva comunitária (GONÇALVES, 2009).

Nos anos de 1980 ocorre a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a organização dos povos indígenas, o novo movimento operário, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo com a reorganização dos movimentos sociais nessa época, a temática da educação rural foi secundarizada, sendo retomada nos

sumário

anos 90, encabeçada pelos movimentos sociais do campo, como o MST, em parceria com o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e sindicatos vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de organizações no âmbito local (GONÇALVES, 2009).

Nesse contexto, o debate acerca da Educação Rural ganha destaque e em julho de 1997 foi realizado o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA). Esse encontro consistiu no pontapé inicial para o surgimento de um novo conceito com uma visão mais holística sobre a Educação Rural. No ano seguinte foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em Goiás, as discussões deram continuidade ao debate ocorrido no I ENERA, cuja proposta foi discutir a educação voltada para os povos do campo.

Um passo importante foi dado durante as etapas de discussão e preparação para este evento, pois na oportunidade afloraram bases para chegar ao conceito atual, já nesses momentos surgiu a proposta de usar a nomenclatura “Educação Básica do Campo” em lugar de educação rural. Durante a realização da conferência, em virtude das discussões levantadas, foi elaborado um documento contendo propostas de objetivos, políticas públicas e ações para a educação do campo como o vetor de um novo projeto de desenvolvimento para a sociedade brasileira (CARVALHO; ROBAERT; FREITAS, 2015). Entre os anos de 1997 a 2004 foram realizadas várias conferências e seminários em prol de uma Educação do Campo. Os resultados desses movimentos foram algumas publicações intituladas “Por uma educação do campo” em que contém o registro dos debates que aconteceram no âmbito nacional.



sumário

Além disso, surgem propostas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado oficialmente em 1998, como resultado de uma articulação entre lideranças dos movimentos sociais do campo e instituições de ensino superior (ROCHA, 2010). A finalidade do programa foi garantir aos povos do campo o direito constitucional a uma educação de qualidade, propondo elevar o grau de escolaridade dos jovens e adultos de assentamentos da Reforma Agrária, propor, apoiar projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária, além de formação de docentes para atuar nas áreas de reforma agrária.

Para os movimentos do campo que atuam no PRONERA, este espaço se consolidou como estratégia de luta e organização social, no qual a garantia do direito à educação não está desvinculada da luta pela terra, pela produção, pela vida e pela construção de um projeto de desenvolvimento do campo. O permanente exercício do direito está presente na atuação, nas formas de organização destes sujeitos coletivos, nos cursos e na concepção do Programa (ROCHA, 2010, p. 161).

O PRONERA consistiu em uma conquista significativa para os trabalhadores do campo, pois possibilitou atender às demandas da classe trabalhadora, representando a construção conjunta de uma política de cunho nacional e amplamente constituído.

Em 2002 no Seminário Nacional, novamente as discussões elencadas levaram a alteração da nomenclatura, uma vez que “Educação Básica do Campo”, resultava em restringir a educação oferecida ao camponês à níveis básicos, portanto, a terminologia passa a ser “Educação do Campo”. Desta forma, a abrangência do termo garante que a educação tenha relação com cultura, valores, jeito de produzir, formação para o trabalho e participação social garantida desde a educação infantil à universidade. (CALDART, 2012).

Outra conquista significativa dos Movimentos Sociais e Sindicais foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica

sumário

nas Escolas do Campo, através do Parecer n. 36/2001 e Resolução n. 1/2002 do Conselho Nacional de Educação, este documento é uma importante conquista, pois, passa a servir de base para os projetos de instituições que integram os diversos sistemas de ensino (GONÇALVES, 2009). Em 2004, na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, discutiu-se, amplamente, a importância da construção de uma Licenciatura em Educação do Campo (LEC), que se configurou com base na gestão dos processos educativos e na docência por áreas de conhecimento tais como: linguagens, ciências da natureza e matemática, ciências agrárias, ciências humanas e sociais. (CARVALHO; ROBAERT; FREITAS, 2015).

Nesse cenário, em 2010 houve a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), ampliação do PRONERA através do Decreto 7.352/2010 e Portaria 86/2013. Vale salientar que esses dispositivos versam sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cujo objetivo é prestar apoio técnico, financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso, a qualificação da oferta de educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção, a disponibilização de material específico aos estudantes do campo, além de quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2010).

Concomitante a esse momento político, foi realizado o I Fórum de Educação do Campo em 2010, no esforço de retomar a atuação de diferentes movimentos sociais, organizações sindicais e outras instituições, com destaque para a participação mais ampliada de educação. O documento final desse encontro afirma o comprometimento dos participantes em lutar contra o fechamento de escolas e pela construção de novas escolas do campo, além disso,

sumário

assume o compromisso coletivo de contraponto ao agronegócio e de combate à criminalização dos movimentos sociais (CALDART, 2012).

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A construção da educação do campo perpassa por uma trajetória de luta vinculada a movimentos sociais que através de percalços do contexto histórico alcançaram avanços e passaram por impasses nas conquistas de políticas públicas, reconhecimento, conceitos que atravessam a prática do fazer pedagógico nas escolas do campo. É fundamental ressaltar a importância de construir uma proposta de educação para a classe trabalhadora, em especial, que sirva aos interesses e objetivos da mesma, contrapondo-se aos modelos de educação que oprime o trabalhador rural, de modo a servir os interesses do capital e multiplicar os valores da sociedade burguesa.

A conquista pela educação é ampliada a partir de lutas que constroem o conceito, reiterando que a educação deve ser no campo, entendendo que a população do campo tem direito a ser educada onde vive e deve ser, ainda, do campo, pois, visa uma educação vinculada a sua cultura, as suas necessidades humanas e sociais. (LOLLING; CERIOI; CANDART, 2002, *apud* CALDART, 2012). Entender a Educação do/no Campo, significa reconhecer que ela possui um perfil próprio e uma feição singular, nesse sentido, é reconhecer suas especificidades em meio às suas necessidades no ensino quanto às metodologias, materiais didáticos e espaços educativos adequados.

Caldart (2012) discute algumas características que podem ser destacadas e ajudam a definir a educação do/no campo, uma vez que ainda está em processo de constituição histórica. Portanto, a autora

sumário

afirma que educação do campo se constitui como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação, o fundamental nesta característica é que não é qualquer educação, além disso, constitui-se uma educação feita pelo camponês e não em seu nome. (CALDART, 2012). Nessa perspectiva, a educação do campo defende o implemento de políticas públicas mais amplas, ou mesmo de embates entre diferentes lógicas de formulação da política educacional, contudo, não deixa de lado a luta pelo acesso à educação local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem (CALDART, 2012).

Outra característica marcante na educação do campo é que ela combina luta pela educação com luta pela terra, Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Neste sentido, é possível visualizar sua relação de origem com os movimentos sociais do campo. A luta pela educação do campo se *organiza* em torno da educação escolar, porém na lógica dos seus sujeitos e suas relações, nunca será apenas educação em si, pois busca uma formação que ultrapassa os *muros* da escola.

Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade e necessidade dos camponeses como formas de trabalho, raízes e produção cultural, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Entretanto, seu percurso almeja a unidade de uma luta global, no confronto principal, e na identidade de classe, que objetiva superar no campo e na cidade as relações sociais capitalistas.

A Educação do Campo não nasce como teoria educacional, mas suas primeiras questões foram práticas, seus desafios atuais continuam sendo práticos. No entanto, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, buscando assim, uma perspectiva de educação emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e

sumário

humana de longo prazo (CALDART, 2012). Mobilizando-se pelas necessidades formativas, onde marca a presença contestadora das formas de pensá-los do poder hegemônico, assim sendo, afirmam-se sujeitos de direitos coletivos nos próprios espaços de construção do conhecimento, a fim de desconstruir a imagem negativa, de inexistentes em que foram pensados nesse campo. (ARROYO, 2009). Portanto, para a Educação do Campo se legitimam Outras Pedagogias com o caráter de “*auto-pensar-se*” (ARROYO, 2009, p. 7).

A escola do campo tem uma mediação fundamental na apropriação e produção do conhecimento que é necessário ao camponês. Contudo, ela tem sido objeto central de reflexões pedagógicas da Educação do Campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, não somente na aquisição do conhecimento, como também pelas relações sociais perversas que a ausência da escola no campo reflete e a sua conquista confronta (CALDART, 2012).

A Educação do Campo, principalmente, como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado, ou seja, reafirma em nosso tempo que não deve ser o Estado o educador do povo (CALDART, 2012). Por fim, para Caldart (2012) os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica. Neste sentido, o propósito exige uma formação específica voltada para o professor do campo que possa formar para atuação em uma realidade específica, contribuindo para a construção de uma educação do camponês.

sumário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo vem sendo construída ao longo dos processos históricos produzidos em conjunto, com membros da sociedade civil em articulação com os movimentos sociais do campo a partir das contestações, reivindicações e denúncias que emanam do próprio campo. O contexto histórico fortalece a concepção de uma educação que forma o trabalhador, e, por isso, deve ser pensada por ele, a partir de suas necessidades e particularidades.

Em suma, o processo de luta pela terra se caracteriza por ser um processo formador em que as pessoas se constroem como sujeitos de direitos atuantes, construtores da realidade social. A atuação dos movimentos sociais do campo contribuiu para a indissociabilidade entre a formação dos sujeitos e a ação política, conforme os atores sociais participam do processo de luta e construção da educação do campo.

Neste sentido, uma escola pensada por intelectuais orgânicos que emergem de realidades díspares do campo pode ser confrontada as relações dialéticas e de oposição. Portanto, este compreende em um espaço propício para a produção de uma contra-hegemonia de valores normatizadores da sociedade vigente, assim como alega Molina (2014, p. 267): *“A escola como um espaço em disputa, como importante locus de produção de contra-hegemonia aos valores da sociedade capitalista (...)”*

Portanto, é importante pensar a educação do/no campo como uma fundamental ferramenta sociopolítica de transformação social para os estudantes em múltiplos espaços educativos que permeiam as realidades educacionais do campo brasileiro, como em acampamentos, assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas, etc. Sobretudo, sob a luz de conflitos de luta pela e na terra,

sumário

que pode ser uma característica importante para o processo formador em que as pessoas se constroem como sujeitos de direitos atuantes e construtores da realidade social.

Nessa perspectiva sociopolítica, evidenciar experiências teórico-práticas no processo de ensino aprendizagem do novo campo brasileiro, torna-se de suma importância para compreensão e sistematização de novas possibilidades educativas no processo formativo dos educandos das escolas do campo. Assim, é importante refletir que as experiências exitosas compreendidas no seio de alguns movimentos sociais do campo têm a potencialidade de oferecer à educação, práticas diferenciadas que podem contribuir na organização da escola do campo. Um exemplo é a Pedagogia da Alternância (tempo escola e tempo comunidade) que se constitui uma prática exitosa que atende aos anseios de tempo/espaço na aprendizagem do estudante trabalhador do campo. Contudo, ainda não foi absorvida por toda a educação do campo, ficando restrita a alguns projetos educacionais.

Nesse sentido, é necessário corroborar as práticas educativas diferenciadas que viabilizem o desenvolvimento sociopolíticos dos educandos inseridos no contexto de luta social, reafirmando o compromisso social e político da educação em busca da transformação social no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Ações Coletivas e Conhecimento: Outras Pedagogias?* Universidade Popular. [S.l.] 2009. Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/site/media/leituras_upms/Acoes_Coletivas_e_Conhecimento__30-11-09.PDF>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República-Casa Civil/Sub-chefia para assuntos jurídicos. *Decreto nº 7.352/2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, de 4 de novembro de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

sumário

BRASIL. Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 199, ed. 37, p. 2. 21 fev. 2020.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>> acesso em 15/06/2019.

CARVALHO, Luciana Carrion; ROBAERT, Samuel; FREITAS, Larissa Martins. A educação do Campo no contexto da Educação Brasileira: Questões históricas, políticas Legais. In: *VI Seminário Nacional de Formação de Professores. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria*. 2015. Disponível em <[http://coral.ufsm.br/snfp/images/ANAIS/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO%20NO%20CONTEXTO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20QUEST%C3%95ES%20HIST%C3%93RICAS%20POL%C3%8DTICAS%20E%20LEGAIS%20\(3\).pdf](http://coral.ufsm.br/snfp/images/ANAIS/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO%20NO%20CONTEXTO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20QUEST%C3%95ES%20HIST%C3%93RICAS%20POL%C3%8DTICAS%20E%20LEGAIS%20(3).pdf)> . Acesso em: 15 jun. 2019.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. *Programa Escola Ativa: educação do campo e trabalho docente*. 2009. 208f. Tese - Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em < http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T_programa.pdf > . Acesso em: 15 jun. 2019.

MOLINA, Mônica Castagna. Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de licenciatura em Educação do Campo. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas, SP: Autores Associados/Brasília, DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, UnB, 2014. pp.263-290.

ROCHA, Eliene Novaes. Protagonismo dos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo no PRONERA: referências para construção da Política Nacional de Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice A. dos; MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Orgs.). *Memória e história do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

sumário

SILVA, Alessandra Almeida de; TEIXEIRA, David Romão. A proposta educacional do MST e a construção da Educação do Campo. In: Entrelaçando: Revista Eletrônica de Culturas e Educação. N° 6. V. 2. P. 13-28. Set/dez, 2012. ISSN 2179.8443. Disponível em <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LTBErF7d4XwJ:https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/186%3Fdownload%3D198+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 15 jun. 2019.



sumário

6

Paula Pimenta

SAMBA E POLÍTICA ENTRAM NA RODA

Este ensaio é fruto de parte dos resultados da pesquisa de mestrado que realizei através do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.008.105-122

São variadas as formas que samba e política estão entremeados, ainda que a um primeiro olhar a relação entre esses dois elementos possa transcorrer despercebida. No presente ensaio, iremos destacar momentos importantes relativos a esse envolvimento em âmbito nacional, a consequente patrimonialização do samba de roda do Recôncavo Baiano e vislumbrar a possível associação do samba e política em Belmonte, cidade do litoral do sul da Bahia.

SAMBA: DE MARGINAL NEGRO À SÍMBOLO DE UMA NAÇÃO MESTIÇA

O samba entra na roda, no contexto da Era Vargas, como um dos elementos importantes na construção de uma imagem identitária brasileira e, já no final da década de 30, ocupa o posto de símbolo musical da nação (IPHAN, 2006). O ritmo é veiculado no exterior através da participação de Carmem Miranda e na imagem do personagem Zé Carioca. Internamente o rádio foi uma ferramenta essencial para essa difusão do samba como símbolo identitário da nação. Conforme abordado por Anderson (2008), a simultaneidade é um fator que contribui na construção da ideia de comunidade imaginada. Remetendo-se à atividade de leitura da imprensa gráfica diz: “cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida” (ANDERSON, 2008, p. 68)

sumário

O Rio de Janeiro concentrava grande status enquanto capital federal e o samba produzido na cidade passou a ser denominado de “samba brasileiro”, ora difundido largamente tanto pelo país quanto internacionalmente. Considera-se que foi a migração de negros libertos e escravizados vindos da Bahia para a capital da época, em meados

do século XIX, que oportunizou o surgimento do samba (GRAEFF, 2015). Data de 1860 as primeiras documentações que mencionam o samba de roda baiano (RIBEIRO; ROSA, 2015).

Interessante observar como se opera o esquecimento na construção da identidade nacional brasileira. Como disse Ernest Renan: “a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas” (RENAN apud ANDERSON, 2008, p. 32), já que esse “esquecimento” se materializa de várias formas. Desde a construção de uma memória que embranquece a origem inegavelmente negra do samba, consequência do projeto político-ideológico de uma supremacia racial branca. Assim como se esqueceu também as condições em que eram tratados os produtores e a própria manifestação cultural que pretendiam elevar como símbolo identitário nacional. Durante muito tempo foram perseguidas pelo governo, até mesmo proibidas, a produção de expressões culturais negras como a capoeira, as religiões de matriz africana e o samba, por aglomerarem grande número de negros escravizados de mesmas nações (RIBEIRO; ROSA, 2015, p. 98). Outro esquecimento opera também na tentativa de embranquecer a própria população brasileira, para se construir a ideia de um povo menos negro e indígena, promovendo o argumento de sermos um povo mestiço:

A Era Vargas foi marcada pela busca de forjar uma identidade cultural brasileira nacional, que incluía símbolos culturais considerados mestiços: samba, futebol, capoeira, inspirado em Freyre, Rodrigues, entre outros que destacaram a contribuição da cultura negra para a cultura brasileira, prevendo o surgimento do “homem novo” a partir da miscigenação. (DORING, 2016)

De manifestação cultural perseguida, o samba é assumido como um símbolo da identidade da nação, comum para todos brasileiros. Neste momento histórico em que ele tem seu status alterado o conteúdo de suas letras passam a ser controlado pelo

sumário

governo autoritário que vigorava para transmitir a imagem de um país produtivo, de trabalhadores, onde não há exploração entre as classes sociais. Inúmeros sambas têm os versos alterados para deixarem de falar de malandragem e boemia e passarem a enaltecer os valores do trabalho e família (DUARTE; MEZZOMO, 2014). Neste contexto é estimulada também a composição e divulgação de sambas que exaltassem as belezas e elementos identitários nacionais, dando origem ao samba exaltação.

PATRIMÔNIO: IDENTIDADE E DIFERENÇAS DOS ESTADOS-NAÇÕES

Assim como a identidade se constrói na diferença, a lembrança também se articula nesse exercício de “outrar”. A elaboração do passado é dinamizada diante da relação eu-outro. Por isso fala-se em memória social, pois sua potência criativa (e não meramente de reprodução, repetição) é ativada na interação com um outro. A memória é matéria viva, maleável, que não retém tudo. Interpreta o passado à luz das experiências do presente. Sendo assim, é lugar de pensamento, produtivo, mas que não se configura como um devaneio (que seria fluído e sem parâmetro), há um fio condutor que a guia neste exercício. Como nos traz Regina Abreu:

A relação entre um objeto, um cheiro, uma música, uma paisagem, uma fotografia, uma voz, enfim, elementos que disparam uma lembrança, é crucial no caso da memória. É esse seu poder de proporcionar uma experiência vitalizante e transformadora que diferencia a memória de um inventário, de uma lista, de um arquivo, de uma sistematização do vivido, de um filme, de um livro. A memória, ao iluminar alguns elementos e apagar outros, é capaz de produzir um sentimento novo, e não apenas fazer reviver o passado como fetiche. Desse modo, ela estaria muito mais próxima da criação do que da repetição (ABREU, 2016, p. 50).

sumário

Estes fios condutores, apresentados nas colocações da autora supracitada, desencadeiam memórias nas relações sociais. Em especial os objetos com forte carga simbólica - denominados semióforos (na concepção de Pomian) ou os objetos auráticos (a partir de Walter Benjamin). Esses lugares de referência são entendidos como patrimônios que podem ser tanto algo material como imaterial (ABREU, 2016). Por conseguinte, podemos entender os processos de patrimonialização realizada pelos Estados-Nações aproveitando estes objetos para expressar as singularidades e marcar as diferenças entre os Estados-Nações (ABREU, 2015).

A chamada “patrimonialização das diferenças” consiste em dar cuidado especial ao singular e à especificidade local, diante de um mundo em que vigora um capitalismo globalizado e neoliberal que tenderia homogeneizar as práticas culturais (ABREU, 2015, p. 10). Passou a acontecer como fruto da reivindicação dos países do hemisfério sul, nas décadas de 80 e 90, para que suas culturas integrassem as pautas da Unesco (GRAEFF, 2015, p. 25). E é como consequência dessa mudança no olhar que ocorre a patrimonialização que enfocaremos agora.

SAMBA DE RODA: TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO EM MOVIMENTO

sumário

Em 2004, Gilberto Gil enquanto ministro da cultura, soube da possibilidade de candidatar uma expressão cultural brasileira para compor a III Declaração das Obras Primas do Patrimônio Imaterial da Humanidade da Unesco. Indicou o samba, entretanto, a Unesco só declara como patrimônio imaterial da humanidade, aqueles que são referenciados a uma comunidade ou etnia bem delimitadas

geograficamente e estão em risco de desaparecimento¹², justificando intervenção de salvaguarda (SANDRONI, 2005; SANDRONI, 2010). A partir da exigência desses dois critérios, ponderou-se a pertinência de indicar o samba de roda do Recôncavo Baiano.

Tal indicação se justificou pelo fato de que os historiadores da música popular consideram o samba de roda do Recôncavo a principal matriz do samba brasileiro (GRAEFF, 2015; SANDRONI, 2005). Atentava-se, assim, a uma expressão cultural circunscrita a uma área geograficamente delimitada com risco de desaparecimento pela desvalorização social dos produtores do samba de roda. As condições socioeconômicas da maior parte dos sambadores e sambadeiras interferem nas possibilidades de continuidade de sua expressão cultural. Estigmatizados socialmente por serem negros e em situação econômica precária, vivendo de pesca artesanal, agricultura de subsistência ou pequena aposentadoria, eles não representam para a maior parte das gerações mais jovens de suas comunidades um modelo a ser seguido (IPHAN, 2006). As perspectivas da vida moderna, que vem da capital do Estado e de outros centros econômicos do país, se mostram mais atrativas para a juventude dessas comunidades. Alteram também, assim, os próprios valores simbólicos da produção do samba de roda para esses jovens.

Em 2004, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano é registrado pelo IPHAN no Livro de Registros das Formas de Expressão e em 2005 passou a compor a lista de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade da Unesco. A patrimonialização trouxe para o samba de roda do Recôncavo Baiano, em especial, acentuada visibilidade e estimulou maior mercantilização dessa expressão

sumário

12 Há um debate em torno dessa ideia de “risco de desaparecimento” que as expressões culturais correriam com as transformações da vida moderna. Essa concepção foi caindo em descrédito, e, de acordo com Sandroni (2005), Canclini defende, inclusive, que o capitalismo tenderia a reforçar aspectos da cultura popular tradicional. Sandroni (2005) ainda reflete que talvez o que desaparece, pode vir a renascer de outra forma e passa a ocupar a função do que desapareceu.

cultural o que acelerou processos de transformação social e musical (ABREU, 2015; GRAEFF, 2015). Esse destaque nem sempre trouxe consequências desejadas ou possibilitou uma atenção equânime para com os diferentes grupos produtores do samba de roda dos vários municípios dessa localidade.

OUTRA BAHIA: CONTEXTUALIZANDO O “BURACO UM POUCO MAIS EMBAIXO”

Debruçaremos sobre a relação de outro samba com a política: o Samba de Roda das Marisqueiras produzido por iniciativa da Associação das Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB). Para tanto, precisamos antes entender o contexto das pessoas que produzem tal modalidade de samba de roda.

Belmonte é um município litorâneo do sul da Bahia onde se encontra o bairro da Biela que é reconhecido na cidade como bairro dos pescadores por, de fato, grande parte de seus moradores trabalharem com a atividade da pesca artesanal. Em 2001 foi formada a AMPB com o intuito inicial de demandar os interesses dos moradores do bairro. Em 2009 uma marisqueira mobilizou outras moradoras da Biela para reativar a associação. Chama-se de marisqueira, em Belmonte, tanto as mulheres que tratam os pescados (mariscos, peixes e crustáceos) e já os deixam apropriados para o preparo de receitas, como aquelas que também pescam no rio ou no mangue. Nesse âmbito, podem tanto beneficiar os próprios pescados, quanto os de seus esposos, os trazidos pelos irmãos, quanto por encomenda de algum vendedor. Costumam trabalhar em companhia de outras marisqueiras. No caso dos homens pescadores, quando catam, costumam tratar apenas a sua própria produção.

sumário

O aprendizado das várias técnicas do ofício de marisqueira e pescador se dá desde criança, enquanto acompanham a mãe e o pai nas tarefas. A mãe vai pescar, a criança vai junto brincando e aprendendo a relação com o mangue, com o rio e com os apetrechos de pesca. Em casa, os filhos começam a ajudar os mais velhos a catarem o pescado, a embalar e pesar para vendê-lo. Em conjunto com outras características se organizam como uma comunidade tradicional. Como bem apresentado por Diegues (2004) o modo de vida de uma comunidade tradicional é feito em íntima relação com os recursos naturais do território, onde vivem e se reproduzem socialmente, possuindo um conhecimento vivo dos seus ciclos e causando pouco impacto ambiental. Para sustentar tal modo de vida desenvolveram técnicas de manejo que confluem com esses ciclos e passam seus conhecimentos para as gerações seguintes pela prática e fala. A própria ocupação do território é um processo contínuo de várias gerações.

Entretanto, a manutenção desse modo de vida é posta em risco diante do modelo de desenvolvimento econômico adotado local, regional e nacionalmente. São autorizadas pelo poder público, atividades econômicas que fazem uso ou impactam diretamente as condições ambientais que viabilizam o sustento da comunidade. Abordaremos brevemente os principais empreendimentos que fragilizam socioambiental, econômica e culturalmente a comunidade.

A Usina Hidrelétrica de Itapebi (UHE-Itapebi) se instalou no rio Jequitinhonha, no ano de 2003, que deságua no mar em Belmonte e compõe o território pesqueiro da comunidade. Seu estabelecimento na região à montante transformou o regime fluvial do Jequitinhonha e a disponibilidade de peixes na sua foz. Algumas espécies de algas profundas deixaram de ser encontradas ou diminuíram consideravelmente sua presença no rio. Devido a menor profundidade no rio, alterou-se também o acesso ao mar por sua barra, bem como

sumário

a navegação pelo próprio Jequitinhonha e pelo rio Passuí, do qual ele é afluente. As embarcações precisam fazer viagens mais longas e com horário restrito de acordo com a maré cheia. Apesar disso, a população de Belmonte e a comunidade de pesca artesanal não foram consideradas pelos estudos de impactos socioambientais da UHE-Itapebi e nem são contempladas com medidas compensatórias em relação aos danos causados.

A Veracel é um empreendimento que produz celulose e em sua cadeia produtiva fragiliza a atividade da pesca artesanal. Com efeito, suas acionistas são duas empresas: uma suecofilandeza, Stora Enso, e a brasileira Suzano. O terminal marítimo e parcela da fábrica se situam no município de Belmonte. Em variadas conversas com marisqueiras e pescadores da comunidade relatam que, o porto da Veracel comprometeu o pesqueiro (lugar propício e fértil para a pesca), do qual a empresa retira água do rio para suas atividades e despeja de volta, porém sem as condições apropriadas para a saúde do estuário. As medidas compensatórias conquistadas pela AMPB junto a empresa é fruto de insistência da associação para conseguir o espaço para os diálogos e negociações continuamente necessárias.

Outra atividade econômica que chega disputando pelo uso do espaço tradicionalmente utilizado pela pesca artesanal é a carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro). Para a construção dos tanques de cultivo são destruídas faixas de mangues e retirada água das margens do rio onde os filhotes de peixes vivem. Além disso, o derramamento de óleo cru no litoral do Nordeste e parcela do Sudeste brasileiro, no segundo semestre do ano de 2019 trouxe efeitos danosos. A demora do governo federal para acionar as medidas de contenção do derramamento, disponibilizar equipes treinadas, equipamentos de proteção individual (EPI) e informação adequada sobre o impacto na saúde em caso de contato com o óleo cru, agravou a dispersão e o risco a que a população foi submetida. Vale destacar que até o

sumário

mês de março de 2020, ainda não havia divulgação quanto à origem do derramamento e, por isso, a produção do pescado na cidade tem estado comprometida e o auxílio emergencial previsto de ser concedido aos pescadores artesanais (com registro geral de pesca) das áreas atingidas não havia chegado para a maior parte da comunidade.

Antes mesmo da chegada do óleo à cidade, 29 de outubro, a comunidade já não conseguia vender a sua produção de pescado, até então estocada. Mobilizaram-se para limpeza do óleo que chegou em seu litoral, o que demandou organização e logística complexas para dirimir este impacto. Foi formado um coletivo de voluntários, a maioria de marisqueiras e pescadores, denominado SOS Mangue Mar Belmonte. O apoio do governo municipal aconteceu a partir da provocação inicial da AMPB e depois com negociações com os demais membros do coletivo. Este permaneceu sobrecarregado tanto para conseguir doação dos EPI's junto a instituições e pessoas parceiras, como se dividindo entre as diversas funções necessárias para conseguir impedir que o óleo permanecesse no litoral do município ou adentrasse no estuário. O combate ao óleo teve que enfrentar o interesse econômico da atividade turística que, mesmo não sendo tão significativa no município, teve agentes públicos e mídia local tentando não chamar atenção para os fatos da presença do óleo na região.

O modo de vida social, econômico e cultural das marisqueiras e pescadores em Belmonte têm convivido com esse conjunto de atividades e seus impactos que colocam em risco a disponibilidade dos recursos e do local de qual dependem para sua sobrevivência. Podemos falar em racismo ambiental uma vez que essa comunidade tradicional é exposta a maior vulnerabilidade da continuidade do seu sustento com a chegada e imposição de interesses e descuidos de outros em seu território.

Há um constante confronto entre grupos que representam interesses econômicos e visam empreendimentos através

sumário

da ocupação, utilização e transformação destes recursos e, portanto, do ambiente, e populações cuja história, modo de vida e sobrevivência são indissociáveis dos seus locais de habitação. Estes espaços são concebidos de maneira simbolicamente distinta por estes dois grupos, e o ambiente torna-se assim um campo de disputa não somente simbólica, mas também material, já que se estabelecem conflitos referentes à sua ocupação e destinação. Trata-se aqui de conflitos causados por racismo ambiental, na medida em que surgem quando grupos etnicamente marcados, (SAYYID, 2004) vulnerabilizados, se deparam com a “chegada do estranho” (MARTINS, 1991), caracterizada pela chegada de novos empreendimentos que causam ruptura numa existência coletiva de povos e comunidades tradicionais, com os seus modos de fazer, criar e viver (SILVA, 2012, p. 98).

A Associação das Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte se mobiliza em inúmeras frentes de negociação e articulação política para confrontar os interesses relacionados à disputa pela ocupação dos lugares de onde a comunidade tradicionalmente se sustenta. Para se fortalecerem frente à luta, desenvolveram parcerias com outras organizações de pescadores artesanais da região, estaduais e nacionais como a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia, a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, a Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras e a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas. Além de construírem cuidadosas alianças com Organizações não governamentais (ONG's) como a Conservação Internacional ou o Instituto Mãe Terra e com universidades, como a UFSB (através dessa pesquisa e o projeto de extensão Maré-Saber que está se iniciando em março de 2020), com a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Engajam-se persistentemente de variadas formas pela defesa de seus direitos, o uso do território, a valorização e viabilização da continuidade do modo de vida, como nos lembra Andrea Zhouri:

sumário

A resistência centrada nos lugares, representada pelas lutas de povos e comunidades tradicionais para reconhecimento de suas identidades e garantia dos seus territórios, demonstra que esses grupos empreendem o esforço para deixarem a condição passiva que os transforma em objetos dos movimentos de outrem (do capital), passíveis de deslocalização e realocização (ZHOURI; 2016, p.5)

UMA BRINCADEIRA E SUAS FORÇAS NO MEIO DA POLÍTICA

Como visto na seção anterior, são muitas as estratégias para o enfrentamento das lutas por parte das sambadeiras. Além disso, importa considerar a produção do Samba de Roda das Marisqueiras. Com efeito, através da observação participante, a compreensão do processo de produção musical e a relação com as lutas políticas vividas pelas marisqueiras tem sido possível.

O samba de roda é brincadeira do tempo dos antigos pelo que nos conta a memória de marisqueiras e pescadores mais velhos de Belmonte. Era feito em algumas casas do bairro da Biela como de Dona Roxa do Samba e Mãezinha, em festas de aniversários de pessoas da comunidade ou na festa de Bom Jesus dos Navegantes em primeiro de janeiro. Enquanto algumas marisqueiras aguardavam da beira da praia os pescadores chegarem com os peixes, era frequente também elas começarem a cantar e ritmar o samba com palmas de mão e começavam a brincadeira.

Em 2009, a associação foi reativada, parte de suas associadas tomaram a iniciativa de produzir a brincadeira em variadas ocasiões. Reconhecem o samba de roda como celebração da comunidade de pescadores artesanais, vindo de suas raízes e, por isso, se empenham pela sua perpetuação:

sumário

A minha cultura é a Pesca Artesanal, que tenho como herança dos parentes Índios, que passaram para meus antepassados e é transferida de geração para geração até hoje. Nossa atividade pesqueira artesanal, e também cultural, vem sendo deprecada e enterrada viva. Com tantos empreendimentos que afetam a saúde dos nossos recursos naturais, afetando a nossa produção, sem contar nos retrocessos e perdas de direitos que assolam e dilaceram as nossas capacidades de resistência na busca de melhoria para nossas vidas. Apesar de tanta luta, dentro da nossa Classe Pesqueira com muita alegria sempre existiu o Samba de Roda, mulheres e homens da nossa comunidade Belmontense se reuniam para comemorar as festas juninas, principalmente São Pedro Padroeiro dos Pescadores e aniversários do povo da comunidade, fazia uma Roda com tambor e tabuinhas e sambavam até a raia do dia cantarolando. Essa nossa cultura foi se perdendo ao longo dos anos e nós da Associação das Marisqueiras estamos na luta ao resgate desse nosso lindo costume, que é fazer comunhão entre as pessoas da comunidade (AGUIAR, 2017)¹³.

Podemos perceber a forte relação que o samba de roda tem com a sociabilidade e identidade dessa comunidade e que guarda um envolvimento com as questões que afetam a produção de seu ofício contra as quais elas atuam em resistência. A produção deste samba de roda é, por si só, uma resistência cultural. Além da AMPB, é sabido que atualmente apenas Dona Dézinha¹⁴, importante referência cultural na Biela, em Belmonte e região, tem produzido raramente a brincadeira do samba de roda na cidade.

Interessante pensar no comentário de Doring (2016), qual seja, “quando o processo histórico afirma o samba carioca como samba

sumário

13 Trata-se do depoimento de Elionete Aguiar. Durante o I Encontro de Cultura Popular da Costa do Descobrimento, realizado em Santa Cruz Cabralia (BA) no dia 22 de abril de 2017, as marisqueiras da Associação de Marisqueiras de Belmonte foram convidadas para participar de Roda Conversa sobre Cultura Popular como representantes da Pesca. A partir do envio deste arquivo para mim por Pedrina Rodrigues (conselheira fiscal da AMPB), tive acesso a essa redação que utilizo na citação da forma que elas o fizeram, especialmente para manter com fidelidade os destaques de alguns significados que podem ser analisados pelas palavras que elas mantêm em letra maiúscula.

14 Guardiã e produtora do cortejo das Negas Nagô e a brincadeira do Boi Duro.

autoral e gênero musical, o afastamento do contexto comunitário se conclui, e as mulheres negras permanecem, na sua grande maioria, no fundo: na cozinha e no decorativo” (DORING, 2016, p. 23). No Samba de Roda das Marisqueiras é perceptível a potência nas ações de mulheres, maioria negra, daquele grupo. São elas as responsáveis pela articulação dos recursos de todos os tipos para a produção musical acontecer. Como também, são encarregadas de fazer o preparo dos alimentos, são atuantes na organização da dinâmica da roda e também na escolha dos cantos ou na “correção” dos seus andamentos. Em fevereiro de 2018, foram convidadas pela prefeitura para participar da festa em homenagem a orixá Iemanjá. Grande parte dos cantos eram iniciados pelas mulheres que formam o grupo. Enquanto em junho de 2018, no samba de roda que organizaram para celebrar São Pedro, padroeiro dos pescadores, ainda que a maioria dos cantos fosse entoada pelos tocadores (jovens em sua maior parte), as mulheres sambadeiras se posicionavam corrigindo quando entendiam que o andamento estava muito acelerado ou aquém do que deveria ser para aquele canto específico. O que fazia com que os tocadores retomassem e repetissem aquele mesmo samba no andamento encaminhado, “ditado”. Encontra-se assim em direção parecida com o que Doring (2016) traz em contextos de samba de roda observados:

No samba de roda, percebe-se a participação ativa das sambadeiras, personalidades fortes, que não temem se posicionar e tomar a palavra no meio dos sambadores, o que indica que manteve, em boa parte, o sentido comunitário do samba de roda e um lugar de destaque para as mulheres negras (DORING, 2016, p. 24).

Apesar disso, é preciso observar que talvez haja alguma influência da hierarquização de gênero da matriz de poder do sistema-mundo moderno/colonial (BALLESTRIN, 2013; GROSGOUEL, 2008 e QUIJANO, 2002) sobre essas relações nessa comunidade. Refiro-me a isso por duas situações relatadas pelas sambadeiras e talvez

sumário

estejam entremeadas na dicotomia público-privado, chave dessa hierarquização que tende a atribuir para as mulheres apenas as questões relacionadas ao privado, doméstico e ao lar. Um episódio refere-se à insatisfação do marido de uma delas em relação à preferência e gosto pelo samba, demonstrando, assim, seu desejo pela permanência da esposa em casa. A outra sambadeira narra o incômodo do marido com seu envolvimento nas atividades de articulação política da classe pesqueira.

Um dos objetivos da AMPB ao produzir o Samba de Roda das Marisqueiras está relacionado com a visibilidade que traz para a associação, à tradicionalidade da comunidade de pescadores artesanais e às pautas da classe pesqueira. Dialogando com a visibilidade, o samba de roda tem o potencial de “balançar a associação” e “fazer um chamamento”. “Balançar a associação” é a propriedade de provocar maior comunicação e união entre as associadas a partir de uma manifestação cultural da comunidade. “Fazer o chamamento”, pois, é provocar uma aproximação, mobilizar as pessoas. Entendem que, através da visibilidade empreendida pelo Samba de Roda das Marisqueiras à AMPB, outras marisqueiras e instituições podem se associar a ela, bem como outras pessoas podem se mobilizar como parceiras da associação.

Outro propósito da produção dos sambas de roda é alegrar e espalhar. É um lazer que promove descanso, renovando o ânimo e fôlego. A brincadeira vai envolvendo seus participantes de forma que se torna um desafio finalizá-lo, principalmente por ser um samba de roda que precisa durar menos tempo. É causa de chateação entre os participantes a duração de apenas uma hora e há ocasiões em que pode vir a durar ininterruptamente mais de oito horas. Serem responsáveis por sua produção é motivo de orgulho para as sambadeiras da AMPB. A alegria e orgulho provocado pelo samba de roda favorece o fortalecimento para persistir nas lutas que o grupo enfrenta.

sumário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar que, há muito tempo e de variadas formas, o samba participa da política e interfere em seus rumos e horizontes de possibilidades. Vimos a forma como o samba foi instrumentalizado pela política em âmbito nacional na sua trajetória de elevá-lo à símbolo de identidade da nação o que implicou, em diferentes épocas, numa censura ao conteúdo de algumas letras.

Vimos como a construção desse símbolo da nação conseqüentemente oportunizou que o samba de roda do recôncavo baiano fosse a primeira manifestação cultural afro-brasileira reconhecida como patrimônio imaterial da humanidade. No contexto do recôncavo, como em Belmonte, pudemos perceber o que nos afirmou Francimária Ribeiro e Laila Rosa: “Além de gênero musical, o samba de roda pode ser visto como instrumento de resistência política e cultural, onde a tradição segue sendo perpassada de geração em geração, muito relacionado à sua forte ligação ancestral.” (RIBEIRO; ROSA, 2015, p. 98).

Entretanto, a continuidade do modo de vida da comunidade produtora do samba de roda enfrenta inúmeros desafios. Tal realidade coloca em risco, naturalmente, a continuidade do próprio samba de roda. Os interesses de elites econômicas nacionais, internacionais e locais, autorizados a invadir, usar e causar impactos aos territórios tradicionais, são os principais fatores que acarretam esse risco. Mesmo diante de embates, vimos algumas das formas de o Samba de Roda das Marisqueiras contribuir para a resiliência, mobilização política e visibilidade desta comunidade tradicional, sua cultura e suas lutas políticas.

sumário

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina M. R. M. Memória Social: itinerários poéticos-conceituais. *Morpheus* (UNIRIO. Online), v. 1, p. 41-67, 2016.
- ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai. /ago. 2013.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. — São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- DORING, Katharina. Dona Nicinha de Santo Amaro e Dona Zelita de Saubara: matriarcas negras do Recôncavo Baiano. In: SANTANA, Marilda (Org.). *As bambas do samba: mulher e poder na roda*. Salvador: EDUFBA, 2016. 227 p.
- DUARTE, D. A. ; MEZZOMO, F. A. . O samba enquanto manifestação cultural e sua utilização como símbolo nacional durante o Estado Novo (1937-1945). In: Ângela Maria Piovezan Batista; Jane Célia Volpato; Maria Regina Bach. (Org.). *O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*, 2012. 1ed. Curitiba: SEED/PR, 2014, v. 2, p. 1-29.
- GRAEFF, Nina. *Os ritmos da roda: tradição e transformação no samba de roda*. Salvador: EDUFBA, 2015. 164p.
- GROSGOQUEL, Rámon. Para descolonizar os estudos de economia política e estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, março de 2008.
- IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Samba de roda do Recôncavo Baiano - Dossiê 4*. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_SambaRodaReconcavoBaiano_m.pdf> . Acesso em: 02 ago. 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, No. 37, Ano 17, 2002.
- RIBEIRO, F.; ROSA, Laila. Os Processos de Protagonismo de Mulheres Negras no Recôncavo da Bahia: O Samba de Roda como Mediador das Relações Cotidianas. *Revista Olhares Sociais / PPGCS / UFRB*, Vol. 03. No. 02 ? 2014/ pág. 86. *Olhares Sociais*, v. 04, p. 86-110, 2015.

sumário

SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade, In: *Estudos Avançados*, v. 24, n. 69, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200023> Acesso em: 02 ago. 2018.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *E-cadernos CES (Online)*, v. 17, p. 85, 2012.

ZHOURI, Andrea. Povos tradicionais, meio ambiente e colonialidade. In PAULA, A. M. N. R.; ANAYA, F. C.; IDE, M. H. S.; BARBOSA, R. S. *Povos e Comunidades Tradicionais: contribuições para um outro desenvolvimento*. 1. ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. 217p.



sumário

7

Rafael Andrés Patiño
Francisco Ramos de Farias

**A DIMENSÃO EMOCIONAL
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
E DOS PROTESTOS:
DESENCANTOS DA MODERNIDADE
E LUTAS POR RECONHECIMENTO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.008.123-139

No contexto de transformações políticas e sociais no âmbito global, apesar do reinado do individualismo, existem expressões coletivas que podem ser signos e respostas ao fracasso das promessas de felicidade fundamentadas na sociedade de consumo. Na mesma direção, há formas de resistência e lutas pelo reconhecimento de sujeitos submetidos a práticas de menosprezo ou feridas morais, em distintos contextos sociais. Neste texto, mostramos como os movimentos sociais evidenciam lutas pelo reconhecimento, que possuem como energia motivadora as emoções derivadas de experiências de menosprezo no cenário social.

Os movimentos sociais podem ser entendidos como tentativas concertadas e coletivas, orientadas a mudar algum aspecto da realidade e, por isso, diferenciam-se dos protestos: podem acontecer protestos individuais não vinculados a coletivos organizados; assim como existem movimentos sociais que procuram mudanças sociais sem protestar pelas condições atuais (JASPER, 1998).

Na atualidade, os movimentos sociais assumem diversas formas de atuação, manifestações e ocupações, sendo principalmente formas antiautoritárias. São iniciativas que abertamente se confrontam com a repressão e com a contrarrevolução, pois segundo Massiah (2020) “desde 2013, quando se dava continuidade aos novos movimentos, começaram as contrarrevoluções, com a ascensão de ideologias racistas, securitárias, xenófobas e a onda de guerras descentralizadas” (p.20). Todo esse cenário contou com o endurecimento decorrente de políticas neoliberais e correntes nacionalistas. Os movimentos sociais assumiram, nesse contexto, uma posição defensiva de resistência em prol da democracia.

sumário

O PARADOXO DA MODERNIDADE

A Modernidade tem um caráter enfaticamente contraditório, pois este projeto cultural, social e econômico, responsável pela intensa valorização do indivíduo e da subjetividade e berço de novas práticas sociais e dinâmicas de interação é ao mesmo tempo, agente de métodos de ajuste e normalização dos indivíduos e das subjetividades que não se enquadram nos moldes definidos por seus ideais. A valorização do indivíduo durante modernidade, sempre esteve em conflito com a tentativa de homogeneização das subjetividades que escapam aos padrões reconhecidos positivamente dentro do seu sistema de valores predominantemente racional. Nesse sentido,

[...] a modernidade, com suas disparidades europeias e americanas, [pode ser definida como o] campo de tensão entre a diversidade que surge das formas plurais de vida e a propensão do conhecimento a homogeneizar e normalizar essa pluralidade. Por um lado, a nostalgia ocidental pela totalidade, que se observa no fascismo, no nazismo, no monismo metodológico da ciência etc., e que tem como efeito práticas de exclusão; por outro, a modernidade, como horizonte normativo, político e ético, permite a difusão de uma diversidade que não é totalmente suscetível às reivindicações homogeneizadoras (ARROYAVE, 2012, p.67).

No encontro dessas duas tendências opostas apresentadas por Arroyave (2012), o ideal emancipatório moderno se contradiz com a grande produção de tecnologias e dispositivos sociais orientados à classificação, tratamento e “ajuste” dos sujeitos considerados anormais, doentes ou perigosos por seus comportamentos, práticas sexuais, características físicas ou psicológicas (ROSE, 1989; FOUCAULT, 2001).

Talvez um dos mais icônicos exemplos desse paradoxo seja o processo de conceitualização da loucura como doença. A partir da definição e representação do louco como doente mental são inventados

sumário

e testados os mais variados tratamentos: manicômios, hospícios, terapias de eletrochoques, lobotomias, psicoterapias e distintos tipos de medicamentos, orientados a excluir o louco do convívio social ou suprimir seus sintomas. O louco, violento ou não, é considerado perigoso e a loucura ameaça um dos fundamentos da Modernidade: a definição do sujeito pela razão.

Tais procedimentos reificantes da Modernidade não se limitam ao tratamento da loucura, mas abrangem outras práticas, emoções, sistemas de crenças, etc., que não se enquadrem nos padrões definidos de normalidade. Assim, comportamentos sexuais não normativos são objeto de leis repressivas ou violência; crianças “indisciplinadas” passa a ser submetidas a terapias behavioristas ou prescritas com medicamentos; trabalhadores categorizados segundo suas competências e submetidos a rígidos sistemas de distribuição de tarefas; desempregados tratados como indivíduos que ameaçam a ordem; consumidores de substâncias psicoativas recreacionais são considerados delinquentes ou doentes e assim encarcerados ou submetidos a tratamentos de ressocialização e desintoxicação, etc. A Modernidade, por tanto, é também o cenário onde nascem e se aperfeiçoam as mais variadas tecnologias de governo das subjetividades.

No entanto, o projeto moderno também foi responsável pela emergência de formas criativas de ser, resistências e de novos modos de subjetivação. Durante a Modernidade é desenvolvida a categoria cidadania, entendida, de forma ampla, como “síntese ou mediação que define os cidadãos diante do Estado, limitando os poderes do mesmo. A cidadania é um mecanismo de direitos e obrigações que pauta as regras do jogo social, principalmente aqueles aspectos relacionados com a liberdade e a segurança” (HERRERA e MUÑOZ GAVIRIA, 2006), nas dimensões, civil, social, política e cultural. Neste sentido, podemos afirmar que remete à proteção, pois permite que o sujeito

sumário

se sinta pertencente a um grupo ou sociedade, facilita identificações e outorga segurança simbólica e política aqueles por ela acolhidos.

A cidadania, embora produza certas exclusões, transformou-se historicamente como conceito e prática e representou ganhos e tensões sociais em distintas dimensões. Do ponto de vista civil, surge nos Estados Modernos e outorga a nacionalidade e algumas proteções emanadas dessa noção de cidadania, como a liberdade de expressão, de culto, o direito a negociar e vender a força de trabalho. Na sua dimensão social, representou, nos países denominados centrais por Santos (1998), a conquista de direitos no campo das relações de trabalho, da segurança social, da saúde, da educação, da moradia, etc., por parte das classes trabalhadoras, que alcançaram nessas regiões um estado de *bem-estar social* aparentemente estável depois da Segunda Guerra Mundial. No entanto, em locais periféricos e semiperiféricos (entre os quais Santos inclui o Brasil e outros países da América Latina) esse processo de ganhos sociais aconteceu de forma precária, mantendo uma grande parcela da população excluída de direitos sociais.

A cidadania torna possível as lutas por direitos e transformações sociais expressas, por exemplo, nos movimentos que buscam ampliar os direitos de grupos e sujeitos marginalizados ou não reconhecidos positivamente nos seus universos simbólicos e de relação prática. Os movimentos sociais, os protestos, ações coletivas etc., lutam contra a objetivação e a coisificação da Modernidade e procuram a ampliação dos seus direitos ou lutam contra seu despojo. As formas de ação coletiva constituem, deste modo, estratégias de resistência contra a propensão moderna a reificar os sujeitos, apagando sua subjetividade e singularidade.

Para compreender a forma como os movimentos sociais podem nascer a partir de experiências de privação de direitos ou não reconhecimento, faremos uma breve passagem pela teoria do

sumário

reconhecimento intersubjetivo como fundamento para a análise de fenômenos, nos quais se produzem danos morais em contextos de conflito social (HONNETH, 2003).

FORMAS DE MENOSPREZO, EMOÇÕES E LUTAS SOCIAIS

Honneth (2003) defende que o reconhecimento intersubjetivo é fundamental para a constituição do sujeito, condicionando a qualidade da autorrelação e dos vínculos que estabelecemos com os outros. Por esse motivo, todo conflito social revela uma luta por reconhecimento. Existem três formas de reconhecimento intersubjetivo em função do tipo de relações em que cada uma delas se fundamenta. A primeira forma de reconhecimento é o amor, expressa na dedicação emotiva experimentada nas relações primárias dentro da família e posteriormente com amigos e parceiros amorosos. “A experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes do autorrespeito” (HONNETH, 2003, p. 177) e é o fundamento da autoconfiança.

O segundo âmbito de reconhecimento é o direito, construído a partir da segurança jurídica relacionada à experiência de pertencimento a um marco de direitos iguais em uma determinada sociedade. “A atitude positiva que um indivíduo pode adotar em relação a si mesmo quando experimenta este tipo de reconhecimento é o autorrespeito” (HONNETH, 2010, p. 27), porque percebe que compartilha com os membros de sua comunidade as características de um sujeito moralmente imputável.

Finalmente, Honneth (2010) afirma que a terceira esfera de reconhecimento é a solidariedade que concentra o reconhecimento pela

sumário

valorização positiva das características subjetivas as distintas formas de vida e práticas sociais escolhidas pelos sujeitos. O reconhecimento positivo das capacidades de cada indivíduo pelos seus colegas de interação condiciona a possibilidade de desenvolver a autoestima. Por tal motivo, o conceito de reconhecimento é fundamental para apresentar uma concepção de moral social e constitui o ponto de partida para a análise fenomenológica de danos morais. Falamos de dano ou delito moral quando um sujeito percebe que não é reconhecido positivamente em alguma das três esferas anteriormente descritas. Assim, por exemplo:

[...] uma ferida física torna-se um dano moral se a pessoa afetada vê nela uma atuação que o menospreza intencionalmente em um aspecto essencial de seu bem-estar; não é a dor física como tal, mas a consciência resultante de não ser reconhecido na própria concepção que o sujeito tem de si mesmo, o que constitui a concepção de dano moral (HONNETH, 2010, p. 24).

Cada uma das formas de menosprezo que pode ser percebida como dano moral ferem a autorrelação do sujeito. Na esfera do amor, a tortura e a violação são as formas básicas de humilhação, porque privam o sujeito da sua autonomia física, portanto destroem uma parte da sua confiança no mundo. A segunda forma de menosprezo é a privação de direitos e as práticas de exclusão. Neste caso um sujeito é humilhado quando “dentro da sua comunidade não se lhe concede a imputabilidade de uma pessoa jurídica com pleno valor” (HONNETH, 2010, p. 26). A privação de direitos e a exclusão constituem formas de desrespeito nesta esfera. Finalmente, o menosprezo na esfera da solidariedade consiste na degradação do valor social das diferentes formas de autorrealização; em outras palavras, a valorização negativa ou não reconhecimento de características pessoais associadas à cor de pele, eleição sexual, identidade de gênero, ocupação, nacionalidade, etc. Frequentemente, o menosprezo nessa dimensão se observa na forma de ofensas que ferem a autoestima, mas não só, já que quando

sumário

uma pessoa ou um grupo social não é reconhecido positivamente em um determinado espaço social, seus membros são, habitual ou mais facilmente, objeto de violência, privação de direitos, marginalização e, em casos extremos, extermínio.

As experiências de menosprezo são a origem de emoções morais porque são percebidas pelos sujeitos como feridas à sua integridade. Elas afetam a possibilidade que o indivíduo tem de sentir-se apoiado pela sociedade nas suas autorrelações práticas, assim o ele se sente injustiçado (HONNETH, 2010).

Sob certas circunstâncias, as formas de menosprezo e as feridas morais por elas produzidas, podem ser o motor para a participação em movimentos sociais ou protestos. Neste caso, as emoções morais funcionam como o combustível das lutas pelo reconhecimento ora empreendidas dos quais fazem parte sujeitos que buscam igualdade de direitos e valorização positiva de distintos modos de vida e de alteridades menosprezadas, como acontece, por exemplo, nas lutas do movimento LGBT ou do Movimento Negro.

Historicamente, o movimento operário foi um dos primeiros a entrar na luta pela ampliação dos seus direitos, tanto no âmbito estritamente laboral, como em outras esferas do social. No encontro do indivíduo, com a nascente sociedade industrializada o trabalho dos operários evidenciou mais uma vez, os paradoxos do projeto moderno. O ideal de progresso e bem-estar contrastava com os milhares de trabalhadores submetidos a condições ambientais que ameaçavam sua sobrevivência, nas nascentes fábricas dos novos centros urbanos. Suas primeiras bandeiras de luta: a diminuição da carga laboral e a melhora das condições ambientais e sanitárias de trabalho eram demandas pela sua sobrevivência (DAVIES, 2015).

Essas lutas no entanto não se limitavam a direitos trabalhistas, mas incluíam também uma dimensão identitária, uma demanda pelo

sumário

reconhecimento positivo das características identitárias dos membros do grupo, do seu ofício, etc. Por este motivo, os movimentos de resistência tradicionais que nasceram no final do século XIX não podem ser reduzidos a objetivos materiais ou jurídicos, da mesma forma que os movimentos contemporâneos que lutam pelo reconhecimento positivo de identidades e práticas sociais não podem ser reduzidos a objetivos exclusivamente culturais (HONNETH, 2010)

A proposta de Honneth (2010) torna evidente a dimensão subjetiva e emocional determinante da participação em movimentos sociais e protestos porque a história pessoal dos sujeitos é central na compreensão da motivação das pessoas para integrar ações sociais. Esta perspectiva é mais clara se entendemos que o sofrimento psíquico se expressa nos lugares do social (FURTOS, 2011). Há sempre o nível emocional associado às feridas morais produzidas pela experiência do trabalho escravo, a perda do emprego ou a discriminação pela cor da pele, gênero ou religião, etc.

Apesar da centralidade da noção de emoção na explicação de fenômenos como protestos e revoltas sociais, a presença de emoções diante de acontecimentos considerados injustos não é suficiente para a formação de ações políticas (JASPER, 1998; TROOST, STEKELENBURG e KLANDERMAN, 2008). As pessoas podem sentir raiva diante de políticas de austeridade, podem sentir-se indignados e demandar a ampliação da democracia; ou sentir medo diante da repressão policial, mas os movimentos sociais permitem articular as dimensões como a moral, a cognitiva e a emocional para produzir atitudes e ações políticas concretas. Estes coletivos usam o poder mobilizador das emoções e viabilizam a qualificação de queixas individuais, em reivindicações coletivas com o potencial de transformação dos sistemas de relações sociais e políticos (TROOST, STEKELENBURG e KLANDERMAN, 2013).

Os autores supramencionados diferenciam as emoções no contexto dos movimentos sociais, dos sentimentos e dos estados

sumário

de ânimo, porque as primeiras estão dirigidas a um objeto ou ideia específica. Algumas são geradas durante os protestos e frequentemente negativas em relação ao motivo do protesto e, em contrapartida, positivas em relação ao movimento ou seus membros. Além disso, possuem um caráter social porque são conformadas coletivamente, dependem do contexto estão baseadas em cognições, envolvem crenças e estão ligadas a valores morais, pois estão presentes em todas as etapas das ações sociais. Em relação aos protestos, as emoções podem ser classificadas em afetivas, como o ódio o amor ou a solidariedade; ou reativas, como a raiva a indignação ou a vergonha. (JASPER, 1998)

Em síntese, o descontento os movimentos sociais exteriorizam, encontra-se associado a experiências emocionais específicas e pessoais, entendendo que os afetos podem constituir emoções morais quando são consequências da percepção de injustiças que atingem o sujeito em sua integridade pessoal, como pode acontecer no caso de privação de direitos, tortura, ofensas ou formas de desrespeito associadas à classe social, gênero, raça etc. A compreensão destes fenômenos demanda não apenas a identificação das emoções motivadoras da ação social, mas também a análise das experiências pessoais associadas aos acontecimentos julgados como injustos.

O DESENCANTO DO PROJETO MODERNO

O século XX colocou sob suspeita vários aspectos do projeto moderno, entre eles o sujeito reificado, a fundamentação da verdade na razão, a sua possibilidade emancipatória (LYOTARD, 1987) e a promessa da prosperidade e da paz social, fundamentadas na ideia do progresso que os avanços científicos e tecnológicos permitiriam alcançar. O fracasso da tentativa de erradicação da pobreza, o



sumário

aperfeiçoamento dos meios de aniquilação em massa, a ameaça do holocausto nuclear, crises ambientais e a manutenção dos guetos urbanos geraram um sentimento de desilusão e evidenciaram caráter contraditório da Modernidade (NICOLACI-da-COSTA, 2004; OVEJERO, 2007).

Na passagem à Pós-modernidade (ou modernidade tardia) o consumo é apresentado como a nova bandeira da felicidade: há sempre um objeto em oferta à disposição do consumidor na qualidade de um bálsamo para seu sofrimento (RIGOTTI e FARIAS, 2017). Não obstante, a posse desses objetos não é garantia de felicidade porque o descontento persiste, enquanto o mercado explora a falta estruturante que funda o desejo. Na contemporaneidade, “o mercado constituiu-se em templo do capital: de meio, de instrumento, causa eficiente para a produção e distribuição de riqueza, tornou-se direção, tendência, causa final da atividade produtiva” (OLIVEIRA, 2004, p. 303). Neste contexto, o individualismo e a economia liberal que domina a ordem mundial, caracterizam nosso tempo, produzindo efeitos negativos sobre o psiquismo humano porque aprofundam as crises possíveis e as experiências de perda de objetos sociais (FURTOS, 2011).

Além disso, nas últimas décadas as sociedades dos Estados Centrais (SANTOS, 1998), que haviam alcançado um *status* de bem-estar e segurança derivado da cidadania social, foram perdendo parte dos direitos ganhos pela luta dos movimentos trabalhistas. Sofreram os cortes de tais benefícios em meio a uma grande crise econômica, que derivou em grandes protestos e manifestações cidadãs. Considerando estes fatos como parte do fracasso do projeto moderno, que passou a apostar todas suas fichas no individualismo e no consumo, Bauman (2012) também enfatiza o mal-estar social contemporâneo derivado da incerteza que domina os distintos planos da vida como um todo.

Em outras palavras, o neoliberalismo, associado à sociedade de consumo e ao efeito exacerbado do individualismo produzem um

sumário

intenso sentimento de desamparo, mas também emoções como a raiva, a indignação e a revolta. Tal mal-estar, está na origem das críticas relacionadas aos movimentos sociais anticapitalistas espalhados pelo globo que procuram mudar as hegemonias e os sistemas políticos e econômicos. O Fórum Social Mundial, realizado várias vezes no Brasil, por exemplo, é um evento que reúne movimentos sociais de todo o planeta e iniciativas orientadas a mudar aspectos concretos da realidade social e política.

DESCONTENTOS GLOBAIS E LOCAIS

Com esse cenário de fundo, as manifestações sociais e protestos observados durante as últimas décadas em grande parte do planeta expressam diversas formas de descontentamento e mal-estares sociais com o sistema de relações sociopolíticas. Tais ações coletivas expõem as distintas formas desencanto com as promessas frustradas da Modernidade.

Na Europa, os protestos abrangem países como a Espanha, onde milhares de indignados saíram para defender o estado de bem-estar perdido durante a crise; no Meio Oriente a Primavera Árabe se levantou contra os regimes totalitários em países como Líbia, Egito e Síria. Na América Latina, as manifestações e movimentos sociais contemporâneos abrangem várias nações e por motivos diversos. No Chile, as Marchas dos estudantes em 2011 pela reforma da educação tiveram visibilidade mundial e em 2019 abriram o caminho para a elaboração de uma nova carta constitucional que substituirá a que atualmente rege o país desde a época da ditadura. Na Colômbia, pululam protestos de estudantes, camponeses e agremiações de trabalhadores, além de vítimas da violência (MARÍN, 2009; PATIÑO, CHAVES; FARIAS, 2013); este país testemunhou em 2019

sumário

manifestações nas grandes cidades, lideradas por jovens e com uma extensa agenda de demandas, entre elas um maior orçamento para pesquisa e educação. Apesar das diferenças, existem elementos em comum que vinculam estes fenômenos, entre os quais encontra-se a importância dos novos meios de comunicação e a dimensão emocional determinante (CASTELLS, 2012).

No Brasil, os protestos, movimentos e manifestações sociais possuem uma longa história e abrangem pautas diversificadas. Alguns dos movimentos mais representativos são o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o Movimento LGBT, o Movimento Negro, a Teia dos Povos, os movimentos ambientalistas e indigenistas, o Movimento Antimanicomial etc. As ações coletivas deste último, por exemplo, têm conseguido mudanças no campo da saúde mental, orientadas pelo reconhecimento da dignidade e a restituição de direitos dos sujeitos diagnosticados com transtorno mental.

Neste país, os anos 1980 estiveram foram marcados pelas manifestações conhecidas como *Direitas já*, pela redemocratização. Mais recentemente, enquanto acontecia uma crise econômica denominada mundial, e o Brasil passava por um período de crescimento econômico e ampliação dos alcances da cidadania social às parcelas da população historicamente excluídas-, milhões de pessoas saíram às ruas das principais cidades nas Manifestações de junho de 2013. Iniciadas por estudantes contra o aumento das passagens do transporte público, ampliaram-se a outros aspectos da vida social com a participação de outros segmentos da população, coletivos organizados e a inclusão de novas pautas de reivindicação (SCHERER-WARREN, 2014). Apesar de que não é possível estabelecer uma continuidade entre os protestos de junho de 2013 e outras manifestações de rua acontecidas nos anos seguintes, tais eventos se constituíram como um signo de aspectos insatisfeitos no marco

sumário

da cidadania brasileira, além de expressarem profundos conflitos no sistema de relações sociais e políticas do Brasil.

Não existe uma explicação unânime a respeito da significação dos protestos recentes no Brasil, os quais tiveram motivações diversas e conflitantes. No entanto, identificando sua dimensão emocional, Souza (2016) afirma que a ascensão das classes populares nas últimas décadas no Brasil provocou um medo irracional na classe média, que começava a dividir os espaços da vida pública com o novo grupo social em ascensão. Para o autor, a pauta da corrupção nos protestos escondia, na verdade, nesse contexto, uma luta por privilégios na forma de emprego, prestígio, salário, etc., que a classe média temia perder, no processo de transformações sociais do Brasil contemporâneo. Nesse sentido, as manifestações multitudinárias de 2015 e 2016 ultrapassaram as demandas locais e expressaram um profundo conflito de classes na sociedade brasileira. Como exemplo desse conflito e do aspecto determinante da dimensão emocional para a participação em movimentos sociais e protestos, finalizaremos este texto com uma breve referência às emoções presentes entre os estudantes do movimento OcupaUFSB acontecido em 2016 na Universidade Federal do Sul da Bahia, na cidade de Porto Seguro. Este movimento se deu no contexto de uma série de ocupações de escolas e universidades realizadas no Brasil por estudantes que protestavam contra a PEC 241, conhecida como PEC do Teto de gastos, e o Projeto de Escola sem Partido, entre outros motivos.

sumário

No contexto da pesquisa “Mal-estar social, manifestações sociais e protestos de rua no Brasil contemporâneo: indagando as significações a partir de narrativas de participantes”, foi realizada uma oficina com os estudantes que estavam ocupando o Campus Sosígenes Costa da UFSB. A oficina foi ofertada como um espaço para representar e construir narrativas sobre as motivações para a participação em movimentos sociais e protestos. Nela os estudantes

expressaram diversas emoções como motivadoras da participação em movimentos sociais, reunidas em dois grandes grupos. No primeiro foram representadas indignação, frustração e raiva associadas à privação e precariedade na experiência de direitos sociais como educação, saúde, lazer e moradia. No segundo grupo, as emoções estavam associadas a práticas de exclusão, ofensas e violência experimentadas por jovens membros do movimento LGBT, em função de suas orientações sexuais ou identificações de gênero. Tais formas de menosprezo produziam vergonha, tristeza, medo e insegurança

Neste caso, os participantes narraram como o pertencimento ao movimento social facilitou a construção de identificações e laços afetivos positivos entre os membros do grupo. Tal fator permitiu recuperar a autoestima, transformando os sentimentos negativos relacionados a experiências de menosprezo e desrespeito, na energia para a participação em lutas por ideais coletivos. A raiva sentida pela percepção de estar submetido a um subprivilégio jurídico, no primeiro caso, por sua vez, o medo ou a vergonha social produzida pela desvalorização de capacidades ou qualidades subjetivas associadas à sexualidade, no segundo, transformaram-se em ações coletivas de protesto ativo e resistência, como estratégias para a restituir integridade moral ferida, por meio da participação nos movimentos OcupaUFSB e LGBT.

Finalmente, este pequeno exemplo atesta como a compreensão de lutas e conflitos sociais demanda uma abordagem que coloca em diálogo o contexto e a descrição dos acontecimentos, com a análise das experiências pessoais e subjetivas dos sujeitos. A dimensão emocional é determinante para compreender as ações coletivas. As emoções relacionadas à participação em movimentos sociais são sociais e morais ao mesmo tempo. Sobre elas se abrem todo um campo de interrogações e questionamentos relacionados à compreensão de experiências de sujeitos e coletividades que

sumário

experimentam a valoração negativa de suas qualidades e formas de vida. Este campo, inclui também a forma como tais experiências de desrespeito transforma-se em ações coletivas em meio às relações sociais e políticas na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARROYAVE, Orlando. Aproximaciones a una psicología de la exclusión. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, Medellín, v. 2 n. 1, p. 66-73, ene-jun 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

DAVIES, William. *How the government and big bussines sold us well-being*. London: Verso, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FURTOS, Jean. La précarité et ses effets sur la santé mentale. *Le Carnet PSY*, n. 156, p. 29-34, Ago. 2011.

HERRERA CORTÉS, María Cecilia.; MUÑOZ GAVIRIA, Diego Alejandro. ¿Qué es la ciudadanía juvenil? *Acciones e Investigaciones Sociales*, Zaragoza, v. 26 jul. 2008. pp. 189-206.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora34: São Paulo, 2003.

HONNETH, Axel. *Reconocimiento y Menosprecio*. Sobre la fundamentación normativa de una teoría social. Buenos Aires: Katz, 2010

JASPER, James. The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements. *Sociological Forum*, v. 13, n. 3, p. 397-424. 1998.

MARÍN, Margarita. . Movilización social una apuesta en el mundo de la vida. *Comunicación e ciudadanía*, v. 2, p. 6-17, 2009.

MASSIAH, Gustave. Os movimentos sociais na era digital. *Le monde diplomatique Brasil*. Ano 14, n. 151, 2020, p. 20-22.



sumário

NICOLACI-da-COSTA, Ana Maria. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, v. 24, n. 1, p. 82-93, 2004.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. Um corpo estranho: civilização e pós-humanismo. *In: Novaes, A. (org.) Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ovejero, A. *Las relaciones humanas*. Psicología social teórica y aplicada. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

PATIÑO, Rafael Andrés; CHAVES, Antonio Marcos; FARIAS, Francisco. Ramos. Significações da condição de vítima entre familiares de desaparecidos forçados no conflito armado colombiano. *Revista colombiana de ciencias sociales*, v. 4, n. 2, p. 217-237, 2013.

RIGOTTI, V.; FARIAS, F. R. Memória, violência e resistência em movimentos sociais na cidade do Rio de Janeiro. *In: Terceira Jornada de Pós-Graduação da UNIRIO*. Anais. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017. Disponível em: <<http://ocs.unirio.br/index.php/JPG/JPG/paper/view/8>>. Acesso em 13 fev. 2020

ROSE, Nikolas. *Governing the Soul: The Shaping of the Private Self*. London: Routledge, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *De la mano de Alicia: lo Social y lo Político en la Postmodernidad*. Ediciones Uniandes. Bogotá, 1998.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

TROOST, Dunya van; STEKELENBURG, Jacqueliën van.; KLANDERMAN, Bert. Emotions of Protest. *In: Emotions in politics: the affective dimension in political tension*. N. Demertzis. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

sumário

8

Roberto do Amaral Santos Júnior
Christianne Benatti Rochebois
Roberto Muhajir Rahnemay Rabbani

A CONDIÇÃO DE REFUGIADO E SER “ESTRANGEIRO” EM SEU PRÓPRIO PAÍS: RELAÇÕES SOCIAIS ANÁLOGAS

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o número de refugiados aumentou em todo o mundo. Estes fogem de condições tristes e devastadoras que atingem seu lugar de origem. São obrigados a deixar tudo para trás e tentar iniciar uma nova vida. Alguns migram para outros lugares dentro de seu próprio país. Mas boa parte se desloca até outro território estrangeiro. Desta forma, guerras, violência e perseguições geram o deslocamento forçado em todo o mundo. Em 2017, pelo quinto ano consecutivo, o número de pessoas que tiveram de deixar seus lares chegou a um patamar inédito de 68,5 milhões de pessoas, segundo o relatório anual Tendências Globais (Global Trends), divulgado pela The UN Refugee Agency – UNHCR (Agência da ONU para Refugiados – ACNUR). Assim, “ao contrário do que se pode pensar, o número de refugiados está em franca ascensão, superando, em proporção, a taxa de crescimento da própria população mundial” (LIMA et al., 2017). Notável é que, segundo o relatório Migração e Mercado de Trabalho no Brasil, realizado em 2018, milhares chegam, oriundos de países vizinhos como haitianos, africanos, sírios e, mais recentemente, venezuelanos (CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., 2018).

Diante disso, alguns governos se organizam para assistir aos refugiados em seu país. E, impulsionados por acordos internacionais, buscam implantar ações para acolhê-los e que lhes deem condições de sobrevivência ali. Em meio a isso, não passa despercebido que, ao se deslocarem, os imigrantes, como os em situação de refúgio, levam, junto com a esperança de um futuro melhor, a sua cultura – o que envolve suas tradições, como culinária, vestuário e sua língua materna. Consequentemente, será preciso que conheçam as regras de convivência do novo país o quanto antes. Esses fatores fomentam impasses para a integração social desses sujeitos os quais se estabelecem nos tratos sociais dentro do novo ambiente em que

sumário

vivem, visto que uma boa parcela destes precisa “se virar sozinhos” após receberem cuidados iniciais, como, por exemplo, ao buscar por educação e emprego.

Entretanto, relações sociais conflitantes assim não ocorrem exclusivamente neste contexto. Esses desafios estão presentes também no cotidiano de sujeitos Surdos. Neste estudo, o termo “relações sociais” foi considerado como o conjunto de interações entre os indivíduos ou grupos sociais, seja em casa, na escola, no trabalho ou em outros espaços de convivência, considerando a definição de Diana (2018).

Em anos recentes, surgiu um conceito que defende uma Cultura Surda. Ela está marcada, principalmente, pela forma de comunicação deste grupo – a língua de sinais – uma língua de modalidade espaço-visual (BUENO, 1998; PERLIN, 2003; GESSER, 2009; DUARTE et al., 2013). Com isso, este grupo também tem enfrentado obstáculos à sua integração social, tanto na sua formação acadêmica e profissional, quanto na inserção no mercado de trabalho.

Com este panorama, o presente artigo investiga situações análogas vividas entre dois grupos que suscitam cada vez mais atenção na sociedade contemporânea: os refugiados e os Surdos. A investigação se propõe a estabelecer paralelos entre esses dois grupos sociais, que, embora existam desde outrora, só recentemente ganharam mais notoriedade. As ponderações serão feitas considerando especialmente a barreira linguística e o acesso ao mercado de trabalho. Neste sentido, o levantamento, através de alguns estudos sobre estas realidades, pode estabelecer laços pertinentes a ambos os indivíduos. Os dois status implicam, presumivelmente, relações sociais semelhantes, dados os tratos sociais que se estabelecem na vida em sociedade, em especial, nos desafios ligados a comunicação, ou seja, ser entendido e fazer-se entender, e a forma como vagas de emprego lhe são oferecidas. A partir disso, almeja-se inferir quais dificuldades

sumário

relacionadas ao convívio social pode haver em comum entre os que se encontram nas situações em pauta. A questão proposta revela-se bem pertinente para as considerações mais modernas sobre a organização de uma sociedade onde, cada vez mais, a igualdade de oportunidades para o desenvolvimento humano é almejada.

A partir desses dados são considerados os seguintes pontos: O que define, em base legal, a condição de refugiado? O que compreende a expressão “Surdo”? E de que forma uma pessoa com surdez pode ser um “estrangeiro” em seu próprio país? Que situações análogas existem entre esses dois grupos de indivíduos no campo das relações sociais? E quais ponderações são possíveis a partir disso?

Embora a pesquisa use alguns dados a nível internacional, o território brasileiro foi preferido como palco central das discussões, uma vez que vive ambos os fenômenos sociais investigados aqui.

O REFUGIADO, O SUJEITO SURDO E AS BARREIRAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A condição de ser um refugiado começou a ser tratada em âmbito internacional após a Primeira Guerra Mundial, quando ocorreu a considerada primeira ação com essa abrangência para socorrer a estas pessoas: Foi criado, em 1921, o Alto Comissariado para Refugiados da Liga das Nações.

Posteriormente, a Declaração dos Direitos Universais, de 1948, estabeleceu, em seu Art. 13º, item 2, que “Toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e de regressar ao seu país”. E, ainda, em seu Art. 14º, defende que, em caso de perseguição, toda pessoa a ela sujeita tem o direito de procurar e de pedir asilo em outros países. Já depois da Segunda Guerra, nasceu

sumário

a Organização Internacional para Refugiados (IRO) como mecanismo para tratar o tema. Entretanto, a partir de 1949 até os nossos dias estes são assistidos pelo órgão das Nações Unidas para Refugiados (FERRAPONTOF, 2014).

Já em 1951, partiu da Convenção das Nações Unidas ou Convenção de Genebra o Estatuto dos Refugiados, promovendo o amparo aos refugiados europeus, trazendo como definição do termo refugiado a pessoa que:

[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Artigo 1º).

Com o passar do tempo, os requisitos para ser enquadrado como refugiado mudaram à medida que outras circunstâncias surgiam ou novos entendimentos eram estabelecidos. Ainda, para Ferrapontof (2014), a questão dos refugiados ganhou mais atenção sendo alvo de mais discussões, uma vez que a Convenção de 1951 era limitada necessitando rever o conceito para englobar situações antes não consideradas.

Atualmente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que foi criado pela Assembleia Geral da ONU em 14 de dezembro de 1950, é o órgão responsável pela fiscalização da aplicação da Convenção de 1951, referente ao Estatuto dos Refugiados, protegendo as vítimas de perseguição, da violência e da intolerância. Em território brasileiro, atua cooperando com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), ligado ao Ministério da Justiça.

sumário

Ainda, em se tratando de buscar refúgio, no Brasil, vigora a Lei n. 9.474, de 1997, trazendo como conceito de refugiado o seguinte:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Todavia, existem outras circunstâncias que podem forçar alguém a sair do país de origem sem necessariamente estar enquadrado nas condições de refugiado, conforme descrito nestes dispositivos legais, como, por exemplo, a fome, ou catástrofes naturais. Para exemplificar, no Brasil, o número de refugiados aumentou nos últimos anos. Em 2010, foram recebidos haitianos após desastre natural, e, mais recentemente, venezuelanos, por causa da situação econômica que devasta o país. No caso dos primeiros, foi criado o estado de “visto humanitário”, a fim de contornar esse impasse, nos termos da Portaria Interministerial, nº 10, de 6/04/2018. Assim, eles adquirem visto temporário e autorização de residência.

Porém, mesmo com certa medida de assistência governamental, como “primeiros socorros”, existem outras dificuldades implícitas no processo de “recuperação” dos considerados como refugiados. Mesmo sendo recebidos no país em que buscam acolhida, a sobrevivência não está garantida. Para terem uma vida digna, estes precisam ser integrados à nova sociedade em que vivem. Portanto, é preciso que conheçam as regras de convivência do novo país o quanto antes.

sumário

Neste cenário, a língua pode ser um obstáculo real para uma comunicação efetiva. Os obstáculos linguísticos existem e podem isolar os imigrantes ou, no mínimo, colocados em séria desvantagem, tendo reflexos em quase todos os aspectos da vida social, como na formação educacional, seguida da profissional, e da inserção no mercado de trabalho.

Reconhecendo este obstáculo e em busca de combater a discriminação linguística, já em 2015, a Agência da ONU para Refugiados – ACNUR publicou uma cartilha de ensino de português especificamente para os refugiados no Brasil, batizado de “Pode entrar: Português do Brasil para refugiadas e refugiados” (FEITOSA et al., 2015). De fato, falando sobre a barreira linguística e as chances de estrangeiros conseguirem um emprego, o documento Refúgio no Brasil (LIMA et al., 2017), comenta a relação entre a idade, idioma e a inserção no mercado de trabalho. Segundo o relatório, embora a idade facilite a colocação no trabalho formal, os idiomas apresentam-se como uma barreira, pois apenas um pequeno percentual dos estrangeiros fala o português.

Desta maneira, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é acentuada, pois muitos chegam sem conhecimento básico da língua oficial do país onde buscam asilo e sem nenhuma documentação legal. Verificar a procedência e histórico em cada caso, para uma assistência mais justa, eficiente e tratá-los sem parcialidade constitui um verdadeiro desafio.

Por estas razões, muitos desses sofrem discriminação laboral como trabalhadores imigrantes, culminando na violação de direitos trabalhistas, embora, segundo o artigo 3º, IV da Constituição Federal brasileira os acolhidos como imigrantes em condições como as tratadas aqui devem estar sob as mesmas condições dos nacionais, sem discriminação. Neste tocante, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, estabelecida pelo Decreto-lei nº 5.452/43, afirma, em

sumário

seu Artigo 443, que a “a nacionalidade do empregado não importa na forma de contratação, devendo esta obedecer aos requisitos legais, condicionados ao trabalho e ao produto final e não à mão de obra”. E, ainda, determina igual salário, sendo idêntica a função, prestado o serviço ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, prescrita a distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade (Art. 461, CLT, 2018). Nestes termos, fica evidente que não pode haver distinção entre o refugiado e o nacional, sob as regras trabalhistas.

Em contrapartida, a margem para discriminação é criada pela própria Lei anteriormente mencionada quando faz constar, por exemplo, no item “Observação” da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, a menção ao status de refugiado. À base de uma determinação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE deve-se constar, nestes casos, a expressão: “Estrangeiro com base na Lei nº 9.474 de 22/07/1997”.

Sobre isto, um estudo sobre os direitos trabalhistas de refugiado no Brasil, realizado por Annoni e Silva (2015) aponta que esta pequena frase produz grandes efeitos em vista aos estereótipos e preconceitos existentes no Brasil, denunciando que “Este fato, aliado à dificuldade do migrante em se comunicar bem em português e ao total desconhecimento da legislação brasileira, fomenta um resultado terrível: discriminação, violência e impunidade”.

Ademais, o relatório Migração e Mercado de trabalho no Brasil, de 2017, indicou que os homens predominavam no mercado de trabalho composto por imigrantes, sendo 80 mil homens e 32 mil mulheres, sendo que o setor que mais emprega essa parcela da população é o de Bens e Serviços; e em seguida, Serviço, Comércio em Lojas e Mercados e profissionais das Ciências e das Artes (CAVALCANTI, 2017). Esses dados demonstram que os trabalhadores estrangeiros, na sua maioria do sexo masculino, entre os quais refugiados, ocupariam

sumário

mais postos destinados ao setor terciário, onde a formação acadêmica é mediana ou nenhuma.

Para mais, juntamente aos impasses no que se refere à garantia de emprego e renda, existe o desafio de serem inseridos em uma nova sociedade, com uma cultura diferente. Neste cenário os obstáculos linguísticos são reais e podem isolar os imigrantes ou, no mínimo, colocados em séria desvantagem, tendo reflexos em quase todos os aspectos da vida social, como na formação educacional, seguida da profissional, e da inserção no mercado de trabalho. Sobre o percurso formativo para os refugiados, as políticas sociais, especialmente as voltadas às educacionais, não são fomentadas o suficiente, segundo estudos existentes, pois, apesar da afirmação de respeito ao imigrante, o acesso à educação permanece limitado (BARLETT, RODRÍGUEZ E OLIVEIRA, 2015).

De fato, há um longo caminho a ser trilhado em busca de um destino mais digno para os refugiados na contemporaneidade. Talvez a superação da barreira linguística seja o primeiro passo para a inclusão social mais promissora para os imigrantes no Brasil. Por outro lado, se os refugiados são estrangeiros que abandonam seu local de origem em busca de sobrevivência, o Surdo é considerado como um estrangeiro em seu próprio país por usar uma língua que é estranha por muitos e serem discriminados, subestimados, pelos seus concidadãos (OLIVEIRA, 2014). Neste trabalho foi adotado o termo Surdo, grafado com “S”, como referência cultural que vê os surdos do ponto de vista social, de suas habilidades visuais e potencialidades, em lugar da clínica-médica, que os trata como deficientes precisados de intervenção médica para a cura ou diminuição dos efeitos da surdez (SÁ, 2006; LANE, 2008).

Em anos recentes, o enfoque sobre a pessoa surda, em sua integralidade, desdobrou discussões em torno das suas potencialidades social, intelectual e laboral. São reconhecidos dois grandes modelos,

sumário

tratados pela literatura da área, que delineiam distintas visões sobre a surdez: uma central, clínico terapêutica, onde a deficiência se sobrepõe e, outra, socioantropológica, pautada na noção de “ser diferente” (STROBEL, 2007).

Do ponto de vista socioantropológico, se defende uma Cultura Surda, marcada fortemente pela comunicação de modalidade visual-espacial, através de uma Língua de Sinais. As histórias de vida e a concepção de visão de mundo pelos Surdos têm aspectos diferentes dos que interagem por meio de uma língua de modalidade oral. Essa particularidade gera valores e tradições sociointerativas comuns (SKLIAR, 2000; SALLES et al., 2004; SANTANA, BERGAMO, 2005). Contudo, os indivíduos surdos também vivem dentro de contextos sociais comuns, pois “estão inseridos em sociedades com leis, costumes, tradições que são compartilhadas também com os ouvintes, como, por exemplo, festas de fim de ano, sistema político, sistema econômico, relações de trabalho, valores morais etc.” (TBENEDETTI, 2016).

Sobre as línguas de sinais, são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre pessoas. Sua estrutura permite a expressão de qualquer conceito – descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato – enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano (BRITO, 2015). No Brasil, os surdos se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais – Libras, reconhecida “como meio legal de comunicação e expressão” em 2002, através da Lei Nº 10.436.

Apesar de avanços legais em defesa de seus direitos, ainda na contemporaneidade, os surdos frequentemente são vítimas de preconceito com respeito à sua língua natural. Por exemplo, dentro do ambiente escolar, o sistema educacional brasileiro é pautado em um monolinguismo, onde a Língua Portuguesa prevalece nas

sumário

práticas de ensino e de aprendizado, onde o bilinguismo (neste caso, o uso concomitante da Libras), acha pouco espaço (FERNANDES E MOREIRA, 2014). Assim, o estudante surdo tem sua língua, seu principal meio de comunicação e acesso ao conhecimento negado. Esse processo contribui para a marginalização destes indivíduos, pois, segundo Oliveira (2014), a dificuldade em compreender textos escritos em língua portuguesa ocasiona o desconhecimento de regras e padrões sociais veiculados nas relações cotidianas e através das mídias. Segundo a autora “Tudo isso faz com que carreguem, muitas vezes, o estigma de confusos, ignorantes e deficientes intelectuais”.

O preconceito histórico contra o surdo fica evidente, hoje também, na sua colocação no mercado de trabalho, em que precisam usar, ao invés de sua língua natural, expressões faciais ou corporais e leitura labial para se fazer entender. Consequentemente, são taxados como seres com menos competências e habilidades intelectuais e submetidos a trabalhos braçais, com baixa remuneração e precárias condições – um subemprego. Assim, a discriminação ultrapassa os muros da escola, quando a sociedade ouvinte não percebe o potencial de surdos para além da barreira linguística. “Essa falta de percepção lhes prejudica no trabalho, nos atendimentos médicos, nos relacionamentos afetivos e na participação em atividades socioculturais” (MARIN e GOES, 2006; STROBEL, 2006; OLIVEIRA, 2014).

Falando sobre o mercado de trabalho para pessoas com deficiência, especificamente sobre os surdos, a oferta diminuta da formação profissional de qualidade para este público implica ocupar postos de empregos abaixo de suas reais competências. Novamente, a barreira linguística parece se sobrepôr tanto com respeito ao acesso à qualificação, quanto ao processo seletivo onde competem em desvantagem linguística. Em 2017, segundo o Ministério da Economia e a Secretaria de Trabalho divulgou que:

sumário

a surdez é a segunda deficiência com maior nível de empregabilidade no mercado formal. Entre as profissões mais agregadoras do público surdo estão auxiliar de escritório com 6.898 trabalhadores, seguido por alimentador de linha de produção (5.341); assistente administrativo (4.205); faxineiro (3.815); repositor de mercadoria (2.473); almoxarife (1.878); trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (1.314); e operador de máquinas fixas em geral (872). Em outras profissões, o número de surdos é um pouco menor: atuando como engenheiros aeronáuticos são 39 pessoas nessa atividade; advogados, 55; engenheiros agrônomos, 72; cirurgiões dentistas, 21. (CAVALCANTI, 2017)

Embora esta notícia pareça no primeiro momento empolgante, revela que se encontra, ainda passados mais de quinze anos de reconhecimento da Língua de Sinais no Brasil, a grande maioria de surdos trabalhando como embaladores ou repositores de mercadorias em supermercados, executando serviços gerais de limpeza em hospitais e lanchonetes. Ainda, uma realidade mais abrupta pode ser verificada nos transportes públicos, quando o subemprego acompanha cambistas vendedores de artigos diversos ou simplesmente pedintes medicando esmolos. Esse dado é visivelmente comprovado nas grandes cidades do Brasil.

Chama à atenção o fato de que, comentando sobre oficinas profissionalizantes para pessoas deficientes, Viana (2010), em seu estudo sobre a inserção do surdo no mercado de trabalho, explana que o treinamento preparatório para a inserção deste público no mercado de trabalho não aproveita as verdadeiras habilidades dele, o que implica continuar despreparado para atender as demandas do mercado produtivo, aliado a falta de motivação ou vocação para uma determinada prática profissional. Dessa forma, pode-se afirmar que o preconceito, criado pela diferença é um fator que interfere diretamente na integração social do sujeito Surdo e no seu acesso promissor ao mercado de trabalho.

sumário

Diante destes dados, é possível traçar, com alguma clareza, que, na sociedade contemporânea, semelhanças negativas nas relações sociais existem tanto para os refugiados quanto para os Surdos. Os dois grupos enfrentam sérias barreiras à sua inserção na sociedade, ligadas à comunicação por meio de sua língua materna e a colocação no mercado de trabalho. Desta forma, tem seus direitos usurpados e ficam expostos a não qualificação profissional e o subemprego.

Para os refugiados, como explanam Annoni e Silva (2015), “a falta de informação sobre os direitos dos trabalhadores migrantes no Brasil é a causa para a violação de direitos”. O preconceito e a discriminação geram o mito de que os estrangeiros não gozam dos mesmos direitos, contribuindo para a perpetuação de abusos e violência. As dificuldades nos tratos sociais, no caso dos surdos, se dão também, quando se olha a surdez pela perspectiva do *déficit*, da falta, da anormalidade, pois o “normal” é ouvir. Desta forma, o que difere do padrão aceito deveria ser corrigido, “normalizado”. Daí a estigmatização viabiliza a construção de preconceitos sociais (GESSER, 2009).

Certamente, o preconceito e a discriminação, evidenciados aqui, violam a Declaração dos Direitos Humanos, que defende o direito ao acesso em condições de igualdade as funções públicas (Art. 21). Para além disso, ao contemplar a história desses indivíduos percebe-se que, no decorrer desta Leis foram criadas e/ou formuladas na medida em que questões sociais os envolvendo foram identificadas. Nesta perspectiva, aqui no Brasil, os surdos parecem ter sidos tratados antes dos refugiados, pois Segundo Madalena Klein (1999), a Decisão Imperial de 26 de setembro de 1857, quando o governo de D. Pedro II, que provia a manutenção do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro, foi a primeira política pública para os surdos em no país.

Daquele ano até os dias atuais, outras leis e decretos foram criados na busca de tratar as necessidades inerentes às condições

sumário

dos refugiados e as dos surdos. Isto se harmoniza com Bobbio (2004), quando afirma que os direitos são “nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”. Dessa maneira, “Nas ciências do direito, aos poucos, foi-se afirmando a distinção dos direitos subjetivos em direitos liberais, de liberdade, direitos políticos, de participação, e direitos sociais, de bem-estar” (ALBORNOZ, 2011).

Ademais, considerando Marshall (1967), a cidadania só é possível quando existem e são exercidos os direitos sociais, políticos e civis. Dessa forma, ela é desenvolvida, na medida em que conquistas das classes sociais acontecem, ao longo da história da humanidade, e está relacionada a uma condição, pois, ela “é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”. Neste sentido, é possível dizer que tanto refugiados como Surdos almejam o mesmo status: ser um cidadão efetivo na nação onde estão vivendo.

Por fim, os dois grupos podem ser aproximados pelas suas “cicatrizes”, pois, como pessoas estigmatizadas, carregam incertezas e insegurança ao não saber o que outros pensam e quais avaliações lhes são atribuídas (GOFFMAN, 1988; FURTOS, 2007; HONNETH, 2010). Analisando essas informações e o quadro geral descrito nesta pesquisa é possível notar que tanto a trajetória de refugiados quanto surdos é marcada por desafios e conquistas.

sumário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho examinou algumas situações reais vividas entre os refugiados e os sujeitos surdos nos desafios à sua integração social.

Não se determinou a igualdade, mas, foram tecidas aproximações entre os dois grupos, considerando os tratos sociais que se estabelecem na vida em sociedade a partir dessas experiências.

As conexões, construídas em dois campos: a barreira linguística e a inserção no mundo do trabalho tornaram possível aferir que a língua pode ser um entrave real nas relações sociais cotidianas, principalmente no que se refere ao acesso às informações de normas e condutas para a vida em sociedade. O levantamento sobre as condições ligadas à oferta de trabalho revelou que tanto refugiados estabelecidos no Brasil como os surdos brasileiros são subestimados no que diz respeito à sua real capacidade produtiva. Esses fatores denunciam a discriminação existente e impedem significativamente o exercício dos direitos a nível internacional e dentro deste Estado.

Porém, vivemos em tempos de grandes transformações no modo de nos ver e de enxergar o outro no mundo. Os avanços em estudos de grupos sociais ressignificam o conceito de vivermos em sociedade. De fato, determinações legais, sob a égide dos direitos humanos, são, muitas vezes, engrenadas pelos fatos na sociedade contemporânea. De fato, os acontecimentos sociais forçam os Estados a mudarem a política modificando bases no campo jurídico na relação normas-fenômeno social e vice-versa. Contudo, infelizmente, na prática, a sociedade aceita e fomenta a desigualdade ao mesmo tempo em que defende uma igualdade de participação entre os cidadãos.

sumário

REFERÊNCIAS

ACNUR. *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951*. Disponível em <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 02 abril 2019.

ALBORNOZ; Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, Santa Cruz do Sul, vol. 14, n. 1, pp. 127-143, 2011.

ANNONI, Danielle; SILVA, Joanna de A. G. Os direitos trabalhistas dos refugiados no Brasil: Desafios para a aplicação da norma mais favorável ao indivíduo na era da terceirização. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.4. n. 8, jul./dez., 2015.

BARTLETT, Lesley; RODRÍGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, dez., 2015.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro: Campus. 2004.

BRASIL. *Lei Nº 9.474, de 22 de Julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm >. Acesso em: 02 de abril 2019.

BRASIL. *LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em 24 abr. 2019.

BRASIL. *Mais de 79 mil trabalhadores surdos têm carteira assinada no país*. Disponível em <<http://trabalho.gov.br/noticias/5048-mais-de-79-mil-trabalhadores-surdos-tem-carteira-assinada-no-pais>>. Acesso em 23 abr. 2019.

BRASIL. *Portaria Interministerial, nº 10, de 6 de abril de 2018*. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=57&data=09/04/2018>>. Acesso em 5 abril 2019.

BRITO, Lucinda Ferreira. *A gramática da Libras*. DocSlide. 2015. Disponível em: < <https://docslide.com.br/documents/a-gramatica-de-libras-lucinda-ferreira-brito.html> >. Acesso em: 25 set. 2017.

BUENO, José G. Silveira. Surdez, linguagem e cultura. *Cadernos CEDES*. Campinas - SP, n. 46, p. 41-54, 1998.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. *Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

sumário

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. *Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

DIANA, Daniela. *Relações Sociais*. Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/relacoes-sociais/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. *Aspectos históricos e socioculturais da população surda*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

FEITOSA, Jaqueline et al. *Pode entrar: Português do Brasil para refugiados e refugiadas*. Disponível em <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Pode_Entrar.pdf?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Pode_Entrar>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. *Educ. rev.* no.spe-2, Curitiba, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/05.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2019.

FERRAPONTOF, Pietra da Fonseca e. *A extradição e o princípio da não devolução no Direito Internacional dos refugiados*. Disponível em <http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/03/pietra_ferrapontof_2014_2.pdf>. Acesso em 02 abril 2019.

FURTOS, Jean. (2007). *Psiquiatria y Sociedad. Sufrir sin desaparecer*. In: A. Rodríguez (Org.). *La Salud mental frente al cambio social*. Editorial Kimpres: Bogotá.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

GOFFMAN, Erving. *O Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HONNETH, Axel. (2010). *Reconocimiento y menosprecio: sobre la fundamentación normativa de una teoría social*. Buenos Aires: katz.

KLEIN, Madalena. *A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

sumário

LANE, H. Do deaf people have a disability? Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 277-292). Minneapolis: University of Minnesota, 2008.

LIMA, João Brígido Bezerra *et al.* *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)*. Brasília: Ipea, 2017.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARIN, Carla Regina; GOES, Maria Cecília Rafael de. *A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano*. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622006000200007&script=sci_abstract&tIng=pt>. Acesso em: 01 ago. 2019.

OLIVEIRA, Sonia Regina Nascimento. Surdo: Um Estrangeiro em seu País. *RIGS revista interdisciplinar de gestão social* v.3 n.2 maio / ago. 2014.

PERLIN, Gladis T. T. *O ser e o estar sendo surdos: Alteridade, diferença e identidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SÁ, Nídia Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SALLES *et al.* *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC, SEESP, 2004 (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SANTANA, Ana Paula; Alexandre, BERGAMO. *Cultura e Identidade Surdas: Encruzilhadas de lutas sociais e teóricas*. Disponível <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SKLIAR, C. Surdos e estudos culturais em educação. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael de (Orgs.) *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.

STROBEL, Karin Lilian. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, p.245-254, jun. 2006.

STROBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007. pp. 18 – 37.

TBENEDETTI, Cláudia R. *Fundamento Histórico Cultural da Educação de Surdos*. Valinhos: 2016.

sumário

UNHCR. *Global Trends 2017*. Disponível em <https://www.unhcr.org/global-trends-2017-media#_ga=2.186933419.268353709.1563394652-1613281052.1563394652>. Acesso em: 17 de jul. 2019.

VIANA, Alvanei dos Santos. *A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Universidade do Grande Rio. 2010. Disponível em <<http://tede.unigranrio.edu.br/handle/tede/88>>. Acesso 9 abril 2019.



sumário

9

Tharles Souza Silva

**REPENSANDO A DINÂMICA
ENTRE OS LUGARES
E A MEMÓRIA:
A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.008.159-175

Quando a Primeira guerra Mundial terminou, em novembro de 1918, o armistício¹⁵ que pôs fim às hostilidades foi assinado em um vagão de trem, no bosque do entorno da cidade de Compiègne, na França. Quatro anos mais tarde, no local da assinatura do acordo foi construída a Via da Vitória, um monumento composto por memoriais que representavam a vitória sobre os alemães. Rapidamente, ele se transformou em um dos grandes símbolos do orgulho nacional francês. Em 1927, o vagão do armistício foi levado para o lugar e abrigado em um museu construído especificamente para ele.

A Via da Vitória, seus memoriais e seu museu formavam um autêntico “lugar de memória” (POLLAK, 1992, p. 09). Estes locais atuam como elementos agregadores, marcadores identitários aos quais as pessoas se dirigem para reforçar seus laços de pertencimento à sociedade da qual fazem parte. Para cumprir suas funções eles precisam criar uma articulação entre memória e história. A memória é a “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1992, p. 09) e a história “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 09). A Via da Vitória, é um grande exemplo de que quando essa relação entre essas duas acontece, os lugares de memória cumprem na perfeição os seus objetivos.

Os alemães detestavam profundamente o monumento francês. Para eles, ele representava a maior humilhação que Alemanha já sofrera até então. A grande crise econômica dos anos 1920/30 fez aumentar o ódio dos alemães. Eles compreendiam que ela era ampliada pelas condições impostas pelo Tratado de Versalhes¹⁶, isso

sumário

15 Acordo que suspende temporariamente as hostilidades entre os lados envolvidos numa luta, disputa ou guerra, uma trégua.

16 Tratado assinado em junho de 1919 que selava a paz entre a Alemanha e as potências contra quem lutou. É considerado um tratado punitivo que impôs condições muito severas que impediam reerguimento alemão.

aumentava ainda mais o rancor contra os franceses e a sensação de humilhação nacional.

No dia 21 de junho de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, logo após a derrota francesa para os alemães, Adolf Hitler, em ato simbólico, ordenou a destruição do museu que abrigava o vagão do armistício de 1918. Ordenou, ainda, a reconfiguração da Via da Vitória, que foi decorada com bandeiras e outros símbolos da Alemanha e do partido nazista. O antigo vagão foi recolocado nos trilhos e os líderes franceses foram obrigados a assinar a rendição de seu país nele, tal como fizeram os alemães 22 anos antes. Hitler compareceu ao evento e se sentou na mesma posição que, em 1918, se sentou Ferdinand Foch, general francês que comandou as forças aliadas contra a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Após a leitura das diretrizes que seriam discutidas e quando a delegação francesa começaria a falar, Hitler, para demonstrar o seu desprezo, se levantou e foi embora, exatamente como Foch fez em 1918. Assim, os franceses foram humilhados no campo de batalha e no campo da memória.

Entretanto, com a libertação da França, no final de 1944, as coisas novamente se inverteram. Os monumentos destruídos foram reconstruídos e foi criado um novo museu, que existe até hoje, no qual se instalou um vagão do mesmo tipo do anterior, já que o original tinha sido destruído. O lugar foi enriquecido desde então com novos monumentos e memoriais, dentre eles, os restos do vagão original. O lugar de memória voltou a pertencer aos franceses.

A disputa entre franceses e alemães pela Via da Vitória ilustra bem o poder que um lugar possui, quando preenchido de carga simbólica e mnemônica. Não se tratou em momento algum de um conflito pelo espaço em si, mas uma luta pela memória. Aquele espaço tinha e tem o poder de “coletivização das lembranças” (HALBWACHS, 2003, p. 30), auxiliando na reconstrução do passado, de modo mágico e idealizado, no qual os franceses, venceram os alemães. Sua reconstrução

sumário

significou a reafirmação dessa vitória que, na prática, nunca existiu. A Primeira Guerra terminou com um armistício e não com a derrota de fato dos alemães. A ideia da vitória foi uma construção posterior que se reforçava e se reforça através de lugares como a Via da Vitória, que é uma “semente de rememoração” (HALBWACHS, 2003, p. 21).

Conforme Pierre Nora, todos os lugares criados com uma “vontade de memória” (NORA, 1993, p. 21), possuem as capacidades da Via da Vitória. No entanto, as vezes esses objetivos mnemônicos não se concretizam. Entender por que e como isso acontece pode ajudar a compreender a relação entre as pessoas, a memória e os espaços construídos para abrigá-la, bem como o papel da história em uma sociedade. Essa reflexão é fundamental, sobretudo, no contexto atual da sociedade brasileira, na qual a relativização da história e da memória pode moldar as políticas e ações do governo. É sobre essas e outras coisas que este texto trata, mas devido ao seu tamanho, nosso intuito é muito mais o de apresentar questões do que aprofundá-las, o que faremos em outras oportunidades.

A Segunda Guerra Mundial atingiu o Brasil no dia 22 de março de 1941. Nessa data fatídica, a força aérea alemã (Luftwaffe), metralhou o navio Taubaté, no mar Mediterrâneo. Era o prenúncio dos tempos difíceis que as marinhas mercante e de guerra do país passaria nos três anos seguintes. Ao todo, 35 embarcações brasileiras foram canhoneadas ou torpedeadas por submarinos da Alemanha e da Itália, tanto em águas internacionais quanto na própria costa do país. Mais de mil pessoas morreram nestes ataques navais.

Durante o mês de agosto de 1942, mais de 600 pessoas perderam as vidas em decorrência das ações dos submarinos alemães e italianos. Isso provocou grandes manifestações em muitas cidades do Brasil, nas quais as pessoas exigiam uma resposta firme do governo.

sumário

Em decorrência disso, no dia 22 de agosto, daquele mesmo ano, o presidente Getúlio Vargas “reconheceu o estado de beligerância” com a Alemanha e a Itália.

A declaração de Vargas foi particularmente interessante. Ela nada mais foi do que o reconhecimento do que há muito estava em curso: o Brasil já estava inserido na guerra, quer ele reconhecesse ou não. Isso explica a indiferença com a qual foram recebidos os comunicados enviados às embaixadas da Alemanha, Itália e Japão¹⁷, que continham a declaração de Vargas. O que de fato o presidente fez foi a oficialização do envolvimento brasileiro e não uma declaração de guerra em si, por isso o uso da palavra “reconhecimento”. A oficialização era necessária para dar legalidade às ações bélicas que seriam tomadas contra os agressores. Isso mostra que Vargas tinha certa preocupação em seguir as convenções internacionais de guerra, legitimando assim os diversos acordos relacionados àquele conflito que o Brasil havia assinado com os países americanos.

Para os governos alemão e italiano a aparente indecisão do Brasil sobre qual dos lados se alinhar era temerária. Sob a capa da neutralidade, o país enviava toneladas de matérias primas para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, o que alimentava suas indústrias de guerra. Era um problema grave e por isso resolveram atacar a marinha mercante brasileira, visando cortar o envio de suprimentos para os americanos e britânicos.

Nove dias após o reconhecimento do estado de beligerância, Vargas publicou um decreto que estendia “o estado de guerra a todo o território nacional”¹⁸. Esse mecanismo permitiu a Getúlio Vargas aumentar consideravelmente o controle sobre a população, através

17 O governo brasileiro não declarou guerra ao Japão naquele momento, coisa que só faria em 1945. O Japão recebeu um comunicado por que era, junto com a Alemanha e a Itália, um dos líderes do Eixo, a aliança militar contra a qual o Brasil lutaria.

18 DECRETO 10.358, 31 de agosto de 1942. Diário Oficial (Secção 1), nº 13.413, setembro de 1942.

sumário

da ampliação da ação dos mecanismos repressores do governo. Sobretudo, o controle da produção econômica. Com esse dispositivo, os brasileiros passaram a viver sob um intenso clima de guerra que foi impulsionado pelos principais meios de comunicação da época: jornais, rádios e telégrafos.

Esse clima de guerra percorreu todo o território brasileiro. Algumas regiões foram envolvidas diretamente nas estratégias e ações de defesa, como o Nordeste. A maioria dos estados forneceram combatentes para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujos integrantes ficaram conhecidos como “pracinhas”¹⁹, e para formar as tropas domésticas, que atuaram na defesa do litoral²⁰. A região amazônica, por causa da produção de borracha, e São Paulo, devido à indústria de bens de consumo, estiveram sob controle direto do governo, que organizou os trabalhadores de forma militar, reduzindo muitos de seus direitos. Outros locais tiveram uma forte presença militar, como o Rio Grande do Norte, com a base da Força Aérea Americana (USAF), em Parnamirim, e Caravelas, no Extremo Sul da Bahia, com seu aeródromo controlado pela Marinha Americana (U.S. Navy).

Na Bahia, devido aos ataques dos submarinos, esse clima de guerra se instalou antes mesmo do reconhecimento do estado de beligerância. De acordo com João Falcão, já no dia 8 de agosto, “na praça da Sé [em Salvador], o povo da Bahia pediu a guerra” (FALCÃO, 1999, p. 98). As manifestações populares foram acompanhadas de uma onda antinazista. De acordo com Consuelo Novais, em Cachoeira e São Félix, houve “invasão e depredação do Clube Alemão local (...), foram presos 35 “súditos do Eixo” e integralistas”. Além disso, “o comércio fechou suas portas, em sinal de protesto” e “ouviram-se brados de guerra aos totalitários, aos quintas-colunas e aos integralistas”

19 Diminutivo de “Praça”, nome dado aos soldados rasos, aqueles que não possuem patentes de suboficiais, como Cabos e Sargentos, nem de oficiais, como Tenente, Capitão, dentre outras.

20 Apenas no Acre, Amapá, Roraima e Rondônia não foram registrados convocações.

sumário

(SAMPAIO, 1996, p. 141). Tudo isso prenunciava a perseguição que os alemães, italianos, japoneses e seus descendentes sofreriam.

Em julho de 1943, o governo baiano, seguindo as diretrizes nacionais, determinou a retiradas dos alemães, italianos e japoneses das áreas litorâneas. A medida tinha o objetivo de evitar que eles ajudassem os tripulantes dos submarinos que navegavam pelo litoral e que realizassem espionagem, sabotagem e propaganda nazifascista. Conforme Consuelo Novais, eles poderiam se instalar nas cidades de Andaraí, Caetitê, Maracás, Mucugê ou Seabra, onde eram obrigados a trabalhar (SAMPAIO, 1996)²¹.

Como destacou Maria Helena Chaves, eles viviam sob constante vigilância. Não podiam sair do município no qual se instalaram, nem expressar opiniões sobre a vida dos seus habitantes e assuntos políticos, nem sobre a guerra ou países de origem. Estavam proibidos de falar os idiomas maternos, consumir bebidas alcoólicas, se indispor com os moradores locais, portar armas e possuir ou escutar rádio. Tinham, ainda, que obedecer a toques de recolher (SILVA, 2007).

Ao mesmo tempo, no litoral baiano crescia o medo, a insegurança e o ódio à medida que os ataques aos navios brasileiros aconteciam. No total, nove embarcações foram atacadas na costa da Bahia, entre 1942 e 1943: Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará, Jacira, Brasilóide, Afonso Pena e Bagé. Cerca de 757 pessoas perderam as vidas nestes eventos²².

As agressões navais ocorreram em praticamente toda a costa do estado, desde a fronteira com Sergipe, passando pelas proximidades de Morro de São Paulo e Itacaré, até o largo da costa de Porto Seguro, já na região do Extremo Sul da Bahia. Isso mostra o quanto o litoral

sumário

21 SAMPAIO, Consuelo N. Op. Cit., p. 144.

22 O número não é exato devido às imprecisões nas contagens das vítimas dos navios Afonso Pena e Bagé.

baiano estava desprotegido, o que preocupava as autoridades políticas e militares. Para tentar resolver o problema, em 1943 foram espalhadas guarnições em pontos estratégicos da costa do estado e organizadas operações de patrulha aérea com o objetivo de caçar e destruir os submarinos alemães e italianos que trafegavam na Bahia.

Foi nesse contexto que as cidades de Belmonte, Porto Seguro e Caravelas, no Extremo Sul baiano²³ – nosso foco a partir de agora –, receberam tropas para defender seus litorais. Os grupos militares instalados na região pertenciam a regimentos de artilharia motorizada (RAM), batalhões de cavalaria e de caçadores (BCs) e grupos de artilharia de dorso (GADo)²⁴. Em Caravelas, além dos soldados brasileiros, estava presente a U.S. Navy, com duas unidades dirigíveis do esquadrão ZPN-42 e seis bombardeiros para o patrulhamento e defesa da costa, além de 201 militares, entre oficiais, soldados e equipes de manutenção. Essas guarnições permaneceram na região entre 1943 e 1944, formando uma linha defensiva que cobria uma distância de mais de 200 quilômetros de litoral.

No Extremo Sul da Bahia a guerra foi, de certo modo, impactante. A presença dos submarinos deixou uma marca profunda no imaginário coletivo dos habitantes regionais e um medo que prosseguiu durante décadas após o fim do conflito. O principal marcador dos traumas da guerra na memória dos habitantes mais velhos é o ataque ao navio Afonso Pena, feito pelo submarino italiano Barbarigo, ocorrido no dia 2 de março de 1943. A tragédia deixou 122 pessoas mortas. Os relatos dos sobreviventes são verdadeiramente horripilantes e o fato de alguns sobreviventes terem parado nas praias de Porto Seguro e Caravelas

sumário

23 Na época, a região era formada por apenas sete cidades: Belmonte, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri.

24 As artilharias de dorso eram aquelas nas quais as peças, geralmente obuses ou canhões, eram transportadas no dorso de animais. Daí o nome destes regimentos.

fez com que suas histórias horrendas potencializasse o medo que os habitantes locais tinham dos submarinos²⁵.

Outros marcadores de memória importantes são a presença de estrangeiros, a convocação de homens de Belmonte, Porto Seguro, Alcobaça e Caravelas para compor a FEB e as tropas domésticas e a ação dos políticos locais. Dos estrangeiros, sete italianos suspeitos de espionagem foram presos em Cabrália, uma produtora suíça foi perseguida em Belmonte e um português chegou a ser preso em Porto Seguro. Sobre os convocados, o Extremo Sul cedeu pelo menos cerca de 60 pessoas, dos quais sabemos que pelo menos quatro lutaram na Itália, entre 1944 e 1945. Por fim, os discursos e medidas das autoridades políticas locais, através do reforço do conjunto doutrinário da ditadura de Getúlio Vargas, o Estado Novo, contribuíram para o aprofundamento do clima de guerra.

Devido aos limites do texto, não podemos nos aprofundar nas temáticas apresentadas para mostrar como o clima de guerra no Extremo Sul da Bahia foi intenso, nem sobre as questões que elas suscitam, mas acreditamos que já são suficientes para sustentar nosso argumento. Os impactos foram tão significativos que hoje, passados mais de 75 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, ainda estão vivos nas mentes dos habitantes mais velhos, mesmo sem que haja uma produção memorialística ou historiográfica para dar suporte às memórias individuais. Isso é muito significativo, visto que nem mesmo os memoriais ou potenciais lugares de memória foram devidamente conservados.

Terminado o conflito, os lugares a ele relacionados, de forma direta ou indireta, foram preservados. Os principais exemplos disso são o aeródromo de Caravelas e o campo de aviação do Arraial d'Ajuda, em

25 Para mais detalhes ver o capítulo 2 do livro: SILVA, Tharles Souza (org.). Asas para Porto Seguro: histórias e memórias do antigo campo de aviação do Arraial d'Ajuda. Jundiá: Paco Editorial, 2019, intitulado "o Arraial d'Ajuda e as memórias da Segunda Guerra Mundial".

sumário

Porto Seguro. Com o passar dos anos, outros locais foram construídos para preservar a memória daquele período, como a Praça dos Ex-Combatentes, também em Porto Seguro, que homenageia todos os soldados que guarneceram o litoral e as pessoas do município. Além disso, foram feitas homenagens diretas a ex-combatentes da região. Em Teixeira de Freitas, uma rua foi batizada com o nome Bernardo Grinaldo de Medeiros, um ex-combatente da cidade de Alcobaça que lutou na batalha de Monte Castelo que, aliás, é o nome de um bairro desta cidade. Em Nova Viçosa, por sua vez, se encontra uma homenagem genérica aos combatentes regionais, a rua do Ex-Combatente.

Estes lugares são as “sementes da rememoração” das quais falava Maurice Halbwachs (2003). Eles deveriam ser as bases sobre as quais cresceria e solidificaria a memória da Segunda Guerra Mundial no Extremo Sul da Bahia. Essas sementes até germinaram, mas por algum motivo não deram frutos e passaram décadas minguando solitariamente. Algumas até foram parcialmente destruídas.

Dentre estes locais, dois tinham o potencial de se transformar em autênticos lugares de memória: a praça do Ex-Combatentes que, inaugurada pelo próprio comandante das tropas que defenderam o litoral de Porto Seguro; e o aeródromo de Caravelas, que possuía todas as infraestruturas usadas pelos militares americanos, os alojamentos, o paiol das munições, as instalações de controle de voo, dentre outras – o aeródromo possuía um potencial museológico impressionante. Os outros estão mais para simples memoriais ou, como disse Pierre Nora, “lugares de história”²⁶.

No entanto, as memórias das pessoas sobre o período da guerra não estabeleceram fortes vínculos com estes locais. É difícil compreender por que isso aconteceu, mas essa questão é muito importante. O não reconhecimento condenou os lugares ao esquecimento e à destruição

26 NORA, Pierre. Op. Cit., p. 22.

e colocou em risco a própria compreensão de certas dinâmicas da guerra no Extremo Sul. O aeródromo de Caravelas, por exemplo, é uma fonte material importante para discutir questões relacionadas às estratégias de defesa, ao cotidiano dos soldados, dentre outras coisas. Entender o que aconteceu com estes lugares nos possibilita pensar estratégias de revitalização e ressignificação de suas funções sociais, bem como prevenir que situações parecidas aconteçam com outros lugares de memória. Se os locais relacionados à guerra desaparecerem completamente levarão consigo uma parte da história do mundo, pois como afirmou John Keegan, qualquer história da Segunda Guerra Mundial é “uma história do mundo entre 1939 e 1945” (KEEGAN, 2006, p. 32).

Vários fatores podem ajudar a compreender o que aconteceu no Extremo Sul da Bahia. Nenhum deles sozinho pode explicar muita coisa, mas o seu conjunto pode, ao menos, nos apontar uma direção para olhar. O primeiro deles passa pela questão da crise das noções identitárias. Ao longo da segunda metade do século XX, o declínio dos Estados-nacionais enfraqueceu a ideia de uma identidade única, sólida, que esse tipo de organização política forjou. Isso se deveu, em grande parte, ao fenômeno da globalização. De acordo com Stuart Hall (2014), com a globalização os sujeitos passaram a assumir não uma, mas várias identidades. Essa multiplicidade faz com que os indivíduos se pautem no jogo da diferença em relação aos outros. Conforme Kathryn Woodward (2014), essas diferenças são fabricadas em diferentes esferas nas quais se manifestam elementos oriundos do local e do global. Como apontou Daniel Luciano Gevehr, nesse jogo o “passado e o presente entram em conflito fazendo com que alguns elementos do passado sejam esquecidos, ou pelo menos deixados de lado, enquanto outros surgem e tornam-se representantes da identidade dos sujeitos” (GEVERH, 2016, p. 948).

sumário

Diante desse contexto, a identidade nacional estável e única, que os lugares de memória, os memoriais e os monumentos evocam perdeu o sentido. Dessa forma, as memórias individuais, continuamente mutáveis, não reconheciam a memória que os lugares ligados à guerra no Extremo Sul da Bahia reproduzem, porque elas são opostas à nova dinâmica identitária.

Outra possibilidade é que a falta de preservação e de políticas educacionais específicas para estes locais impediu que as pessoas os compreendessem como lugares importantes para a manutenção da identidade local e regional. Qualquer materialidade física simbólica, como os espaços dedicados à rememoração, precisa de uma série de ações cívico-educacionais para que a sociedade consiga compreender sua função. Ao mesmo tempo, estes espaços necessitam executar ações educacionais como os museus e os teatros, por exemplo, para que as pessoas despertem o interesse por sua conservação.

Como afirmou Pierre Nora, “não há memória espontânea”²⁷. No Extremo Sul da Bahia não há políticas educativas nem comemorações cívicas voltadas aos lugares ligados à guerra e este é, certamente, um dos fatores que melhor explicam o seu abandono. Por sua vez, as homenagens aos ex-combatentes não fazem o menor sentido para as gerações mais novas, visto que elas não conhecem as pessoas homenageadas. Excetuando-se os familiares e amigos, certamente, ninguém em Teixeira de Freitas sabe quem foi Bernardo Grinaldo de Medeiros, nem o que ele fez para receber duas homenagens tão importantes.

Outro possível fator são as questões psicológicas. Esses lugares aludem às dificuldades de subsistência provocada pela escassez de alimentos durante ao conflito, e os horrores ligados aos ataques à marinha mercante. Além disso, entre 1943 e 1944, Belmonte, Porto

sumário

27 NORA, Pierre. Op. Cit., p. 13.

Seguro e Caravelas, ocupadas por grupos militares, estavam obrigados a uma série de cerceamentos das liberdades individuais. As pessoas tinham que obedecer a toques de recolher, apresentar documentos de identificação para transitar entre as áreas municipais, ao *blackout*²⁸ e ainda tiveram que suportar os abusos cometidos pelos soldados. Um exemplo disso é o caso da produtora de cacau de ascendência suíça, Abiah Reuter, em Belmonte. Ela frequentemente tinha suas propriedades invadidas pelos militares e era obrigada a suportar tudo calada²⁹. Por fim, muitas famílias tiveram que retirar suas filhas solteiras para propriedades rurais, afim de evitar relacionamentos indesejados e até mesmo estupro. Mas nem todos podiam fazer isso, o que explica as “raízes”³⁰ deixadas pelos soldados das quais falou o senhor Vicente Lima Bezerra, de Belmonte.

Dessa forma, o conflito passa a ser visto como um período traumático, o que pode resultar na supressão das lembranças a ele relacionadas. Assim sendo, as lembranças que os lugares ligados à guerra despertam podem ser dolorosas, levando a população regional a rejeitá-los. Como destacou Henry Rousso, os impactos de uma guerra sempre “marcam permanentemente várias gerações e deixam, por muito tempo, suas cicatrizes” (ROUSSO, 2016, p. 100).

O medo da guerra realmente permaneceu por décadas após seu fim, reforçando os traumas individuais e familiares. Um exemplo disso é o caso dos submarinos, cujo medo era tão grande, que em 1959, 14 anos após o fim da guerra, três homens louros que aportaram em Alcobça quase foram apedrejados pela população local³¹. Eles

sumário

28 As populações litorâneas eram obrigadas a apagarem as luzes de suas casas durante a noite para não fornecer referências de localização aos tripulantes dos submarinos alemães e italianos que navegavam pela costa brasileira. O mesmo valia para as tripulações dos navios que navegam durante a noite.

29 Cf. ENTREVISTA. Vicente Lima Bezerra. Belmonte, 10/12/2016.

30 Termo utilizado pelo senhor Vicente Lima Bezerra, durante a entrevista, para se referir aos filhos que nasceram dos relacionamentos entre os soldados e as mulheres de Belmonte.

31 DIÁRIO de Natal, ano XIX, nº 6.057, Natal, 17/07/1959.

foram confundidos com marinheiros de submarinos inimigos. Nas décadas de 1970/80, sempre que os pescadores locais encontravam submersíveis brasileiros em alto mar, retornavam imediatamente aos portos de origem, temendo ataques. Essas experiências, provavelmente, remetiam ao caso do Afonso Pena e dos demais navios afundados na costa baiana durante a guerra, o que explicaria essas reações. Isso mostra que o fator psicológico pode ajudar a compreender a rejeição dos locais ligados à guerra na região.

Outro fator possível são as migrações de pessoas das regiões vizinhas, especialmente, as vindas de Camacã, Ilhéus e Itabuna. A crise na produção cacaueteira, entre as décadas de 1970/80, fez com que milhares de pessoas se dirigissem ao Extremo Sul, uma região que àquela altura crescia economicamente. Um dos principais destinos era a cidade de Porto Seguro, onde o fenômeno do turismo atraía cada vez mais mão de obra. Estes novos moradores talvez não vissem sentido algum nos locais relacionados à Segunda Guerra, pois eles aludem a experiências e a um passado que não lhes pertencia. Não havia assim razões para preservá-los.

Por fim, é preciso considerar o próprio lugar da Segunda Guerra Mundial na história e memória nacional brasileira. Todos os países do bloco vencedor que participaram diretamente dos combates fizeram da guerra e da trajetória de seus exércitos o grande marcador da memória e identidade nacionais no século XX. O Brasil, o único país da América Latina que enviou tropas regulares para combater na Europa, não fez isso. Ao contrário, os próprios ex-combatentes foram relegados ao mais profundo esquecimento social e político. Somente após a década de 1970 que projetos de resgate de memória começaram a retirá-los do ostracismo.

A redescoberta dos pracinhas como grupo social fortaleceu as associações de ex-combatentes existentes e ajudou na criação de novas associações. Essas instituições ampararam muitos desses



sumário

homens, alguns dos quais sem condições de trabalhar devido aos ferimentos de guerra. No Extremo Sul da Bahia, o grande exemplo disso é o senhor João Borges Bandeira, encontrado por uma dessas instituições em Belmonte. Graças ela, ele começou a receber a pensão que era dada a todos os veteranos brasileiros da Segunda Guerra Mundial, melhorando assim as condições de vida da sua família. Além das ações sociais, as associações investiram muito na preservação da memória dos ex-combatentes.

Por outro lado, a historiografia brasileira da Segunda Guerra Mundial nunca teve grande relevância no contexto nacional, algo que começou a mudar apenas após 1995, com o cinquentenário do fim da guerra. Não há comemorações públicas no dia que marca o fim do conflito ou feriados dedicados às campanhas brasileiras na Itália, tampouco grandes homenagens aos heróis de guerra brasileiros. Nesse contexto, não se pode esperar que os habitantes do Extremo Sul da Bahia ajam de forma diferente em relação à manutenção dos espaços ligados ao conflito na região.

A existência de uma historiografia da guerra no Extremo Sul poderia ter feito com que a relação entre memória e história fizesse surgir lugares de memória da Segunda Guerra na região. Sobretudo, porque o Brasil foi um dos vencedores do conflito e representantes do Extremo Sul participaram dessa campanha militar vitoriosa. Há uma fraca memória da guerra, mas a sua história está por ser escrita.

sumário

Os fatores que elencamos, em conjunto, nos ajudam a compreender os motivos que levaram os lugares relacionados à Segunda Guerra Mundial no Extremo Sul da Bahia a não terem se transformado em lugares de memória. Sem esse tipo de suporte e sem uma historiografia específica, as lembranças do conflito estão desaparecendo à medida que as pessoas mais velhas morrem. Com

elas, toda uma parte da história do mundo está se esvanecendo. Os locais de memória e políticas educacionais específicas poderiam ter evitado isso. Como os locais ainda existem, ainda podem auxiliar na reconstituição das experiências de guerra que somente eles podem ajudar a narrar.

REFERÊNCIAS

Fontes

ATAS do Conselho Municipal de Porto Seguro. *Sessão Extraordinária*. 01/01/1943.

DECRETO 10.358, 31 de agosto de 1942. *Diário Oficial (Secção 1)*, nº 13.413, setembro de 1942.

DIÁRIO de Natal, ano XIX, nº 6.057, Natal, 17/07/1959

ENTREVISTA. Vicente Lima Bezerra. Belmonte, 10/12/2016.

Bibliografia

ARANTES, Marcus Vinicius de Lima. *Torpedo: o terror no Atlântico*. Rio de Janeiro: Livre Expressão Editora, 2012.

FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

GEVEHR, Daniel Luciano. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 21 nº 67 out.-dez. 2016, p. 945-962.

HALBWACCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, T. T. (Org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

KEEGAN, John. *A batalha e a história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.

sumário

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SAMPAIO, Consuelo N. A Bahia na II Guerra Mundial. *Separata, Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 40, 1996, p. 135-156.

SILVA, Tharles Souza (org.). *Asas para Porto Seguro: histórias e memórias do antigo campo de aviação do Arraial d'Ajuda*. Jundiá: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II guerra mundial*. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado em História).

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: Silva, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-40.



sumário

SOBRE O ORGANIZADOR

Bougleux Bomjardim da Silva Carmo

Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Mestre em Letras - Profletras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Especialista em Linguística Forense pela Universidade do Porto - UP (2018). Licenciado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (2008). Membro do Grupo de Pesquisas Avançadas em Materialidades, Ambiências e Tecnologias e do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens - GEICEL (CNPQ/CAPES/UNEB). Atualmente é professor de língua portuguesa - Secretaria de Educação do Estado da Bahia. É professor substituto no Colegiado de Letras da Universidade do Estado da Bahia - UNEB / DEDC Campus X e tutor presencial da Licenciatura em Letras Vernáculas – EaD da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de língua portuguesa, marcadores discursivos, multimodalidade, argumentação, discurso e violência em interface, Pragmática, Análise da Conversa Etnometodológica e Memória Social. É psicanalista aspirante pela Sociedade Brasileira de Psicanálise e Psicoterapias - SOBRAPP e músico pianista licenciando em Música – Turma Especial pela Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: bougleux.carmo@hotmail.com

sumário

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alícia Araújo da Silva Costa

Mestre e doutoranda em Estado e Sociedade (PPGES) pela Universidade Federal do Sul da Bahia e graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades com Área de Concentração em Culturas, Poderes e Sociedade pela mesma Instituição. Possui graduação em Administração pela Universidade Salvador. Integra os Projetos “Centro de Documentação Digital Memórias do Sul da Bahia”, “Grupo de Pesquisa e Extensão em Dinâmicas Territoriais, Etnicidades e Ruralidades Contemporâneas” ambos pela Universidade Federal do Sul da Bahia e o “Grupo de Estudo em Temática Indígena e Interculturalidade” - GETII pelo IFBA/UFSB. É artesã e professora de macramé, tricô, bordados livres, entre outras expressões das artes têxteis e tecelagem tradicionais. Atualmente, pesquisa os seguintes temas: arte(sanato) Pataxó; técnicas artesanais indígenas ancestrais na contemporaneidade; etnoturismo indígena; movimentos de contra-colonização indígenas na chamada Costa do Descobrimento - Bahia; filosofias do bem viver; economias solidárias.
E-mail: alicia.araujocosta@gmail.com

Christianne Benatti Rochebois

Possui Licenciatura em Francês/Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), Mestrado em Sciences du langage, didactique, sémiotique - Université de Franche-Comté (2003) e Doutorado em Didactiques des langues et des cultures - Université Paris III Sorbonne-Nouvelle (2010). De 2004 a 2014 foi professora na Universidade Federal de Viçosa, onde coordenou por dez anos o Centro de extensão em Língua Francesa - CELIF. Atualmente é professora de Língua Francesa na Universidade Federal do Sul da Bahia. Tem experiência na área de ensino/aprendizagem de língua/cultura francesa, ensino precoce de FLE e formação de professores de línguas. É líder do Grupo de Pesquisa em Histórias de vida e dinâmicas interdisciplinares e participa, como Professora Permanente, do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da UFSB, atuando como orientadora de Mestrado e Doutorado em projetos de Histórias de vida e Didática de línguas e culturas. Integra o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASIS.
Email: chrisrochebois@hotmail.fr

sumário

Francisco Ramos de Farias

Bacharel e Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978), Especialista em Psicologia Clínica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Psicologia, área Motivação e Aprendizagem pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1983) e Doutor em Psicologia, área Psicologia Cognitiva, pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1987). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Atualmente é consultor Ad Hoc da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), professor associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assessor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Secretário Geral da ANINTER-SH de 2015 a 2018. Publicou pela Editora Revinter: Histeria e Psicanálise, A pesquisa nas ciências do sujeito e Psicose: ensaios clínicos; pela Editora 7Letras: Por que, afinal, matamos?; pela Editora Contracapa: Apontamentos em Memória Social; pela Editora Juruá: Trauma, Memória e Violência em coautoria com Glaucia Regina Vianna e pela Editora Lumen Juris: Punição e Prisão: ensaios críticos em coautoria com Lobelia da Silva Faceira; pela Editora Mauad X Educação, Memória e História organizado em parceria com Leandro Garcia Pinho e Violência: bricolagem, memória, escrita organizado com Glaucia Regina Vianna e Sofia Deebora Levy e Designíos do poder pela editora Letra Capital, organizado com Leila Dupret. Participou de bancas de concursos públicos, de dissertações e teses. Apresentou em programas jornalísticos de televisão (Rede Globo, TVE, CNT) a pesquisa sobre criminalidade, violência e trauma. Apresentou matérias em jornais e semanários. Pesquisa atualmente sobre a temática violência, educação prisional, trauma e memória social. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Terapêutica, atuando principalmente nos seguintes temas: crime, desejo, memória social, criminalidade e perversão.

sumário

Isis Lima da Silva

Psicóloga formada pela UFPB, com ênfase na área clínica e social, Psicopedagoga e mestre em Estado e Sociedade/UFSB, com estudo na área de Saúde Mental relacionada às experiências de reconhecimento e menosprezo dos usuários. Atualmente participa do grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares sobre Subjetividade, Relações de Poder e Violência (UFSB). Trabalha como Psicóloga do CAPS II de

Porto Seguro e atuou no CAPS ad e ambulatório. Possui experiência em docência em faculdades da região nos cursos de Enfermagem, Direito e Pedagogia e no terceiro setor com crianças e adolescente.
E-mail: isisls@hotmail.com

Maria das Neves Alves dos Santos

Maria da Neves da Conceição Alves dos Santos (Nitynawã Pataxó) é uma educadora, artesã e liderança indígena cofundadora da Reserva Pataxó da Jaqueira, pioneira na prática da autogestão do etnoturismo no Brasil. É formada em Licenciatura Intercultural Indígena com Habilitação em Ciências Humanas pelo Instituto Federal da Bahia e integra o grupo de pesquisadores Pataxó Atxohã, voltado à investigação da história do povo Pataxó e a retomada do seu idioma, o Patxohã.
E-mail: nitynawa@gmail.com

Marília Martins de Araújo Reis

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Mestranda em Estado e Sociedade - Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), é especialista em Gestão de Redes de Atenção em Saúde – Fundação Osvaldo Cruz/ Escola Nacional de Saúde Pública e tem MBA em Gestão de Recursos Humanos – Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-graduada em Estudos Transdisciplinares em Cultura – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Saúde Coletiva (UFSB) e em Metodologia do Ensino Superior – UNIFACS. Tem experiência em Políticas Públicas do SUAS e do SUS, atuou na Casa de Apoio à criança e adolescente vítimas de violências, CREAS, equipes NASF e CAPS II. É Terapeuta Comunitária Integrativa (MISC-BA). Docente e psicóloga clínica na UNEB Campus XVIII, onde coordena o Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico ao Estudante.
E-mail: mariliaamarilis@hotmail.com

Milane Souza Santana

Mestranda em Estado e sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia PPGES/UFSB, Graduação em Pedagogia (2015) pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, exerceu a atividade de bolsista em Iniciação Científica - FAPESB (2013 a 2015). Possui experiência com projetos de uso das mídias digitais em escolas públicas. Atualmente é docente na rede pública de educação. Tem experiência de pesquisa na área de Educação, principalmente atuando com as políticas públicas de fomento das tecnologias digitais no ensino, Cultura digital na educação e processos de apropriação das Tecnologias digitais na educação do campo.
E-mail: milane_santana@hotmail.com

sumário

Pablo Antunha Barbosa

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Paris X Nanterre (França); tem mestrado em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris X Nanterre (França); ambos diplomas tendo sido revalidados pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Realizou doutorado em Antropologia Social e Histórica pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, Paris), França, com período de cotutela no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN-UFRJ). Realizou pós-doutorado (Bolsa nota 10, FAPERJ) na mesma instituição (PPGAS-MN-UFRJ) entre junho de 2015 e março de 2018. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (CFCHS, IHAC, UFSB). É pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED, PPGAS-MN-UFRJ) e do Centro de Investigaciones Históricas y Antropológicas (CIHA, Bolívia). Suas principais áreas de pesquisa são: etnologia indígena, antropologia histórica, história da antropologia, história indígena e do indigenismo.
E-mail: pablo.barbosa@csc.ufsb.edu.br

Paula Pimenta

Mestranda em Estado e Sociedade pela UFSB onde trabalha com a temática do samba de roda feito pelas mulheres marisqueiras de Belmonte (BA) e a relação com suas lutas políticas. Antropóloga em formação é também bacharel em direito pela PUC-MG. Trabalhou como educadora nos cursos de: Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas realizado pela Faculdade de Educação da UFMG (2016) e no Laboratório de Cultura Popular e de Elaboração e Financiamento de Projetos Culturais e Criativos pelo projeto Cultura Nativa - Território Costa do Descobrimento realizado pelo Instituto Mãe Terra (2017). Atuou como pesquisadora-colaboradora do projeto Folclorata: Encontro de Culturas Populares de Jequiitibá (2015). De 2011 a 2014, trabalhou no Programa Mediação de Conflitos, pela perspectiva de prevenção às criminalidades e violências em localidades periféricas de Belo Horizonte (MG) e região metropolitana. Atua em movimentos socioculturais desde 2012.
E-mail: paulapimentagomes@gmail.com

sumário

Rafael Andrés Patiño

Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Graduado em Psicologia pela Universidad de Antioquia e Mestre em Psicologia pela Universidad de San Buenaventura (2009), ambas na Colômbia. Realizou estudos de Doutorado em Psicologia, pela Universidade Federal da Bahia (2013) e concluiu Pós-doutorado em Memória Social no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor convidado do Instituto de Estudos Políticos, Sciences Po Lyon, na França, dentro do Diplôme d'Établissement sur l'Amérique Latine et les Caraïbes. Membro do comitê científico da Revista Colombiana de Ciencias Sociales. Atualmente lidera o grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares sobre Subjetividade, Relações de Poder e Violência e é docente da Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da UFSB. *E-mail: rafa.patigno@gmail.com*

Roberto do Amaral Santos Júnior

Possui graduação em Licenciatura em Letras com Inglês pela Universidade Anhanguera - UNIDERP (2017). Tem especialização em Libras -Educação para Surdos. É tradutor intérprete de Libras e professor de Língua Portuguesa para surdos no Instituto Federal da Bahia. Tem experiência na área de Ensino de Idiomas (Libras/Italiano) e em Educação Especial. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. *E-mail: is3rj@hotmail.com*

Roberto Muhájr Rahnemay Rabbani

Doutor em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (USC), aprovado "cum laude" e doutorado europeu, com revalidação pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Fiscalidade Internacional e Comunitária pela USC. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi bolsista de Doutorado do Ministério das Relações Exteriores e Cooperação da Espanha (MAEC-AECID). Atuou como Professor Substituto da UFS. Advogou em mais de 745 processos. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), atuando no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) e no Programa de Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA). Atuou como Vice-Decano do Centro de Formação

sumário

em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS) e coordenou o grupo de trabalho para a instituição do curso de Direito na UFSB. Foi Professor Adjunto do Departamento de Direito, do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN), onde atuou como Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso, Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Vice-Chefe do Curso de Direito, Membro do Conselho de Centro (CONSEC), Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) Vice-Coordenador do Curso de Direito. Publicou livros e artigos científicos na área de Direito, Tributação Ambiental e Meio Ambiente.
E-mail: rabbani@csc.ufsb.edu.br

Sandra Adriana Neves Nunes

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992), Mestre em Saúde pela Universidade de Greenwich, Inglaterra (2000) e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia, onde atua no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde ministrando componentes curriculares relacionados à saúde pública e coletiva. Integra o grupo de Pesquisa Programa Integrado de Estudos em Saúde Coletiva (PIESC). Faz parte do quadro docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estado em Sociedade (PPGES), orientando estudantes do curso de mestrado e doutorado nas linhas de pesquisa Estado, Instituições e Governança e Sociedade, Cultura e Ambiente.
E-mail: sandranunes@ufsb.edu.br

Tharles Souza Silva

Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia, Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Bolsista FAPESB.
E-mail: tharlessilva@yahoo.com.br

sumário

ÍNDICE REMISSIVO

A

ameaças 14, 47, 72, 73, 86
arte 13, 18, 20, 22, 26, 33, 177
atividades culturais 9, 14
atualidade 9, 124
autonomia 14, 60, 62, 64, 68, 69, 71, 73,
74, 78, 79, 81, 82, 83, 129
autoritarismo 13, 16, 36, 37, 38, 39, 40, 41,
43, 44, 45, 46, 50, 52, 54, 56, 66

B

Bahia 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20,
28, 35, 61, 70, 106, 111, 115, 121, 136,
159, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170,
173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182

C

campo 9, 11, 13, 14, 19, 40, 43, 59, 78, 80,
90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100,
101, 102, 103, 115, 125, 127, 135, 137,
138, 143, 154, 161, 167, 175, 179
camponeses 14, 99, 100, 134
cidadania 9, 62, 64, 69, 126, 127, 133, 135,
136, 153
coletivos 15, 96, 100, 124, 131, 135, 137
combate 9, 15, 98, 114
conflito 15, 39, 44, 50, 83, 125, 128, 136,
139, 161, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 173
conquistas 9, 98, 153
contextos 11, 12, 13, 16, 58, 59, 65, 69,
118, 124, 128, 149
conto 13, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45,
46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

D

demandas sociais 11
democracia 9, 75, 121, 124, 131
desafios 9, 64, 89, 99, 120, 121, 142, 153
desencanto 15, 132, 134
desenvolvimento 10, 13, 27, 65, 81, 82, 93,
94, 95, 96, 102, 112, 122, 128, 143
desigualdades 9
desigualdades sociais 9
diálogos 13, 113
diferença 15, 108, 151, 157, 169, 174, 175
dimensão emocional 15, 123, 135, 136, 137
dinâmica 15, 28, 118, 159, 170
direito 13, 21, 26, 39, 46, 49, 52, 53, 55, 59,
60, 62, 63, 65, 66, 68, 82, 91, 92, 96, 98,
99, 127, 128, 143, 152, 153, 180
direitos 13, 14, 15, 21, 49, 57, 58, 59, 60,
66, 67, 68, 69, 70, 73, 76, 78, 80, 81, 84,
85, 86, 87, 88, 100, 101, 102, 115, 117,
126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135,
137, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154,
155, 164
discentes 10, 12
discurso 12, 13, 15, 19, 37, 38, 39, 40, 46,
47, 51, 52, 56, 69, 71, 176
discurso literário 13, 40
discussões 13, 58, 76, 91, 95, 96, 143,
144, 148
docentes 10, 12, 96

E

educação 14, 22, 29, 62, 65, 66, 68, 90,
91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101,

sumário



sumário

102, 103, 127, 134, 135, 137, 142, 148,
155, 156, 157, 178, 179
educação do campo 14, 90, 91, 92, 95, 97,
98, 99, 101, 102, 103, 179
escrita 13, 18, 173, 178
esquecimento 13, 15, 16, 17, 35, 107,
168, 172
Estado 9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 34, 46, 47,
53, 78, 91, 92, 94, 100, 103, 110, 121, 126,
154, 167, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182
Estado mínimo 9
estrangeiro 15, 21, 140, 141, 143, 148
estruturas 11, 12, 37, 50
estruturas sistêmicas 12
expressões 13, 20, 22, 23, 46, 107, 110,
124, 150, 177
expressões simbólicas 13

H

história 13, 17, 18, 19, 26, 27, 29, 30, 31,
42, 49, 54, 67, 73, 87, 103, 115, 131, 135,
152, 153, 160, 162, 168, 169, 172, 173,
174, 179, 180
homogeneização 15, 125
Hospitais Psiquiátricos 14

I

identidades 12, 17, 83, 116, 131, 157, 169
ideologia 9
indígena 13, 19, 20, 21, 27, 30, 107, 177,
179, 180
industrialização 15, 93

L

lugar 11, 15, 19, 25, 32, 38, 45, 46, 51, 55,
68, 69, 79, 82, 83, 95, 108, 113, 118, 141,
148, 160, 161, 172

luta 11, 12, 30, 50, 69, 82, 83, 84, 87, 90,
91, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 115, 117,
128, 130, 133, 136, 160, 161

M

manifestação cultural 14, 107, 119, 120, 121
memória 9, 12, 13, 15, 17, 22, 29, 32, 33,
38, 107, 108, 116, 159, 160, 161, 162, 166,
167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 178
mercado de trabalho 15, 142, 146, 147, 148,
150, 151, 152, 158
Modernidade 15, 58, 66, 71, 125, 126, 127,
133, 134
movimentos 9, 14, 15, 51, 67, 72, 76, 82,
83, 84, 86, 87, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97,
98, 99, 100, 101, 102, 116, 123, 124, 127,
130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137,
138, 139, 177, 180
movimentos camponeses 14
movimentos sociais 9, 14, 15, 72, 76, 82,
84, 87, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99,
100, 101, 102, 123, 124, 127, 130, 131,
132, 134, 136, 137, 138, 139
mulheres 14, 30, 111, 117, 118, 119, 147,
171, 180

N

narrativas 12, 13, 16, 38, 56, 59, 60, 71, 136
neoliberalismo 9, 133

O

opressão 13, 45, 55

P

paradoxos 15, 130
participação 9, 15, 85, 86, 92, 94, 96, 97,
106, 118, 130, 131, 135, 136, 137, 150,
153, 154
participação política 9



sumário

- Pataxó 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 177, 179
patrimônio 9, 109, 120, 122
patrimônio histórico 9
pobreza 9, 21, 132
política 9, 14, 62, 68, 83, 84, 86, 88, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 115, 116, 119, 120, 121, 126, 127, 134, 139, 152, 154, 169
populações 9, 10, 115, 171
populações tradicionais 9
produção 10, 11, 13, 22, 23, 28, 32, 64, 96, 97, 99, 100, 101, 107, 110, 111, 114, 116, 117, 118, 119, 125, 133, 151, 164, 167, 172
produção artístico-artesanal 13
produções 11, 12, 77
protestos 15, 123, 124, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136
Psicologia 13, 14, 78, 139, 155, 178, 179, 181, 182
- Q**
questões linguísticas 15
- R**
racismo 13, 47, 49, 114, 115, 122
realidade 10, 13, 16, 27, 30, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 54, 99, 100, 101, 102, 120, 124, 134, 151, 156
reconhecimento 13, 14, 15, 59, 60, 61, 69, 70, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 89, 98, 116, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 138, 151, 155, 163, 164, 168, 178
redemocratização 9, 135
reflexão 13, 39, 42, 47, 162
refugiado 15, 140, 143, 144, 145, 147
refugiados 15, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157
relações sociais 15, 65, 99, 100, 109, 131, 136, 138, 140, 142, 143, 152, 154
representação 13, 31, 39, 40, 54, 55, 83, 86, 125
ressignificação 13, 42, 67, 169
retrocesso 9, 14, 72, 73, 74, 87
- S**
samba de roda 14, 106, 107, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 180
saúde 9, 14, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 113, 117, 127, 135, 137, 182
saúde mental 9, 14, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 72, 76, 77, 80, 86, 88, 89, 135
Segunda Guerra Mundial 15, 127, 159, 161, 162, 167, 168, 169, 172, 173
símbolo 13, 49, 106, 107, 120, 121
símbolo cultural 13
situações 13, 42, 47, 60, 65, 67, 118, 142, 143, 144, 153, 169
sociedade 9, 10, 11, 13, 17, 39, 41, 60, 75, 78, 81, 83, 91, 93, 94, 95, 98, 101, 124, 127, 128, 130, 133, 136, 142, 143, 145, 148, 150, 152, 154, 160, 162, 170, 179
subjetivação 11, 12, 15, 126
sujeitos 12, 13, 14, 16, 38, 48, 58, 60, 66, 68, 73, 74, 80, 83, 85, 86, 87, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 135, 137, 141, 142, 153, 169
surdos 15, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 181
- T**
tensões 12, 127
territorialização 12
território 10, 14, 19, 21, 25, 33, 59, 85, 99, 112, 114, 115, 141, 143, 144, 163, 164

trabalho 9, 10, 13, 15, 16, 19, 21, 29, 39,
41, 50, 59, 63, 64, 68, 71, 88, 96, 99, 100,
103, 108, 127, 130, 131, 142, 146, 147,
148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155,
156, 158, 182
tradição 13, 27, 29, 109, 120, 121
tradição oral 13, 29
tradições locais 14
transdisciplinares 13
transtornos mentais 14, 67, 70, 73, 74, 77,
78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88
turismo 13, 20, 21, 22, 34, 35, 172
vulneráveis 9

V

verossimilhança 13
violação 13, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45,
46, 49, 51, 54, 55, 56, 66, 68, 88, 129, 145,
146, 152
violações 14, 59
violência 13, 14, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42,
43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54,
55, 56, 59, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 85,
87, 88, 126, 130, 134, 137, 139, 141, 144,
147, 152, 176, 178



sumário

www.pimentacultural.com

Tessituras entre estado e sociedade

panoramas da pesquisa em ciências
humanas e sociais no sul da Bahia